

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Ana Flávia da Costa Parenti

**Os novos rumos do trabalho - emprego e desemprego:
uma análise das práticas discursivas de jovens das camadas populares e
sua percepção sobre os novos paradigmas do mundo do trabalho**

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

São Paulo

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Ana Flávia da Costa Parenti

**Os novos rumos do trabalho - emprego e desemprego:
uma análise das práticas discursivas de jovens das camadas populares e
sua percepção sobre os novos paradigmas do mundo do trabalho**

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora como
exigência parcial para obtenção do título de MESTRE
em Psicologia Social, pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof.
Doutor Odair Furtado.**

São Paulo

2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Capes pela bolsa concedida, o que possibilitou a realização desta pesquisa e a conclusão do Curso de Mestrado em Psicologia Social;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Odair Furtado, que me “adotou” como sua orientanda. Por ser paciente diante de minha ansiedade, pelas longas orientações feitas pessoalmente e pelas inúmeras orientações permitidas pelo mundo virtual;

Ao querido Prof. Dr. Peter Spink que, apesar de não ter podido prosseguir como meu orientador, foi quem despertou a idéia inicial desta pesquisa e que, com toda certeza, contribuiu de maneira ímpar. Agradeço também sua grande colaboração no exame de qualificação;

Ao prof. Fábio de Oliveira pelas orientações mais que justas e proveitosas no exame de qualificação;

À colega de Núcleo e amiga, Adriana. Pelas conversas, pelas discussões, por compartilhar as angústias e pelas ajudas via e-mail;

Aos jovens participantes desta pesquisa, por sua colaboração. Sem eles nada disso teria sido possível;

Ao diretor, aos vice-diretores e coordenadores da escola estadual onde os grupos puderam ser realizados. Agradeço pela boa vontade e pela disponibilidade;

Ao meu sogro pelo auxílio com o equipamento de filmagem e minha sogra pela colaboração no contato com a escola onde a pesquisa foi realizada;

Aos meus amados pais Carlos e Neusa: pela “hospedagem” nas minhas vindas a São Paulo, pelo incentivo, pela confiança e por acreditarem sempre;

Ao meu amado marido Almir: pelo apoio, pelas leituras críticas, pela amizade, por suportar minha ausência durante longos períodos, por estar ao meu lado sempre com palavras de incentivo e com a certeza de que tudo daria certo.

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa sobre as reais oportunidades de entrada dos jovens das camadas populares no mercado de trabalho. O estudo visou a análise do discurso de jovens (na faixa etária entre 15 e 24 anos), moradores da periferia da cidade de São Paulo, estudantes de ensino médio de uma escola pública estadual, com o objetivo de captar a percepção que estes possuem sobre as oportunidades encontradas para adentrar no mercado de trabalho. A partir de um resgate histórico da realidade político-econômica do país nos últimos 80 anos, pudemos entender os motivos pelos quais encontramos, nas últimas décadas, altos índices de desemprego. Uma discussão sobre os jovens brasileiros, também nos trouxe um panorama geral desta população a que nos propusemos estudar aqui. Pudemos levantar índices de desemprego, de crescimento populacional e, principalmente, de escolaridade destes jovens, de forma a conhecermos melhor o ambiente em que vivem e a quais situações estão expostos, que possam facilitar ou não sua vida profissional. Utilizou-se a técnica dos grupos focais, no qual cada participante pode discutir abertamente suas opiniões e percepções acerca do mundo do trabalho, as dificuldades que encontram para ingressar nesse universo e como agem para driblar tais dificuldades. A técnica foi empregada por facilitar a interação entre os participantes, contribuindo, desta forma, para que diversos assuntos fossem levantados e debatidos. O conteúdo observado durante a realização dos grupos pôde ser melhor interpretado a partir da análise do discurso, buscando os reais sentidos que o trabalho e a entrada no mercado de trabalho apresenta para estes jovens. A opção da utilização de análise de discurso também se deu baseada na linha construcionista que crê no fenômeno como objeto real a partir do processo de construção lingüístico-conceitual. Mapas de associação de idéias foram montados de maneira a observarmos, de forma mais clara, quais as principais temáticas discutidas pelos jovens durante os grupos e qual a importância e relevância de cada um no discurso.

PALAVRAS-CHAVE: DESEMPREGO, JOVENS, MERCADO DE TRABALHO, ANÁLISE DO DISCURSO.

ABSTRACT

The present work consists in a qualitative study on low class young people and their real opportunities of being admitted to a job in the labor market. It's been used the technique of "discourse analysis" applying on young students from 15 to 24 years old, living in a poor part of the São Paulo city, and studying in a free government school. It's aimed to focus on what they think about their success of getting a job, if they believe they can do it, by means of analysing their speeches. In the course of the explanation, it's presented the economic and politic circumstances Brazil has been through last decades and their impacts over what constitutes the object of this study. A pannel of Brazil economic and social index also is presented. Focus group technique has been used to check the opinions of the participants about their perspectives, how they plan to overthrough the predictable difficults coming along, how they interact and what they think. Discours analysis was the method used. Besides, the study is conducted according to the constructionism philosophy, which considers the linguistic-conceptual aspects of the phenomenon. Linking ideas were set down on a map to clarify the main emerging themes and the importance they seem to have for the interviewed people.

KEYWORDS: UNEMPLOYMENT, YOUNG PEOPLE, LABOR MARKET, DISCOURSE ANALYSIS.

ÍNDICE

Introdução	1
1. Cenário político-econômico	8
1.1 Industrialização nacional	8
1.2 Neoliberalismo no Brasil	13
1.3 Era do Real	16
2. Metodologia e Procedimentos	21
2.1 Fundamentos metodológicos	21
2.2 Procedimentos adotados	25
2.2.1 Aplicação da técnica - Grupo Focal	27
2.2.2 Discussão sobre o material coletado	29
3. O jovem e a questão emprego/desemprego	31
3.1 Camadas Populares	31
3.2 O jovem brasileiro	35
3.3 Transformações nos sistemas produtivos e globalização: o impacto nas taxas de desemprego e precarização do trabalho	38
3.4 A real situação do jovem brasileiro hoje	41
4. Trabalho/emprego: inclusão social e sofrimento	51
4.1 Trabalho humano	51
4.2 O papel do trabalho	53
4.3 Trabalho e sofrimento	58
5. Dando voz e vez aos jovens	62
5.1 Panorama social	63
5.2 Grupos temáticos	66
5.3 Realização dos grupos	71
5.3.1 Descrição	71
5.3.2 Material coletado nos grupos	71
Considerações finais	94
Bibliografia	97
Anexos	105

INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos 80, com a abertura do mercado interno e a globalização, o tema “emprego” tem sido um dos mais estudados e discutidos na área econômica, social e psicossocial, devido à crescente onda de desemprego que assola o mundo capitalista.

A preocupação com o tema é inevitável e, de certa forma, aumentaram os estudos a esse respeito, destacando-se aqueles que pregam o fim do emprego como alternativa para uma nova organização mundial (DE MASI, 2000; RIFKIN, 2001) e aqueles que denunciam a precariedade nas novas relações de trabalho (ANTUNES, 2005a e b; POCHMANN, 2001a e b;), todos eles sugerindo algum tipo de alternativa para a melhora desses índices.

O fenômeno é facilmente explicado pelo aumento da concorrência internacional no mercado interno, pois, atraídas pelos benefícios de uma produção com menores custos (devido à mão de obra mais barata que a dos países desenvolvidos), empresas multinacionais transferem para os países menos desenvolvidos a parte mais operacional de sua linha produtiva, necessitando somente de mão-de-obra pouco qualificada e barata, além de contribuir para a precarização das relações trabalhistas. Conforme coloca Pochmann (2001b: 33): “a mão-de-obra envolvida nesse processo produtivo assume menor custo do trabalho e as mais flexíveis e precárias condições de trabalho possíveis ao empregador, não exigindo, em contrapartida, qualificação profissional superior”.

Apesar do aumento da preocupação com o tema do desemprego, existem, há mais tempo, estudos sobre o próprio trabalho e as suas conseqüências, sejam elas positivas ou negativas: inclusão social; saúde do trabalhador (física e psíquica); formação da identidade; entre outros.

Esses estudos trouxeram - e ainda trazem - nova luz aos problemas daqueles que se encontram empregados e são vítimas do desempenho de suas atividades e daqueles que se encontram desempregados (DEJOURS, 2007; FRANZOI, 2006; CASTEL, 2007; DRUCK 1999; OLIVEIRA, 2006).

Por conta deste panorama e por outras questões histórico-econômicas, constata-se que parte expressiva da população brasileira, inclusive nos grandes centros urbanos, encontra-se desempregada. Podemos comprovar através da PED 2006¹ que a taxa de desemprego em algumas regiões metropolitanas têm se mantido altas, como na região metropolitana de São Paulo que foi de 14,1% em novembro de 2006; 11,9% na região metropolitana de Belo Horizonte e 22,6% na região metropolitana de Salvador (PED – Dieese, 2006).

Dentre aqueles que se encontram ocupados², grande parte tem renda menor do que 1 salário mínimo³, sendo que em São Paulo, esse número chega a 12,5% da população ocupada; em Belo Horizonte, chega a 12,3% e em Salvador, 20,9%, decorrência da relativa precariedade que tem caracterizado as relações de trabalho através dos temporários, *part time*, da terceirização e da informalidade (ANTUNES, 2005a, 2005b).

Porém, as maiores vítimas desses índices são os jovens, na idade entre 15 e 24 anos, de origem humilde, oriundos das camadas populares. Esses jovens possuem contra si a própria situação de falta de experiência, a falta de preparo para enfrentar o mercado de

¹ Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese

² Ocupados - São os indivíduos que, nos sete dias anteriores ao da entrevista, possuem trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho; ou que, neste período, possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não tenham procurado trabalho diferente do atual; ou possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho. (PED - Dieese)

³ “Quem são os ocupados que ganham salário mínimo?”. Nota Técnica PED - Dieese.

trabalho, a formação escolar defasada (dado que será visto mais adiante quando tratarmos da questão da escolaridade dos jovens e do ensino médio público).

Os jovens das camadas populares possuem, por sua própria origem, maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, que atualmente exige experiência e outras habilidades e competências que sua situação de urgência em ter um emprego o impedem de desenvolver, o que não acontece com os jovens das classes média e alta que têm sua permanência na escola e seu tempo de preparo prolongados, graças a uma melhor condição econômica familiar que os permitem manter-se nesta situação por mais tempo.

Por essas colocações, espera-se nesta pesquisa responder se os jovens das camadas populares, em busca de seu lugar no mercado de trabalho, percebem esses novos tempos de mudança e de inevitável adaptação e como se preparam para elas. Como isso aparece em suas práticas discursivas?

O trabalho em questão tem por objetivo a análise das práticas discursivas de jovens (entre 15 e 24 anos), que passam pelo momento de busca do primeiro emprego ou que já trabalhem e, verificar nesses discursos, quais os componentes que denotam a percepção da realidade econômica ou se há um discurso mágico e fantasioso, formado por expressões abstratas, como forma de alcançar seus objetivos (AGUIAR e OZELLA, 2003).

O interesse em desenvolver esse tema vem de uma experiência pessoal na área de RH, realizando processos seletivos em empresas prestadoras de serviços e indústrias, além da coordenação de treinamentos para programas de trainees de multinacionais, onde foi possível conhecer as expectativas do mercado com relação aos candidatos e futuros funcionários e constatar as exigências de perfil desses candidatos na maioria das empresas, principalmente nas multinacionais, ou nas suas prestadoras de serviço, em que se exige

certo grau de preparo técnico, formação superior, fluência em dois ou mais idiomas, conhecimentos avançados em informática etc.

Assim, passou-se a investigar as reais oportunidades que jovens das camadas populares têm de decidir e escolher sua profissão diante da realidade política e econômica do país e diante de um perfil exigido que teriam dificuldade em se encaixar.

Para alcançar as diversas nuances que envolvem a situação do jovem brasileiro, com relação à sua formação e suas oportunidades de entrada e permanência no mercado de trabalho, foi necessária uma investigação em nossa história econômica e política, além de levantamentos estatísticos sobre a escolaridade dos jovens nas camadas econômicas de menor poder aquisitivo e um rápido debate sobre a questão do sofrimento no mundo do trabalho, para aqueles que fazem ou não parte dele.

Essa dissertação se inicia com um rápido relato histórico das políticas econômicas do país nos últimos 80 anos.

A escolha de um período tão longo se deu por ser este o período onde se iniciaram as políticas voltadas para o trabalho e o trabalhador, iniciando na Era Vargas e seu governo conhecido como “populista”, época em que as primeiras ações voltadas aos trabalhadores tiveram início, através da criação do Ministério do Trabalho e da implantação da CLT, não sem um interesse intrínseco do próprio Vargas de comandar de perto as relações trabalhistas entre sindicatos, trabalhadores e empresas (RODRIGUES, 2004).

O primeiro capítulo mostra os caminhos percorridos pela economia nacional, desde o início de uma política desenvolvimentista - que incentivou a industrialização nacional em detrimento das zonas rurais, forçando milhares de trabalhadores do campo a deixarem suas cidades para engrossar o contingente de trabalhadores urbanos – passando pelo período do Regime Militar, pelo período da chamada democratização nacional e a consequente onda de

planos econômicos, altas taxas de inflação, abertura do mercado interno para as importações e, finalmente, concluindo com os últimos mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Esse capítulo objetiva trazer à tona todo o histórico político e econômico das últimas décadas e suas conseqüências para os trabalhadores brasileiros em cada uma das épocas detalhadas nesta pesquisa.

O segundo capítulo está destinado à metodologia utilizada nesta pesquisa. O foco principal - o discurso dos jovens das camadas populares sobre o mercado de trabalho - foi coletado a partir da utilização de grupos focais realizados em uma escola pública estadual da cidade de São Paulo em um bairro afastado do centro, na Zona Leste da cidade. Os grupos foram realizados com alunos do ensino médio do período noturno.

O terceiro capítulo mostra a real situação do jovem brasileiro com relação à sua escolaridade e entrada no mercado de trabalho. Trouxemos o número de jovens brasileiros existentes hoje no país e a relação desse número com a oferta de empregos para pessoas dessa faixa etária e os índices de desemprego que afetam a todos e mais incisivamente os jovens na faixa dos 15 aos 24 anos. O capítulo discute a juventude e as dificuldades enfrentadas, principalmente pelos jovens das camadas populares, ao buscarem colocação ou permanência no mercado de trabalho, levando-se em conta escolaridade, formação de suas famílias, necessidade de contribuir com o sustento da casa e desejo de custear sua própria formação escolar e profissional.

Mostramos as diferenças de oportunidades que possuem os jovens das camadas populares e os jovens de classes altas quando o assunto é seu preparo para a entrada e permanência no mercado de trabalho. Aqui se encontra uma das discussões desta pesquisa: as reais oportunidades que possuem os jovens das camadas populares em encontrar um

trabalho o qual lhe satisfaça financeiramente mas, não somente isso, uma profissão que tenha sido sonhada e escolhida, para isso faremos uma análise de seu discurso pois, o que nos interessa é a forma como surgem estas escolhas e como são discutidas por eles. Aproveitamos para deixar claro porquê chamá-los de jovens das camadas populares em detrimento de outras nomenclaturas possíveis como classe operária, classe trabalhadora ou classe C, D e E.

O jovem também é vítima da precarização das relações de trabalho e, por sua condição de inexperiência pessoal e profissional, muitas vezes é vítima de empresas que se aproveitam dessa situação para contratá-los como estagiários (pagando salários baixíssimos), como mão-de-obra barata para trabalhos operacionais e braçais.

O quarto capítulo discute o papel do trabalho como via de inserção social, principalmente para os jovens, cujo momento de entrada no mercado de trabalho marca sua passagem para a vida adulta. Discute, também, o seu pertencimento à sociedade capitalista de consumo e o pertencimento às empresas, cujos empregos lhe traz benefícios e garantias.

O trabalho, muitas vezes, traz consigo o sofrimento. Discutimos aqui o sofrimento daqueles que, por fazerem parte de uma corporação, e por temerem o desemprego, se submetem à cobranças descabidas com produtividade, desempenho etc, levando à uma situação de sofrimento. A partir dessa discussão, trazemos à tona a banalização do sofrimento tanto dos que se sacrificam em nome da sua permanência no emprego, quanto daqueles que se encontram desempregados e excluídos da sociedade capitalista.

Esse capítulo também realiza a discussão do papel central do trabalho na vida das pessoas, o paralelo entre o modelo fordista e o toyotista de trabalho assalariado como garantia de segurança e o novo modelo de trabalho informal e como esse modelo pode ou não servir para os jovens em busca de uma colocação profissional e fonte de renda.

A análise do conteúdo coletado através dos grupos focais foi realizada no capítulo quinto e foi auxiliado pelos mapas de associação de idéias, os quais nos permitiram perceber quais são as temáticas mais discutidas entre os jovens quando o assunto é mercado de trabalho e nos auxiliou a responder às principais perguntas desta pesquisa: qual a percepção que os jovens das camadas populares possuem do mercado de trabalho, como se adaptam a ele e como essa percepção aparece em seu discurso?

1 - CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO

A história do trabalho assalariado no Brasil segue por caminhos particulares, tendo seu início marcado pelo fim da escravidão e pelo impulso tecnológico do início do século XX:

Com a abolição da escravidão, no último quartel do século XIX, o emprego assalariado passou a ganhar impulso, sobretudo a partir da Revolução de Trinta, quando o projeto de industrialização nacional começou a conformar a base do desenvolvimento de uma sociedade salarial (POCHMANN, 2001b: 96).

A história político-econômica do Brasil é permeada por alguns sucessos e inúmeros fracassos que contribuíram para a instabilidade econômica e, conseqüentemente, aumentaram sobremaneira os índices de desemprego no país e a desigualdade social.

1.1 – Industrialização nacional

A partir dos anos 30 o país iniciou uma política chamada desenvolvimentista, momento este em que o governo visava dar maior incentivo ao crescimento do mercado interno, em detrimento das importações, e incentivando o país a desenvolver seu próprio mercado industrial, de forma a aumentar sua participação no mercado mundial de produtos manufaturados e deixar para trás a imagem de país agrícola e fornecedor de produtos primários para exportação.

Como nos mostra Pierucci (2004:218), os anos 30 foram marcados pela priorização do desenvolvimento do mercado interno “adotando uma estratégia em que a industrialização aparece como instrumento para tornar a economia nacional o menos dependente possível do mercado mundial”.

Neste período inicia-se a entrada de trabalhadores rurais no mercado de trabalho industrial dos centros urbanos, ganhando espaço junto aos trabalhadores que antes eram, em

sua maioria, estrangeiros, principalmente italianos, vindos na época das imigrações européias.

Os trabalhadores estrangeiros, por serem oriundos de países da Europa, berço das greves e reivindicações trabalhistas, possuíam conhecimento sobre seus direitos e lutavam por melhores condições de trabalho. Já os trabalhadores oriundos do campo, viam na cidade uma oportunidade de crescimento, tinham pouca ou nenhuma instrução e passar a fazer parte de uma indústria era considerado como ascensão social. Eles não tinham interesse em melhorar suas condições de trabalho pois, segundo sua percepção, já encontravam-se em situação melhor que a vivida no campo, o que consideravam uma melhora.

Esta mudança do perfil dos trabalhadores urbanos gera dois fenômenos: exploração da mão-de-obra, devido à falta de qualificação profissional e do esclarecimento a respeito de suas condições de trabalho e a falta de lideranças operárias e de formação de movimentos sindicais, também devido aos mesmos motivos. Como assinala Rodrigues (2004):

(...) os níveis de qualificação educacional e profissional da mão-de-obra de origem rural, de onde foi recrutada parte importante do proletariado fabril e dos trabalhadores manuais urbanos eram extremamente baixos, fato que agiu no sentido de tornar difícil a emergência de uma liderança operária saída do próprio interior da classe (p.553).

Este período entre as décadas de 30 e início da década de 40 ficou conhecido como a Era Vargas (pois seu início se deu no primeiro mandato de Getúlio Vargas na Presidência em 1930 e perdurou até sua deposição em 1945) e foi marcada pela concepção de que o governo deveria regulamentar toda e qualquer relação entre trabalhadores e empregadores e entre trabalhadores, sindicatos e empresas. Para colocar em prática esse objetivo, criou-se em 1930 o Ministério do Trabalho e em seguida, promulgou-se e foi colocada em vigor a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Getúlio Vargas, desta maneira:

(...) passaria a reger todo o vasto campo de funcionamento interno dos sindicatos, das relações entre o Estado e as associações operárias, das relações entre estas últimas e os sindicatos patronais, entre os empregadores e os empregados no interior dos locais de trabalho (RODRIGUES, 2004:522).

Getúlio Vargas passou por diversos mandatos, permanecendo no poder durante 15 anos ininterruptos (1930-1945) e mais 3 anos a partir de 1951 por voto popular. Deixou a presidência finalmente em 1954 (ano de sua morte) legando aos sucessores uma inflação

crescente. Após alguns rápidos mandatos de alguns presidentes, em 1956 quem assume é Juscelino Kubitschek, com um governo populista e desenvolvimentista que, assim como Vargas, apoiou a indústria interna para diminuir as exportações, porém, deixou de apoiar o sistema agrário, o que gerou maior miséria no campo e maior deslocamento da mão-de-obra barata para os centros urbanos.

O conhecido slogan de seu governo: “50 anos em 5” trouxe um inegável ritmo acelerado de crescimento econômico e diversificação no sistema produtivo porém, no último ano de seu governo a inflação chegava a 30,9%, o que trouxe graves problemas para o sistema econômico nos anos que se seguiram. O incentivo ao desenvolvimento industrial não incluía as áreas rurais e as menos industrializadas, iniciando um processo de desigualdade social, como nos mostra Maranhão (2004):

(...) mesmo a noção de ‘desenvolvimento’ veiculada pela propaganda presidencial não podia ocultar que os êxitos do período estiveram associados ao aumento das disparidades regionais, das desigualdades de renda, dos focos de tensão, dos bolsões de miséria (...). Nem podia ocultar a retirada de renda dos assalariados através da própria inflação, que se torna particularmente grave após 1969 (p. 267).

Inicia-se então, uma batalha contra a inflação, através de contenção de gastos públicos, restrição ao crédito e limitação dos aumentos salariais.

No início da década de 60, mais precisamente no ano de 1961, após renúncia do presidente eleito por voto direto, Jânio Quadro, assume seu vice, João Goulart (Jango). Seu governo voltado aos interesses dos trabalhadores, tendo como principal bandeira a reforma agrária e as reformas de base, provocou grande descontentamento e embates políticos que culminaram no movimento militar, levando à eliminação do regime constitucional em abril de 1964.

No período do Regime Militar (iniciado em 1964), a economia volta a crescer (após período de altas taxas de inflação) por conta de “um programa de ação centrado na redução/eliminação do desequilíbrio orçamentário, controle da expansão monetária e creditícia (...) e contenção dos reajustes salariais nominais dos trabalhadores assalariados” (MACARINI, 2006).

Os trabalhadores, já tão prejudicados pela inflação, passam a ter seus salários ajustados por decisão do governo federal e, entre os anos de 1965 e 1967 estes reajustes

foram inferiores ao custo de vida da época, o que trouxe uma queda no valor real dos salários (SINGER, 2004).

O final dos anos 60 e início dos 70, ficaram marcados pela política focada no incentivo ao desenvolvimento da nação e na diminuição ou fim da inflação. Para atingir seus objetivos, o Governo Militar lançou mão de medidas liberais, onde buscou fortalecer a indústria nacional e reduzir o déficit orçamentário, através de um programa de desenvolvimento, implantado pelo Ministério do Planejamento, chamado PED⁴, coordenado pelo então Ministro Delfin Neto.

A partir de incentivos fiscais, ajustes econômicos e beneficiamento político, a indústria nacional teve seu período de maior crescimento, tendo na indústria automobilística o ícone do final dos anos 60, chegando a atingir 270 mil unidades produzidas no ano de 1968.

Outras indústrias nacionais como a construção civil (devido ao incentivo habitacional), materiais de construção e a indústria têxtil são exemplos da expansão da economia interna (MACARINI, 2006).

O fortalecimento da indústria e das empresas nacionais se deu por incentivos fiscais (isenções e abatimentos) acreditando-se que, ao reforçarem a capacidade de geração de recursos:

facilitariam a busca da disciplina monetária e, quem sabe, ensejando algum alívio nas taxas de juros. Numa perspectiva de longo prazo, esses mesmos efeitos seriam assegurados por meio da desejada expansão do mercado de capitais, reduzindo o grau de dependência do crédito bancário (MACARINI, 2006).

O PED tinha por objetivo o desenvolvimento do país e uma das estratégias programadas era o aumento do poder de compra dos trabalhadores (urbanos e rurais), aumentando assim, a participação desta renda no mercado interno e visando:

que considerável percentagem da população urbana e rural tenha nível de renda capaz de permitir consumo habitual de bens industriais, principalmente não duráveis, que sustente o crescimento das Indústrias Tradicionais a taxas próximas das do crescimento do PIB (PED: IV-11 apud MACARINI, 2006).

⁴ Brasil. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. *Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-1970* : Área Estratégica IX : Infra-Estrutura Social

Desta maneira, criaram-se postos de trabalho, aumentado a circulação interna da moeda e conseqüentemente, incentivando a Indústria Nacional, como coloca Hélio Beltrão (então Ministro do Planejamento): “Podemos enfrentar a inflação tranqüilos agora, porque a economia está recuperada, todos os índices foram positivos, o aumento de empregos foi impressionante em 1968” (Folha de S.Paulo, 05/01/69, apud MACARINI, 2006).

No início dos anos 70 o Brasil encontrava-se numa fase de tranqüilidade econômica: a inflação encontrava-se estável. Desta forma, o Governo Militar aumentou sua preocupação com a aceleração do desenvolvimento do país mergulhando de cabeça na “Era do Milagre Econômico”.

Em meados dos anos 70, com a crise mundial do Petróleo⁵, esperava-se uma alteração político-econômica a fim de vencer a crise que afetava também o país, porém, não foi o que aconteceu: manteve-se a política de substituição de importações de bens de capitais e matérias primas, sustentado por altos investimentos públicos nos setores de energia e infra estrutura internos, às custas de empréstimos estrangeiros.

Desta forma, a instabilidade e os problemas econômicos que fizeram com que os militares assumissem o governo em 1964 voltaram à tona através da alta da inflação e da estagnação econômica (KINZO, 2001).

Para os trabalhadores a situação tornava-se, então, cada vez pior, pois durante os anos 70, com o resultado da implantação do PED e o fracasso do modelo desenvolvimentista, o mercado de trabalho inicia o mergulho na crise, pois até então, os empregos se baseavam no modelo industrial que começava a ruir. Como coloca Leite (2002:53): “com o aprofundamento da crise (...) tem-se na economia brasileira a ruptura do padrão de estruturação do mercado de trabalho associado à desarticulação do modelo de desenvolvimento industrial”.

Ao final dos anos 70 o país encontra-se numa situação de crise, resquício triste de uma época de ouro que durou dos anos 30 até início da década de 70, onde o crescimento

⁵ Crise iniciada em 1973 durante a Guerra do Yon-Kippur, quando os árabes, organizados pela OPEP (fundada em Bagdá, em 1960), decidiram aumentar o preço do barril de petróleo de US\$ 2,9 para US\$ 11,65 (aumento de 301%).

da indústria nacional mudou o perfil do trabalhador brasileiro: de homem do campo para trabalhador da indústria, assalariado e com benefícios assegurados por lei.

No final dos anos 70 “há um processo de desaceleração do crescimento econômico e até mesmo decréscimo da economia. O país que nos anos 70 foi um mercado atrativo para investimentos estrangeiros na forma de empréstimos, encontra-se, no final da década, endividado” (DRUCK, 1999: 62).

O governo do General Figueiredo (1979 – 1984) recebeu como herança este cenário que só fez se agravar, com o crescente aumento das dívidas externas e da inflação. Durante seu mandato houve a primeira tentativa de estabilização, através de plano econômico que gerou, com seu fracasso, queda na atividade econômica e aumento do desemprego (KINZO, 2001).

O Regime Militar esteve tão preocupado com a diminuição da inflação e com a aceleração do crescimento do país que não só deixou de lado problemas importantes como a pobreza e a desigualdade social, mas intensificou este quadro ao incentivar as áreas industriais e urbanas em detrimento das áreas rurais, movimento este que se iniciou na Era Vargas e, durante mais de 30 anos, foi mantido.

1.2 – Neoliberalismo no Brasil

Os anos 80 são caracterizados por um período de transição nos contextos nacional e internacional: grave crise econômica/inflação e movimentos sociais e sindicais, porém com a manutenção da estrutura industrial e dos padrões de desenvolvimento.

No início dos anos 80, o Brasil inicia um movimento de redemocratização, pois fazia parte do plano militar, que estes deixassem o cenário político para não desgastar sua imagem de Forças Armadas (KINZO, 2001). Esta mudança foi - por imposição dos próprios militares, que não desejavam perder seu poder de comando - gradual e lenta.

Movimentos como a abertura política, a criação de novos partidos de esquerda (como o PT, o PDT e o PTB), e a mobilização nacional pelas eleições diretas (Diretas Já), sinalizavam os novos tempos e o enfraquecimento do Governo Militar.

Neste período a elite política e econômica nacional, diante da perda do apoio do governo, adotou a filosofia e os princípios do neoliberalismo, que pregavam políticas de rejeição às regulamentações estatais e aos tributos. Esta nova política foi primeiramente adotada pelos EUA e Grã-Bretanha, estimulando o resto do mundo a adotá-la, dado seu impacto (SCHILLING, 2002).

O neoliberalismo sugere e apóia a idéia de “manter o Estado forte o suficiente para acabar com os sindicatos e para controlar o dinheiro, mas retirar-se da economia, abstendo-se de intervenções econômicas e gastos sociais” (SILVA, 2002).

Trata-se de uma política que visa o lucro dos empresários, reduzindo as ações em prol da classe trabalhadora, contendo-se os gastos e promovendo uma manutenção da taxa “natural” de desemprego, o que impediria pressões salariais e inflação (SILVA, 2002).

Os anos 80 ficaram marcados pelas constantes crises econômicas, pelos avanços tecnológicos e pelo início da Globalização, assim como ressalta Leite (2002):

A década de 80 irá então se caracterizar pelo esgotamento do dinamismo da economia brasileira tanto no que toca à acumulação de capital quanto ao padrão de organização industrial (...). isso devido ao impacto decisivo da emergência de um novo padrão produtivo e tecnológico (p. 59).

No entanto a crise pela qual o país atravessava não era exclusividade nossa. O mundo passava por uma nova onda em que a competitividade produtiva trazia à tona a busca por processos cada vez mais eficazes, através do controle de qualidade: buscava-se maior produtividade com menor número de trabalhadores, porém, qualificados.

No Brasil, o aumento na concorrência entre as empresas que, sem o apoio financeiro e tributário da época do “Milagre Econômico” e obrigadas a neutralizar as mobilizações de trabalhadores que se iniciavam⁶, se viram obrigadas a iniciar um processo de adequação, o

⁶ Como exemplo temos o surgimento do Partido dos Trabalhadores no início dos anos 80, oriundo de mobilizações sindicais na região do ABC paulista, pólo metalúrgico de concentração das montadoras de automóveis na época.

que refletiu diretamente na alteração do perfil dos funcionários: maior qualificação e comprometimento destes no processo produtivo.

Não houve um aumento bruto nas taxas de desemprego, mas uma maior procura por trabalhadores com melhor escolaridade e qualificação técnica. Houve, também, um aumento na criação de postos públicos e geração de empregos no comércio e prestação de serviços. Apesar disso, as altas taxas de inflação derrubaram o poder de compra dos salários.

Durante o período entre 1986 e 1994, o país passou por inúmeros planos econômicos e quatro trocas de moedas, o que gerou grande instabilidade econômica, política e social.

Os anos 90 se iniciam com as primeiras eleições diretas após 20 anos de Regime Militar e com a vitória de Fernando Collor que, através de um Plano Econômico audacioso, pretendia estabilizar a inflação, diminuir os gastos do Estado e modernizar a economia: mais um fracasso econômico que só gerou impacto negativo na vida da população e principalmente dos trabalhadores.

Além disso, seu governo ficou marcado pela crescente onda de privatizações que, foram alardeadas como o mito de que “o esvaziamento do papel do Estado levaria o país ao crescimento econômico sustentado, com elevação no nível de ocupação” (POCHMANN, 2001a: 7). Porém a realidade se mostrou outra:

A ampliação da presença do setor privado no comando da economia brasileira durante os anos 90 veio acompanhada da explosão do desemprego. Em grande medida, o processo de revisão do papel do Estado, estimulado pela privatização do setor estatal, contribuiu para a explosão das demissões nas empresas públicas, sem a necessária contrapartida da geração de novas vagas no setor privado (idem:35).

Neste período o país enfrentou um significativo rebaixamento da capacidade de expansão da economia, sendo que, segundo Pochmann (2001b), durante a década de 90 “(...) a cada 10 empregos criados somente 2 eram assalariados, porém sem registro formal (...)” (p. 97), e ainda:

A constatação acerca da forte desaceleração dos postos de trabalho assalariados formais permite identificar uma profunda modificação na qualidade da ocupação gerada no país. Ao se reconhecer que o emprego assalariado formal representa o que de melhor o capitalismo brasileiro tem constituído para sua classe trabalhadora (...)conclui-se que a sua redução absoluta nos anos 90 vem acompanhada do

aumento de vagas assalariadas sem registro e de ocupações não-assalariadas, implicando aumento considerável da precarização das condições e relações de trabalh. (idem:98).

Dando continuidade à redemocratização do país, os governos que se sucederam mantiveram o perfil neoliberal, pois como coloca Antunes (2004:131): “foi entretanto no Governo FHC, entre 1994 e 2002, que ele (Neoliberalismo) de fato deslanchou. Como em quase toda a AL, o desemprego, a precarização do trabalho e a exclusão social proliferaram”.

Assim foram os anos 90 e início dos anos 2000, com o duplo mandato do Presidente FHC (1995 - 1998 e 1999 - 2002) e a criação do Real, e mais recentemente o duplo mandato do Presidente Lula (2003 - 2006 e 2007 - atual).

1.3 – Era do Real

A chamada Era do Real nasceu no período em que Fernando Henrique Cardoso ainda era Ministro da Fazenda no Governo de Itamar Franco. Trata-se de um plano de estabilização fiscal, com intuito de fortalecer a moeda (criou-se, a partir de então, o Real) e o governo federal, a partir do enfraquecimento dos governos estaduais e aumentando a crise financeira (ABRUCIO, 2005).

O Governo FHC se caracterizou pelo gradativo aumento dos índices de desemprego, resultado de ajustes econômicos, buscando-se o desenvolvimento do país, como mostra Freitas (2007):

Pobreza e desigualdade são os grandes desafios da sociedade brasileira do século 21. Suas raízes remontam ao passado histórico, mas suas causas mais imediatas podem ser localizadas em 1994, quando, de fato, teve início a crise do padrão de desenvolvimento; as incertezas decorrentes dos mecanismos de ajuste econômico e as conseqüências do processo de reestruturação econômica e política do Estado brasileiro e, conseqüentemente das áreas associadas à execução de políticas sociais.

O governo de FHC ficou caracterizado por uma política externa de estreita associação e dependência do governo dos EUA, do FMI e do Banco Mundial, e identificava-se com o “núcleo duro” do neoliberalismo (SADER, 2006). O Brasil assumiu um posicionamento submisso ao sistema financeiro internacional e tornou-se campo fértil e lucrativo para as multinacionais que aqui estavam, apoderando-se dos recursos do Estado.

Nesse sentido, o governo de Lula se iniciou com diversos desafios, entre eles o de conter o caos econômico em que o país estava prestes a entrar e, além disso “havia a esperança de que o governo Lula se comprometesse com um amplo e consistente sistema de atenção e proteção, no âmbito das necessidades humanas e sociais (...)” (FREITAS, 2007).

Por ter sua origem em um partido “trabalhista”, que possui como principal bandeira a luta da classe trabalhadora, imaginou-se que Lula traria consigo reformas que beneficiassem essa população, além de brigar por políticas públicas que incentivassem a geração de empregos para os jovens, desempregados e aqueles que se encontravam no trabalho informal. Não foi bem isto que ocorreu no início.

Para surpresa de muitos, o governo de Lula desviou-se de suas bases e iniciou com políticas neoliberais, totalmente contrárias à suas crenças e ao seu programa eleitoral, porém necessárias, conforme aponta Antunes (2004):

Para aqueles que esperavam pelo principiar da mudança profunda da política econômica, contraditando os interesses do FMI, dos organismos multilaterais, das finanças e das transnacionais; (...) enfim, pelo início de um programa efetivo de mudanças, com prazos e caminhos construídos com sólida impulsão social, foi pesaroso ver que a primeira ‘reforma’ do governo Lula foi agendada pelo FMI (p.2).

E assim foi seu primeiro mandato: uma política econômica que, não obstante, dá continuidade àquela herdada de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. Tornou o país extremamente vulnerável às oscilações da economia mundial, fazendo com que a cada ameaça dos EUA de subirem sua taxa de juros, o país sofresse profundos abalos em sua economia.

Entretanto, muitas de suas ações geraram resultados positivos, colocando seu governo num patamar acima do anterior, em termos de políticas sociais. Em termos gerais, os programas sociais do governo Lula têm mostrado resultados favoráveis, apontando

decréscimo gradual dos índices de desemprego nos últimos anos, pois segundo o IBGE o índice de desemprego em 2006 caiu para 8,4%, dos 9,3% de 2005.⁷

Como dito anteriormente, o governo de Lula caracterizou-se por um início voltado para ações que dessem continuidade às políticas neoliberais de Fernando Henrique, porém foi e está (neste segundo mandato) se voltando para as questões sociais mais do que o governo anterior, contrariando os preceitos neoliberais.

O país talvez não tenha a pretensão e está longe de alcançar um Estado de Bem-estar Social ou “Welfare State” compreendido como “um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa ‘harmonia’ entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social (...)” (GOMES, 2006), porém se deparou, nos últimos anos, durante o governo Lula, com uma política social que pretende garantir, através de um conjunto de ações governamentais, diminuir a pobreza absoluta e a desigualdade de renda.

Dentre estas ações, o Programa Bolsa Família e o aumento do salário mínimo em 40%, aparecem como arautos de um futuro melhor. O Programa Bolsa Família atendia em maio de 2006, 99,9% dos municípios brasileiros, beneficiando 11 milhões de famílias, representando 21% do orçamento familiar e, em alguns municípios, chegando a ser a principal fonte de renda, superando a arrecadação municipal (MENDES e MARQUES, 2007).

Além de atender seu principal objetivo que é o de tirar da miséria parte significativa da população, o programa gera divisas, movimentando o mercado local e, conseqüentemente, gerando empregos.

O governo de Lula, no início, não contentou àqueles que nele votaram, porém foi capaz de aumentar significativamente a atuação do Estado em ações sociais visando o aumento da renda e a inclusão social: “apesar do rebaixamento da parcela salarial em relação ao total da renda nacional durante as últimas duas décadas, assistiu-se ao contramovimento de ampliação das medidas públicas de transferência de renda” (POCHMANN, 2007). E ainda:

⁷ IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego

O conjunto dos programas de garantia de renda envolveu a quantia dotada de 34,7 bilhões de reais para o ano de 2004. Quando considerada a quantidade de 16,9 milhões de benefícios pagos, chega-se ao valor médio mensal de R\$ 171,11, na forma de recursos públicos. Em resumo, os quase 17 milhões de benefícios de renda transferidos para uma parcela significativa de pessoas não ocupadas, que equivalem à cerca de 2/3 do salário mínimo nacional (idem).

Podemos, então, notar que a história política econômica do país passou, no último século, por profundas alterações. Tais alterações focaram a industrialização nacional, visando o fortalecimento do mercado interno e a retirada do país de uma posição periférica no mundo industrial como mero exportador de matéria prima.

Estas políticas desenvolvimentistas fizeram com que o mercado de trabalho se apoiasse 100% na indústria e atingisse níveis assombrosos de desemprego quando, por conta da Revolução Industrial ou da derrocada da era desenvolvimentista, milhares de trabalhadores não tivessem onde se empregar. Gerou-se assim, desemprego, terceirizações, informalidade e tudo o mais que presenciamos atualmente no mundo do trabalho.

Além disso, muitas áreas afastadas do país, áreas com pouco ou nenhum potencial para a industrialização, foram deixadas de lado e milhares de seus habitantes optaram por deixar suas casas e partir em busca de um emprego urbano, o que lhes traria segurança. Infelizmente essa população foi preterida no mercado de trabalho e os mais escolarizados ou tecnicamente mais capacitados ocupavam as vagas de trabalho. Mais desemprego e mais miséria.

Mesmo com este cenário, podemos demonstrar que nos últimos anos, principalmente no período compreendido entre os dois mandatos de Lula, observou-se um crescimento acentuado nas taxas de ocupação. Segundo a PNAD de 2007⁸, o número de trabalhadores com carteira assinada no Brasil alcançou 35,3%, totalizando 32 milhões de pessoas. Em 2006 o percentual era de 33,8% e em 2005, foi de 33,1%.

Apesar desse panorama, ainda vivemos na montanha russa da economia nacional que deixou e ainda deixa suas marcas nos mais fracos: os trabalhadores que, ao menor sinal de crise, são os primeiros a serem afetados. Segundo a PNAD de 2006, o salário médio do trabalhador nesse ano foi o maior desde 1999, porém mais baixo que em 1996, significando que, em dez anos o trabalhador viu seu salário desvalorizar.

⁸ Pesquisa nacional por amostras de domicílio. IBGE

A mais recente pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2007⁹ mostra que o Brasil ocupa a septuagésima posição entre os 177 países analisados, mas apesar deste resultado, apresenta um novo movimento: o de saída do grupo de desenvolvimento médio para o grupo de países com desenvolvimento moderado, significando uma leve esperança de estabilização, porém, com inúmeros desafios no que diz respeito à educação e à geração de empregos, principalmente para os jovens.

Discutiremos mais adiante a situação em que se encontra o jovem brasileiro das classes menos favorecidas com relação à educação e às taxas de emprego e desemprego.

⁹ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2002. Disponível em: <<http://www.undp.org.br/HDR/HDR2002/Left.htm>>

2 – METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

2.1 Fundamentos metodológicos

A proposta deste trabalho é a de analisar a prática discursiva de jovens, na idade entre 15 e 24 anos, sobre as questões relativas ao mundo do trabalho: emprego, desemprego, primeiro emprego, formação etc. Pretendemos identificar em seu discurso qual a percepção que possuem do mundo atual do trabalho e o que fazem para se preparar para ele.

Diante de estatísticas que nos mostram que, em 2005, mais de 1,5 milhão de jovens entre 16 e 24 anos encontravam-se desempregados, representando 45% do número total de desempregados com idade superior a 16 anos¹⁰, vemos que parte expressiva dos jovens brasileiros encontra-se sem emprego ou em busca do seu primeiro emprego.

De toda a população jovem do país, aqueles pertencentes às camadas populares, são os que apresentam maior dificuldade em iniciar seu primeiro trabalho, por diversos fatores, como escolaridade, experiência, moradia distante dos centros urbanos etc.

O projeto em questão visa analisar as práticas discursivas dos jovens que sejam ingressantes no mercado de trabalho (que estejam em busca de emprego ou que já estejam empregados) e verificar como preparam sua inserção neste.

Pela particularidade do objeto de estudo deste trabalho e pela busca constante das ciências sociais em desenvolver novas formas de produzir conhecimento a partir da subjetividade, trabalharemos numa abordagem qualitativa.

Assim como coloca González Rey (1999: 9), o termo qualitativo representa a busca por adentrar em esferas inacessíveis do objeto, e nossa escolha pela melhor metodologia

¹⁰ DIEESE – *A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos*. Estudos e Pesquisas. Ano 3, nº 24, setembro de 2006.

deve ser baseada na própria escolha do que queremos estudar, neste caso, a formação de um discurso juvenil sobre determinado assunto.

Para a perspectiva construcionista, a realidade, assim como a conhecemos, é resultado de nossas práticas para representá-la. Portanto, segundo Ibañez (2001), devemos abandonar a preocupação em saber se há garantias (procedimentos, métodos, objetividade) de que o conhecimento corresponda com a realidade:

Abandonemos la pretención de dar cuenta de como son los objetos preexistentes a su tratamiento científico, y centremos nuestras preocupaciones em explicar los procesos mediante los cuales los hemos contituido como objetos (IBAÑEZ, 2001: 223).

A perspectiva construcionista nos traz a noção de que a realidade existe somente a partir da forma como nós a acessamos por isso:

decir que los hechos desmienten o confirman algo es un enunciado metafórico porque los hechos no pueden por si mismos desmentir o confirmar nada. Alguién tienen que interpretarlo em tanto que confirmes o disconfirmes com lo que se dice acerca de ellos (idem: 237).

Ainda baseados na perspectiva construcionista, verificamos que a preocupação em acessar a realidade não está focada no tipo de procedimento que irá ser utilizado, mas na forma do investigador interagir com a realidade pois, para o construcionismo, qualquer fenômeno adquire seu status de objeto real mediante um processo de construção lingüístico-conceitual.

A definição de procedimentos ou de métodos de análise deste trabalho estão baseados no fato de que: “Para o construcionismo a própria noção de indivíduo é uma construção social” (SPINK, M., 2000: 24) e ainda:

A investigación sócio-construcionista preocupa-se sobretudo com a explicação dos procesos por meio dos quais as pessoas descrevem, explicam ou dão conta do mundo (incluindo a si mesmos) em que vivem (Gergen apud Spink, M. 2000: 26).

Para alcançarmos os objetivos pretendidos, lançamos mão da análise das práticas discursivas dos jovens, pois acreditamos que a linguagem, além de representação material do pensamento desses jovens, poderá nos mostrar o resultado de sua interação com o meio social a que estão expostos, assim como coloca Ibañez (2004: 39): “A linguagem não só nos diz como é o mundo, ela também o institui; e não se limita a refletir as coisas do mundo, também atua sobre elas, participando de sua constituição”.

A análise do discurso vai muito mais além do que a análise do simples conteúdo do que se está analisando como coloca Rocha e Deusdará (2005):

De forma bastante sintética, pode-se situar o surgimento da chamada Análise do Discurso no fim dos anos 1960, em decorrência de insuficiências de uma análise de texto que se vinha praticando e que se pautava prioritariamente por uma visão conteudista, característica central das práticas de leitura que localizamos nos estudos em Análise de Conteúdo.

Portanto, a análise das práticas discursivas, sua formação e sua representatividade na vida dos falantes, e a busca por uma tentativa de intervir sobre suas relações sociais construídas, representativas do discurso emergente, nos leva ao encontro da produção de sentidos que pretendemos alcançar, pois o sentido:

é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos à sua volta (SPINK, MJ, 2000:41).

Ainda assim, podemos dizer que a análise do discurso pode ser realizada por meio de materiais coletados a partir de variadas técnicas, como entrevistas, narrativas de vida, grupos focais, conversas do cotidiano¹¹, documentos de domínio público¹² etc.

Neste estudo, utilizamo-nos da técnica do grupo focal, que será esclarecida mais adiante e, além da análise das práticas discursivas que emergirão nos grupos, este trabalho pretendia proporcionar um espaço de discussão para que os jovens pudessem refletir sobre as questões de emprego e desemprego, colocá-los mais próximos da realidade do mercado de trabalho e auxiliá-los, de certa maneira, a discutir de forma clara e aberta temas que, não obstante, não encontram espaço no seu dia-a-dia, pois, assim como assinala Ibañez (2004: 41): “devemos esperar que ela (linguagem) incida também sobre a conformação e o desenvolvimento das relações sociais e das práticas sociais.” E como coloca Rocha e Deusdará (2005):

o surgimento da Análise do Discurso se caracteriza não só por uma reorientação teórica da relação entre o lingüístico e o extralingüístico, como também por uma mudança da postura do observador em face do objeto de pesquisa. A linguagem,

¹¹ Menegon, V. Menopausa: imaginário social e conversas do cotidiano. Dissertação de Mestrado. PUCSP. São Paulo: 1998.

¹² Spink, M. & Spink, P. (orgs). Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais. São Paulo: Cortez, 2006.

de um ponto de vista discursivo, não pode apenas representar algo já dado, sendo parte de uma construção social que rompe com a ilusão de naturalidade entre os limites do lingüístico e os do extralingüístico. A linguagem não se dissocia da interação social.

Todo e qualquer discurso é constituído por informações que o sujeito traz a partir de sua experiência e vivência pessoais e isto faz com que seu discurso tome um rumo particular. Para compreendermos como o seu discurso foi constituído, devemos então entender o que fez parte de sua formação ou seja a singularidade deste sujeito que, segundo González Rey (1999: 40) “(...) se constituye como realidad diferenciada em la historia de la contituición subjetiva del individuo.”

Portanto, a discussão que pretendemos neste trabalho se dará a partir da análise do discurso dos jovens pertencentes às camadas populares. Esse discurso certamente é resultante da interação social destes jovens, nas suas mais diversas esferas de convívio social: escola, família, amigos, Internet, TV etc, assim como refere Magalhães (2000):

Trata-se, portanto, de uma transdisciplinaridade com um foco específico sobre a relação entre o mundo social e a linguagem. Qual é a natureza dessa relação? Certamente a linguagem não é meramente o reflexo da vida social, o que significaria um lugar para a sociedade e um outro para a linguagem.

Pretende-se, ao final da análise, avaliar:

- como os jovens das camadas populares percebem o mercado de trabalho;
- como se preparam para enfrentá-lo.

Além de nossa pretensão expressa do estudo em questão e da análise de seu resultado, a intenção maior é a de colocar os jovens diante da oportunidade de discutir seu posicionamento sobre o mercado de trabalho, como pretenderemos, no decorrer das discussões, interpelar os jovens sobre suas expectativas e fazê-los pensar e argumentar sobre elas.

Pretende-se, portanto, tomar como guia para o trabalho com os jovens a intenção de agir em um sentido investigador/participante, na tentativa de fazê-los parar para pensar, abrindo caminho para suas percepções sobre o mundo do trabalho.

A interpretação propriamente dita será feita no intuito de entendermos a produção de sentidos que se dá a partir do aparecimento em seus discursos dos conteúdos a que estes jovens têm acesso.

A análise do discurso é feita baseando-se no que o nosso interlocutor está nos dizendo abertamente e no que está subentendido em seu discurso, isto é, o que não está manifesto nas palavras ditas. Conforme Iñiguez (2004:127), o papel do investigador, como aquele que realiza a análise do discurso, é a de usar diversas ferramentas analíticas para trazer à luz o que não está explicitado.

2.2 – Procedimentos adotados

Para alcançarmos a população desejada, fizemos um trabalho focado em uma escola estadual de primeiro e segundo graus no bairro do Limoeiro, Zona Leste de São Paulo, pertencente ao distrito da Vila Jacuí, Subprefeitura de São Miguel Paulista.

A Vila Jacuí apresenta uma população de 141.659 habitantes, com uma relação de 3,97 pessoas por domicílio e destes, 10,52% são residentes em favelas¹³.

Trata-se de uma região afastada do centro da cidade e próxima de tantas outras regiões com o mesmo perfil sócio-econômico, o que a torna bastante representativa da juventude das camadas populares, a qual pretendemos investigar.

O foco nesses jovens moradores da periferia de São Paulo se dá, pois buscamos identificar em seu discurso o reflexo da carência financeira e cultural a que estão expostos e, desta forma, esperamos que apresentem um discurso mais voltado para as preocupações do trabalho e da urgência em garantir ou contribuir para o sustento de sua família, uma vez que seus pais, na maioria dos casos, não poderão suprir suas necessidades ou mantê-los em uma universidade, diferentemente de jovens das classes altas, cujo sustento é garantido pelos pais enquanto durarem seus estudos, adiando sua entrada no mercado de trabalho para um momento de maior maturidade e preparo técnico-intelectual.

¹³ Subprefeitura de São Miguel Paulista <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spmp/dados/habitacao/0001>

A escola escolhida para os encontros com os jovens possui os três anos do ensino médio nos períodos matutino e noturno. Porém, como o foco são os jovens que estejam trabalhando ou procurando por um trabalho, acreditamos, então, que o período noturno é o mais indicado para os encontros, pois concentra a maior parte dos alunos nestas condições, pela própria circunstância do horário.

Para a contemplação de nosso objetivo nessa pesquisa, realizamos 2 grupos (1 grupo com alunos do segundo ano do ensino médio e 1 grupo com alunos do terceiro ano do ensino médio), no intuito de abrangermos alunos dentro da faixa etária pretendida e que estejam prestes a ingressar no mercado de trabalho (ou que já estejam trabalhando). Entendemos que este grupo formado por alunos do segundo e terceiro anos do ensino médio estão mais próximos de algumas situações que devemos considerar para esta pesquisa: são maiores de 15 anos, idade que, segundo o ECA¹⁴ é considerada como mínimo para ingresso no mercado de trabalho e estão prestes a decidir por sua vida profissional, uma vez que estão há 1 ou 2 anos do final do ensino médio.

Como pretendemos estudar a produção discursiva de um grupo específico, sobre um tema específico, o grupo focal nos parece uma alternativa bastante interessante pois traz a possibilidade da interação que, acredita-se, fará emergir conteúdos ricos, resultantes da discussão entre os jovens, conforme refere Gatti (2005):

O grupo focal permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de manifestar (P. 9).

Além deste papel funcional, o grupo focal, como técnica de coleta de dados, mostra-se eficaz também pela praticidade e pela concentração de informações que podem ser colhidas num curto espaço de tempo.

A escolha pela técnica do grupo focal também se deu por ser uma ferramenta que nos possibilita compreender os processos de construção da realidade e a maneira como cada indivíduo enxerga uma questão e a compartilha com o grupo, sendo ou não influenciado por este, assim como nos mostra Gatti (2005):

¹⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente

O trabalho com grupos focais nos permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes (...). A pesquisa com grupos focais, além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite também a compreensão de idéias compartilhadas por pessoas no dia-a-dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros (P.11).

Além de sua aplicabilidade como técnica de pesquisa, trará sua contribuição social no sentido de permitir aos jovens um espaço de discussão e de apropriação de temas que, não obstante, podem não fazer parte de seu dia-a-dia ou de seu círculo de convivência, deixando-os apartados de sua realidade.

2.2.1 Aplicação da técnica – Grupo Focal

Ao iniciarmos o contato com os jovens, primeiramente:

- explicamos o intuito do grupo, informando o objetivo geral de investigarmos seu conhecimento sobre o mercado de trabalho;

- questionamos a disponibilidade de cada aluno em participar do grupo e consideramos aqueles que se dispuseram de espontânea vontade;

- a participação no grupo foi voluntária, bem como a disponibilidade em se colocar, dar opiniões e responder às questões. Cada participante teve total liberdade em se expressar durante o desenrolar dos grupos;

- a discussão permaneceu no âmbito do assunto proposto, cuidando para a não inferência em assuntos alheios à discussão e que expusessem o participante.

Os alunos foram convidados a participar da pesquisa e, aqueles que se mostraram voluntários, foram convidados a compor o grupo. Essa composição foi de 12 pessoas em cada grupo, visando trazer uma contribuição rica e ao mesmo tempo possibilitando a participação de todos os componentes nas discussões.

Os grupos foram filmados e os participantes, assinaram termo de autorização de filmagem e gravação. Foi esclarecido que sua imagem só será utilizada pela pesquisadora, apenas com a finalidade de facilitar as transcrições e seus nomes foram alterados a fim de preservar sua identidade. A pesquisadora aparece nas transcrições nomeada como entrevistadora, para melhor identificação.

Todas as informações coletadas através dos grupos são sigilosas, sendo de acesso exclusivo do pesquisador e ficarão à disposição dos participantes para consulta.

Ao iniciarmos os grupos, pedimos algumas informações sobre os participantes como: nome, idade, situação em que se encontra com relação ao mercado de trabalho: se estão trabalhando atualmente, procurando emprego ou somente estudando, sem a busca de uma colocação - a fim de conhecermos a situação de cada participante. A partir daí demos início à discussão propriamente dita, a partir de questões colocadas pelo mediador:

(...) um pesquisador em Análise do Discurso problematizaria a constituição da pergunta de pesquisa, que não coincidiria, é claro, com a pergunta formulada no inquérito, tendo como interface a ancoragem mencionada. Entre outras razões, podemos, resumidamente, dizer que tal distância decorre de uma dupla espessura do sujeito: pelo viés do materialismo histórico, a presença do ideológico; pelo recurso à psicanálise, a evidência incontornável do inconsciente. (...) É desse ponto de vista que um pesquisador em Análise do Discurso elaboraria sua pergunta - uma pergunta que explicitaria seu desejo de intervir (ou a impossibilidade de não intervir) em uma determinada produção de realidade. (ROCHA e DEUSDARÁ, 2005)

Após a apresentação, o mediador/pesquisador informou ao grupo tratar-se de uma discussão entre o grupo e que, as questões colocadas por ele não deveriam ser respondidas de forma direcionada a ele. Os jovens poderiam colocar para o grupo seus pontos de vista e suas experiências pessoais, de forma a trocarem informações e discutirem o assunto entre si.

O mediador/pesquisador trouxe questões referentes ao atual mercado de trabalho, sobre as dificuldades ou não de se ingressar em um emprego, sobre as dificuldades de permanecer num emprego formal e as possibilidades de se buscar trabalhos informais.

Após este primeiro momento de discussão, foram colocadas questões mais focadas na busca pelo emprego: como buscam, quando buscam, quais as expectativas, quais os medos, as dificuldades e quais as estratégias usadas pelos jovens.

2.2.2 – Discussão sobre material coletado

Seguindo a perspectiva Construcionista e da Análise do Discurso referidos há pouco, lancei mão de um instrumento de análise bastante útil e abrangente para a finalidade em questão. Este instrumento trata-se do mapa de associação de idéias, o qual traz uma visibilidade maior dos dados obtidos, permitindo ao pesquisador preservar seqüências de fala e definir categorias gerais de natureza temática.

Os mapas de associação de idéias “têm o objetivo de sistematizar o processo de análise das práticas discursivas em busca de aspectos formais da construção lingüística, dos repertórios utilizados nessa construção e da dialogia implícita na produção de sentidos” (SPINK, M. e LIMA, 2000: 107).

Para esta pesquisa, bem como para o construcionismo social, não basta apenas chegarmos ao conteúdo dos discursos, mas sim à produção dos sentidos das práticas discursivas, para isso, os mapas auxiliam no entendimento do uso que se faz desses conteúdos.

Os mapas são montados a partir da transcrição seqüencial dos diálogos realizados pelos grupos. A transcrição seqüencial traz os principais temas abordados durante as discussões e as interações dialógicas entre os participantes. A partir desse primeiro material, é possível então, realizar uma definição de categorias gerais de natureza temática que reflitam o objetivo da pesquisa.

No caso dessa pesquisa, buscaremos identificar temáticas relacionadas a trabalho, emprego, desemprego, estudo, curso superior, remuneração, e demais temáticas que possam surgir nas falas dos jovens e que estejam relacionadas com o tema em questão.

O uso desse instrumento tem por objetivo auxiliar o processo de interpretação das informações obtidas com os grupos e “o processo de interpretação é concebido, aqui, como um processo de produção de sentidos” (SPINK, M. e LIMA, 2000: 105). A autora ainda nos mostra que para fazer aflorar os sentidos é necessário entendermos também o uso que se faz desses conteúdos e, para isso, os mapas de associação de idéias foram desenvolvidos (p.106).

Para o construcionismo social, ao trabalhar com o discurso e as práticas discursivas, leva-se em conta a construção social do sentido, lembrando que cada indivíduo faz parte de grupos historicamente e culturalmente datados, foco de influências sociais e econômicas. Dessa maneira, guiando-nos pela teoria do construcionismo social de que o sentido é construído pelo grupo, buscamos nesta pesquisa os sentidos construídos pelos jovens de camadas populares a respeito do mundo do trabalho, sua entrada e permanência nele.

Os jovens também nos auxiliaram com suas falas, no sentido de corroborar com as teorias trazidas durante a dissertação. Ao falarmos dos jovens brasileiros, os jovens dessa pesquisa contribuíram trazendo conteúdos riquíssimos para que pudéssemos, em diversos momentos desse texto, comprovar o que estava sendo demonstrado. Desta forma, pudemos utilizar suas falas para enriquecer a teoria trazida no decorrer dos capítulos e ainda assim, mantermos uma reserva de material abundante para um capítulo específico de análise.

A análise final nos mostrará, como dito anteriormente, se esses jovens aqui pesquisados, estão ou não preparados para buscar sua colocação no mercado de trabalho e como percebem as inúmeras alterações nos modelos de relações de trabalho. Mas, além disso, trouxeram, com suas narrativas, opiniões e desejos, a teoria mais vívida e mais próxima da realidade do jovem brasileiro que quisemos e, graças a eles, pudemos mostrar.

3 - O JOVEM E A QUESTÃO EMPREGO/ DESEMPREGO

Conforme descrito no capítulo introdutório, essa dissertação tem o objetivo de discutir a questão da entrada no mundo do trabalho de jovens das camadas populares e, para realizarmos a pesquisa em questão, consideramos como jovens aqueles que se encontram na faixa etária entre os 15 e os 24 anos¹⁵ e que, segundo o Censo de 2000 do IBGE, somam quase 34,5 milhões de pessoas, representando mais de 20% do total da população do país.

Certamente que boa parte desta população caracteriza-se pelo momento de transformação em suas vidas, pois se encontram no período em que estão deixando para trás sua infância e entrando em contato com o mundo adulto. Como refere Osório (1989), “a adolescência se caracteriza basicamente por uma série complementar de perdas e aquisições: (...) perda do pressuposto de dependência infantil e aquisição da autonomia adulta (...)” (p. 15).

A passagem para a vida adulta se caracteriza também, entre outras coisas, pela entrada no mundo do trabalho que, para uma parcela bastante significativa da população têm se tornado um momento de dúvidas, incertezas, mas também do início de sua autonomia financeira.

3.1 – Camadas Populares

O grupo que será utilizado como referência para este trabalho é formado por uma faixa etária bastante extensa, iniciando aos 15 anos e encerrando aos 24 anos¹⁶. Diante da questão central desta pesquisa, faremos referência à esses jovens, porém nos atentaremos

¹⁵ Faixa etária designada pelo IBGE como juventude.

¹⁶ A pesquisa abrange certa população que alguns autores da área denominam de adolescência. Não faremos menção ao termo nem destacaremos esta população nesta pesquisa, pois nossa intenção não é entrar no mérito da discussão sobre a diferença entre o conceito de adolescência e juventude. Para nós o importante é o discurso de certa população dentro da faixa etária estipulada.

àqueles pertencentes às camadas populares, que, segundo nosso entendimento são os que apresentam maior dificuldade para se inserir e permanecer no mercado de trabalho.

A denominação pela qual decidimos caracterizar os jovens desta pesquisa, não é comumente encontrada na literatura sobre o tema das classes sociais. Encontramos com maior frequência denominações como: classe trabalhadora, classe operária, proletariado ou ainda como classes C, D e E, sempre como forma de estratificar a população e facilitar os estudos e referências à determinada parte da população.

Nossa opção por denominar os jovens estudados como pertencentes às camadas populares, surge de um entendimento que, assim como Freire (2008), classe é um meio de agregar pessoas segundo o "nível de capital humano", renda etc., mesmo que não tenham, socialmente, algo em comum. Entendemos que estes jovens têm mais em comum do que a simples renda familiar, possuem algumas características que os mantêm em situação de desvantagem com relação aos jovens de classe alta.

Karl Marx baseou-se na estrutura ocupacional de mão-de-obra para desenvolver sua teoria de classes (AGUIAR, 1974). Para Eder (2002), segundo a teoria de Marx, as classes seriam baseadas em estruturas sociais de renda e o lugar que ocupam no processo de produção, o que traduziria desigualdade e poder. O autor propõe uma nova maneira de estabelecer relações entre as classes, de uma forma mais moderna, que não implique em hierarquização entre as mesmas, sugerindo um modelo de redes (p. 33).

Concordamos com o autor, quando este refere que classes sociais são classificações feitas a partir de atributos simples como renda e instrução. Dessa maneira, classe social seria um “construto probabilístico e, portanto, uma construção social feita para identificar os possíveis efeitos de propriedades objetivas de categorias de pessoas. A maneira de separar estas categorias depende dos elementos que são valorizados numa sociedade” (idem: 31-32).

Portanto, para essa dissertação, preferimos utilizar um termo que não caracterizasse a divisão de classes e sim um grupo detentor de características complexas e comum a todos, que nos permitisse agrupá-los de forma dinâmica, pois, como constatamos em Bourdieu (2007): “a posição social de um indivíduo (...) na estrutura social nunca pode ser definida

completamente de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa numa estrutura dada em determinado momento do tempo (...)” (p. 56).

Somente com o advento do capitalismo, surge a relação de compra e venda de mão-de-obra e aparecem as diferenciações entre quem tem o capital e quem tem a mão-de-obra como única mercadoria a ser disponibilizada e comercializada. Entra em cena um termo já conhecido: “proletariado” que, segundo Meusel (1972: 331) “é usado para designar a classe de trabalhadores que são livres, legal e economicamente, para dispor de sua mão de obra e que vendem seu trabalho por salários a um empresário capitalista por um período de tempo definido”.

Segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o termo proletário tem origem na Roma antiga e designava o “cidadão da última classe social que não pagava impostos e era considerado útil apenas pelos filhos que gerava” e, mais tarde, passou a significar “cidadão pobre que só tem para viver a remuneração insuficiente da sua força de trabalho” (p. 2309).

Portanto, o termo proletariado (trabalhador) é bastante inadequado para o propósito da pesquisa, pois a complexidade das relações de trabalho no capitalismo tardio dificulta a definição de quem pertence ou não a um grupo genuinamente proletário principalmente no que diz respeito ao trabalho industrial.

Com a reestruturação do modo de produção, ao qual faremos referência mais adiante (item 3.3 deste capítulo) o trabalho industrial tem diminuído pouco a pouco seu número de operários e dado maior espaço aos empregos nas áreas de serviços, como mostra Alves (2005):

O complexo de reestruturação produtiva impulsionou a diminuição relativa da classe operária industrial, instalada no núcleo central do complexo produtor de mercadorias. (...)

Deste modo, surge um novo proletariado industrial, complexo e heterogêneo, cuja redução numérica em seu centro produtivo tende a ocultar sua expansão periférica, interpenetrada por unidades de subcontratação industrial e de “serviços” (pp. 66-67).

A migração da industrialização dos grandes centros (como São Paulo) para regiões de menor concentração demográfica - porém com menores custos de produção, como Sul e Nordeste do país - fez com que houvesse uma pressão local para a troca nas formas de

absorção da mão de obra. Dados do IBGE¹⁷ nos mostram que, nos últimos anos a concentração nacional de empresas na área industrial (18,43% das empresas) têm diminuído bastante, dando lugar ao comércio (23,3%), e à Prestação de serviços (11,95%).

A opção então foi a de utilizarmos o termo “camadas populares” para localizar nossos jovens dentro da rede social em que se encontram. Com este termo estamos englobando diversas características presentes nesse grupo: são jovens oriundos de famílias trabalhadoras, com renda inferior 3 salários, cujo chefe de família possui baixa escolaridade, são moradores da periferia e estudantes de escolas públicas.

O termo popular (do povo), foi amplamente utilizado nas décadas de 50 e 60 no Brasil, por conta do aumento da participação das massas ou do povo na política nacional (através do voto ou de manifestações populares e greves). Houve um crescente nas políticas ditas populares (ou populistas) por parte dos governos da época. Segundo Weffort (1986), "O populismo manifesta-se já no fim da ditadura e permanecerá uma constante no processo político até 1964" (p. 24).

Weffort (1986) deixa claro que grupos denominados de "massa", "povo", "operários" e "proletariado" apesar de se caracterizam pelo afastamento econômico e social dos grupos que ele denomina como "elites", "classe média" e "dominantes", são formados por grupos de pessoas que, apesar de apresentarem proximidade econômica e social entre si, não possuem proximidade política, o que não os caracterizariam como classe.

Porém o termo perdeu este sentido ao longo dos anos e retornou no início dos anos 80 trazido pela entrada da esquerda política (Partido dos Trabalhadores, principalmente) no governo brasileiro para dar ênfase ao Governo Democrático e Popular (forma como se designa a marca política de campo) que se almejava na época. Portanto, o termo foi resgatado de forma a representar e descrever genericamente a classe trabalhadora, o grupo ampliado daqueles que não são detentores dos meios de produção.

Assim sendo, o sentido do termo "popular" a que nos referimos nesta dissertação descreve o fenômeno sociológico da multiplicidade de segmentos que compõem o corpo dos não detentores de meio de produção no Brasil, que se tornaria bastante longa e

¹⁷ IBGE. Cadastro nacional de empresas

exaustiva sua representatividade aqui de outra forma que não esta. Moradores dos bairros pobres, camponeses e operários compõem esse grupo. Aceitamos a crítica de Weffort (1986) quanto a imprecisão do termo, mas buscar uma definição de classe social no capitalismo tardio que fosse representativa do espectro social atual, foge completamente ao escopo desse trabalho. Ficamos, portanto, como a releitura atual do termo popular, alertando que ele não carrega a tradição e marca do populismo conforme descrito por Weffort (1986).

3.2 – O jovem brasileiro

Para falarmos desses jovens é importante destacar sua participação na população e as alterações destes números nas últimas décadas, conforme refere Branco (2005): “O crescimento da população mundial de jovens entre 15 e 24 anos foi de 10,5% no período entre 1993 e 2003. Todavia, a oferta de empregos para esta faixa de trabalhadores se expandiu no mesmo período apenas 0,2%” (p. 130).

Portanto, a participação dessa população no mercado de trabalho ou a busca por fazer parte deste, também crescem proporcionalmente com o número de jovens na população, conforme demonstra Bastos (2008):

Nesse sentido, a dinâmica demográfica pode se constituir em elemento que contribui para pressionar o mercado de trabalho, pois um crescimento populacional elevado requer maior capacidade de geração de emprego pela economia para absorver produtivamente as pessoas que ingressam no mercado de trabalho.

Esse grupo de brasileiros representa uma parcela significativa da população economicamente ativa no país, sendo que, segundo estudo do Dieese (2006: 2), em 2005 existia, nas principais regiões metropolitanas do país, um contingente de cerca de 4,6 milhões de jovens fazendo parte dessa população, correspondendo mais de 25% dos trabalhadores do país.

A participação do jovem no mercado de trabalho, como colocado acima, foi sensivelmente alterada, não só pelo aumento de número de jovens em busca de uma

colocação profissional, e pelo aumento total das taxas de desemprego não só no Brasil - como em outros países da América Latina, EUA e Europa - mas, também, pelo aumento das taxas de desemprego nessa faixa etária. Segundo Ipea (2008), o percentual de desemprego entre os jovens na faixa entre os 15 e os 24 anos (tabela 1):

PAÍS	em 1990:	em 2005:
Brasil:	7%	19%
Argentina:	13%	24%
México:	4%	7%
EUA:	11%	11%
França:	19%	23%
Suécia:	5%	22%

Tabela 1 - Fonte: Ipea (2008): Juventude e Políticas Sociais no Brasil -abril de 2008 p. 17

Apesar do número expressivo de sua participação na população, encontramos nestes dados outro ponto: dentro da população economicamente ativa (PEA), existem aqueles trabalhadores que se encontram desempregados e destes, mais de 1,5 milhão possuem idade entre 16 e 24 anos, segundo Dieese (2006:3), representando assim, cerca de 45% do número total de desempregados acima de 16 anos.

Se considerarmos o percentual da população ocupada por faixa etária, teremos¹⁸:

15 a 19 anos	⇒	7,4%	X	25 a 39 anos	⇒	37,7%
20 a 24 anos	⇒	12,4%		40 a 59 anos	⇒	34,1%

Quadro 1: percentual da população ocupada por faixa etária. Fonte: PNAD 2007.

Quanto à escolarização dos trabalhadores, verificou-se que o maior percentual da população ocupada se encontra entre os trabalhadores que possuem 8 a 10 anos de estudo (17,2%) e 11 anos ou mais de estudo (39,1%)¹⁹.

Estes dados nos mostram que, além da dificuldade que os jovens têm em se inserir no mercado de trabalho, a pouca escolaridade também demonstra ser fator preponderante, pois, ao analisarmos os dados acima veremos que um jovem na faixa etária dos 18 anos, por

¹⁸ PNAD 2007 disponível em : <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/comentarios2007.pdf>. Acesso em 01 dez 2008.

¹⁹ idem

exemplo, pode estar inserido nas estatísticas como parte de um percentual muito grande de desempregados, e sua escolaridade também possui muita importância, pois ao observarmos os dados da PNAD 2007 veremos que o número médio de anos de estudo no Brasil para jovens entre 18 e 19 anos é de 8,5.

Sendo assim, o jovem brasileiro, além de possuir o problema intrínseco à sua idade no tocante à colocação profissional, ainda esbarra na falta de escolaridade adequada para sua idade.

O desemprego juvenil tornou-se, nas últimas décadas, um problema mundial e, segundo o Ipea (2008), a proporção de jovens desempregados entre o total de desempregados nos países é de (tabela 2):

PAÍS	em 2005:
Brasil:	46,6%
Argentina:	39,6%
México:	40,4%
EUA:	33,2%
França:	22,1%
Suécia:	33,3%

Tabela 2 - Fonte: Ipea (2008): Juventude e Políticas Sociais no Brasil -abril de 2008 p. 17

As altas taxas de desemprego no Brasil têm seu histórico baseado nas políticas econômicas mal sucedidas a que fomos sujeitos nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 80, quando a questão se torna ainda mais alarmante, devido às altas taxas de inflação, aumento da dívida externa, entrada das multinacionais no país, tecnologização da produção e globalização.

Os jovens das camadas populares também são vítimas da falta de políticas públicas próprias para sua faixa etária e condição sócio-econômica, assim como afirma Cohn (2004):

(...) na medida em que atualmente o crescimento econômico não gera trabalho em quantidade suficiente para promover a inclusão social dos segmentos sociais “em trânsito para a vida adulta”, e que portanto significam novos contingentes que buscarão oportunidade no mercado para obter fontes de renda que garantam sua subsistência de forma sustentável, o desafio que se coloca é como construir e implementar políticas de Estado que detectem as novas formas possíveis de inserção social dos indivíduos (...) (p. 170).

Segundo o mesmo estudo do Ipea (2008) chama atenção um fenômeno típico nas famílias das camadas populares em que os jovens passam a buscar colocação profissional para complementar os rendimentos familiares diante do desemprego de um (ou ambos) os pais. Desta forma, aumenta-se no mercado o número de pessoas em busca de emprego o que reflete na alta das taxas de desemprego. É o chamado “trabalhador adicional”.

Mas não são somente a economia brasileira e a falta de políticas públicas que levam às altas taxas de desemprego no Brasil e no mundo, principalmente entre os jovens. Veremos, como os novos modelos de sistema produtivo e a economia mundial também podem afetar a vida dos jovens em busca de colocação profissional, impactando nas relações trabalhistas e nas taxas de desemprego.

3.3 Transformações nos sistemas produtivos e globalização: o impacto nas taxas de desemprego e precarização do trabalho

A história econômica do país sempre esteve marcada por constantes transformações, atingindo principalmente as camadas populares. O mercado de trabalho nacional sempre sofreu os reflexos das políticas econômicas, tornando-se incapaz de absorver a mão-de-obra interna, abrindo espaços somente para mão-de-obra muito qualificada ou desqualificada (aqueles trabalhadores que ocupam o papel mais operacional nas linhas de produção), gerando um enorme bolsão de informalidade e pobreza.

ANOS 80

Alguns períodos da nossa história foram mais significativos e contributivos para essa situação atual, como a década de 80. Nesse período, a economia sofreu uma inflexão além de ainda ser uma economia subordinada aos países centrais e ter uma indústria com fraco desenvolvimento tecnológico, foi pouco a pouco sendo vítima de diversos planos econômicos fracassados (Plano Cruzado I e II e Plano Verão), o que causou maiores problemas em uma economia já com altas taxas de inflação e baixo crescimento

econômico, alcançando um PIB de 2,1% (entre 1980 e 1999), abaixo do comportamento da economia mundial (POCHMANN, 2001: 36).

ANOS 90

A década de 90 foi o momento histórico onde o neoliberalismo entrou fortemente na economia nacional, através da abertura do mercado interno para as importações, da entrada das grandes multinacionais e da privatização de empresas estatais. A força do neoliberalismo está no esvaziamento do papel do Estado nas atividades produtivas, por meio de privatizações e do seu apoio ao aumento na produtividade nacional, através do acirramento da competitividade entre as empresas e, por isso, como coloca Alves (2002):

Após 1994, o mercado de trabalho no Brasil tendeu a aprofundar seu ajuste estrutural, crescendo, a partir daí, o índice de desemprego aberto, em virtude não apenas das políticas neoliberais, que propiciaram o desmonte de cadeias produtivas da indústria nacional num cenário de crescimento medíocre da economia brasileira, mas do novo complexo de reestruturação produtiva, impulsionado pelo "choque de competitividade".

Este período foi marcado pela chegada ao Brasil de um sistema produtivo de muito sucesso no Japão pós II Guerra e capaz de concorrer de igual para igual com o "fordismo" americano e, nas últimas décadas, capaz até de suplantá-lo, disseminando no mundo um novo método de produção: o "toyotismo".

Este sistema, como veremos no próximo capítulo, teve sua origem no Japão, numa época de elevado nível de desemprego e miséria, e se caracteriza, entre outras coisas, pela produção enxuta, resultado da competitividade entre os dois sistemas de produção (fordismo e toyotismo), tendo na constante redução de trabalhadores o único recurso encontrado para igualar o nível de competitividade americano (OLIVEIRA, 2004), o que, segundo a autora, faz da gestão do toyotismo "uma máquina de produzir desempregados" (idem: 23).

O toyotismo foi o principal responsável pelas redes de subcontratação, constituídas por médias e pequenas empresas. A prática da terceirização, teve um impulso notável na década de 90 e foi acompanhada pela nova onda tecnológica que auxiliou as empresas a atingirem seu objetivo de possuir um sistema de produção enxuto e cada vez mais produtivo, como nos mostra Alves (2002):

É claro que o desemprego no Brasil possui múltiplas determinações. Existem, por exemplo, desempregados urbanos (e rurais) de categorias assalariadas da indústria, dos serviços e da agricultura, atingidas pelo novo complexo de reestruturação produtiva, com seus processos de inovações (e racionalização) organizacionais e a adoção de novos padrões tecnológicos. No caso da indústria, destacamos que o complexo de reestruturação produtiva (com o toyotismo sistêmico) contribuíram para o aumento da produtividade do trabalho e a diminuição dos postos de trabalho.

Para manter os altos índices de produtividade sem ter sob seu comando milhares de trabalhadores, o sistema toyotista conta com a estratégia das subcontratações e terceirizações, o que precariza ainda mais as relações de trabalho dos países onde se instalam empresas com este sistema, como nos mostra Oliveira (2004):

As indústrias, no caso a Toyota ou a Nissan, escolhem um leque de firmas subcontratadas e as põe em competição para baixar os preços.

(...)

Em épocas de crise econômica, a estrutura fundada nas subcontratadas amortece o impacto da taxa de lucro decrescente sobre o construtor principal, diminuindo primeiro as suas margens de lucro. Além disso, diminuem os salários pagos, demitem primeiro os seus trabalhadores e aceleram a velocidade das linhas de produção (pp.40-41).

ANOS 2000

Na década seguinte, a dos anos 2000, o crescimento nacional retomou a patamares abaixo do esperado, sendo que, entre 2000 e 2005 o crescimento do PIB foi abaixo dos 3% (POCHMANN, 2007) deixando claro que:

Os efeitos sociais que decorreram da ausência do crescimento econômico sustentado foram inquestionavelmente negativos. Não apenas ampliaram-se o desemprego e a precarização, em função da desconexão entre o aumento da População Economicamente Ativa e a baixa elevação dos postos de trabalho, como o rendimento do trabalho perdeu participação relativa na renda nacional (idem).

Desde então, somos testemunhas do sobe e desce nas taxa de desemprego, da constante desvalorização dos salários dos trabalhadores e, principalmente, da precarização das relações de trabalho (POCHMANN, 2006; ALVES, 2002).

Além da subordinação das pequenas e médias empresas aos ditames das grandes indústrias multinacionais, sua entrada no país trouxe também: o crescente processo de automação do sistema produtivo; a implantação de grupos ou equipes de trabalho, responsáveis por todo o processo, do início ao fim, aumentando a exigência de qualificação

em suas unidades e a conseqüente transferência dos menos qualificados para as subordinadas, onde se tornam desvalorizados, atuando em condições muitas vezes desumanas e, ao não cumprir as exigências de metas e produtividade, tornam-se altamente substituíveis:

O crescente processo de automação, de base microeletrônica, acompanhado das práticas de organização flexível do trabalho, tem definido os locais de trabalho, constituídos, por um lado, por trabalhadores qualificados, valorizados pelo seu saber técnico individual, e, por outro, por trabalhadores sem qualificação, subcontratados com baixos níveis salariais (DRUCK, 1999:98).

O Brasil abriu suas portas para as multinacionais e para a tecnologia advinda da globalização sem que seus trabalhadores imaginassem o que isso significaria: precarização e desemprego. Essa reestruturação está, também, aumentando as exigências de qualificação, o que atinge diretamente os jovens, como veremos mais adiante, levando-os a colocações de baixa remuneração, baixa qualificação e alta exigência de esforço físico.

Nosso país foi vítima de uma convergência de fatores sócio-político-econômicos que o levou aos índices de desemprego que encontramos hoje, além da alta concentração de trabalhadores sub-empregados ou na informalidade. Desde meados do século XX, quando o Brasil passou por graves problemas econômicos e, na tentativa de sanar estes problemas, gerou dificuldades cada vez maiores para a inclusão dos desempregados.

3.4 A real situação do jovem brasileiro hoje

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Juvenil²⁰ apresentado em 2007 e realizado através de pesquisa em todo o território nacional²¹, o jovem brasileiro pode ser dividido em 4 grandes grupos (Índice de Desenvolvimento Juvenil, 2007: 20):

²⁰ Terceiro relatório de uma série que se iniciou em 2003, realizado pela RITLA (Rede de Informação Tecnológica Latino Americana) em parceria com o Instituto Sangari e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=comcontet&task=view&id=400&Itemid=8>. Acesso em: 28 Abr 2008.

²¹ O relatório tem o objetivo de propor a construção de um indicador sintético capaz de refletir as condições de vida e as possibilidades de acesso da juventude brasileira a benefícios sociais considerados básicos, como

1. jovens que não trabalham e estudam: grupo caracterizado por jovens economicamente dependentes de seus pais, não pobres, com idades entre 15 e 17 anos;
2. jovens que trabalham e estudam: grupo caracterizado pelo momento de transição para a fase adulta, formado principalmente por jovens entre 18 e 19 anos;
3. jovens que trabalham e não estudam: grupo formado principalmente por jovens entre 20 e 24 anos porém, caracterizado pelo abandono do sistema educacional e, finalmente;
4. jovens que não trabalham e não estudam: grupo caracterizado por jovens em maior grau de exclusão e de vulnerabilidade, pois, muitas vezes, localizam-se na fase de transição para a fase adulta, mas não conseguem se inserir totalmente nesta.

Diante desse panorama, imagina-se que a situação tende a se agravar para todos aqueles que buscam um emprego, mas para os jovens, a situação mostra-se ainda pior:

O desemprego no Brasil da "década neoliberal" tendeu a atingir contingentes crescentes de força de trabalho jovem, ou seja, atingiu aqueles que buscam o primeiro emprego. Na década passada, o país criou apenas 100 mil postos de trabalho para jovens, enquanto 2,8 milhões de jovens ingressaram no mercado de trabalho (ALVES, 2002).

Essa grande dificuldade que os jovens enfrentam hoje para a sua inserção no mercado de trabalho pode encontrar mais um agravante, que é a necessidade que têm em conciliar os estudos ao trabalho. Por conta disso, acabam, muitas vezes, tendo que fazer algumas opções, resultando numa constante situação de alternância, podendo abandonar os estudos a qualquer momento:

Não se pode configurar nem uma adesão linear à escola ou um abandono ou exclusão total das aspirações de escolaridade no âmbito das orientações dos jovens que trabalham. Assim, para os jovens brasileiros, escola e trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil (SPOSITO, 2005:106).

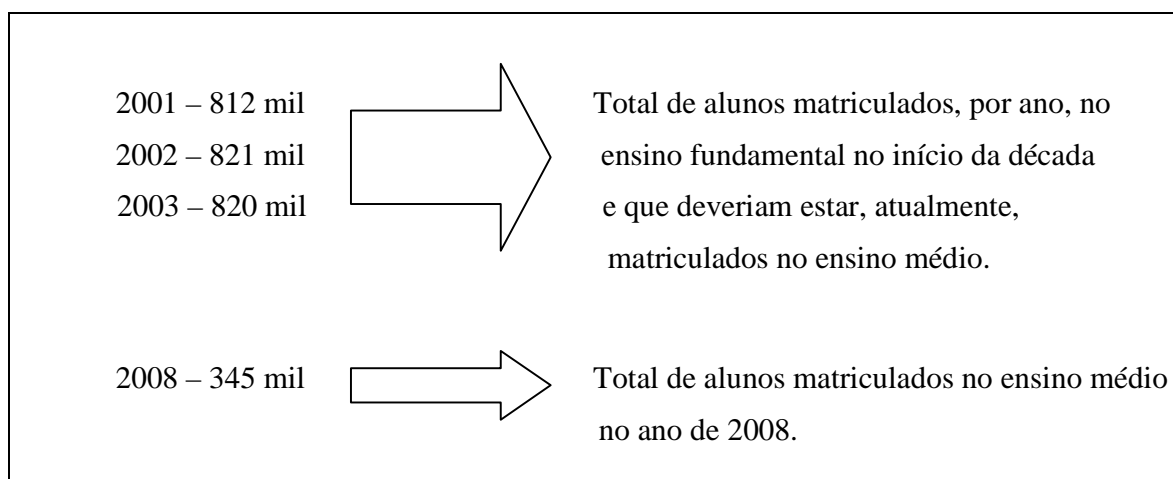
Porém, alguns dados reforçam a situação de precariedade: muitos são os jovens que abandonam os estudos antes do término do ensino médio. Segundo dados do Ipea (2008), a

educação, saúde e renda, nas diversas unidades federadas do país. Esse indicador sintético foi denominado Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ) e para sua construção, foram utilizados critérios e dimensões semelhantes aos propostos no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. (IDJ, 2007: 6)

freqüência ao ensino médio na idade adequada não abrange nem metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos, sendo que 34% destes estão retidos no ensino fundamental. O acesso ao ensino superior é ainda mais restrito, com uma freqüência de apenas 12,7% dos jovens entre 18 e 24 anos. A proporção de jovens fora da escola é crescente conforme a faixa etária: 17% na faixa de 15 a 17 anos, 66% na de 18 a 24 anos, sendo que muitos destes jovens interromperam os estudos antes do final do ensino fundamental.

Segundo dados do censo escolar do MEC, realizado em 2008²², na cidade de São Paulo encontravam-se matriculados nos primeiros quatro anos do ensino fundamental 721.390 alunos, sendo que no ensino médio este número cai para 345.011 alunos, significando menos da metade do número de alunos do ensino fundamental (47,8%).

Para termos um panorama mais realista, verifiquemos os números referentes ao censo escolar do MEC no início da década (época em que os atuais alunos do ensino médio freqüentavam os primeiros anos do ensino fundamental) e notaremos que: em 2001 o número de alunos na cidade de São Paulo, matriculados nos quatro primeiros anos do ensino fundamental era de 812.041, em 2002 eram 821.274 alunos e em 2003 eram 820.338 matriculados. Portanto, os alunos que, no início da década estavam matriculados nos quatro primeiros anos do ensino fundamental, deveriam hoje estar matriculados no ensino médio. Porém o que notamos é que somente cerca de 42% destes alunos alcançaram o segundo grau (gráfico 2):



Quadro 2: queda no total de matriculados no ensino médio **na cidade de São Paulo**. Fonte: MEC (2008)

²² Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A necessidade financeira pode, em alguns momentos e em algumas situações, sobrepor-se ao desejo e às aspirações de estudo e escolaridade e, dessa maneira, a falta de estudo poderá e deverá refletir em dificuldades futuras de inserção no mercado de trabalho em ocupações que exijam maior nível técnico do candidato e que, conseqüentemente paguem melhores salários, deixando para aqueles que não possuíram a oportunidade da formação escolar, as ocupações mais operacionais, menos valorizadas e com menor remuneração.

Para tais afirmações, estamos considerando aqui as exigências mínimas de mercado onde um trabalhador deve ter pelo menos o ensino médio completo (ou em curso) para pleitear vagas na indústria ou nos serviços, principalmente naqueles onde os sistemas de normas da qualidade impõem esse padrão além de que, para conseguirem se matricular em qualquer curso técnico ou profissionalizante (no modelo sistema S), o estudante deve ter no mínimo o ensino fundamental completo ou em vias de conclusão.

Mesmo empresas onde o desenvolvimento tecnológico atinge níveis bastante altos e que encontram certa dificuldade em contratar trabalhadores com mais idade que tenham este tipo de conhecimento, buscam trabalhadores jovens que possuam certo conhecimento técnico para a operação de máquinas e equipamentos modernos. Dessa forma, a juventude que não possui a oportunidade de concluir minimamente os estudos de ensino médio, dificilmente terá acesso aos empregos de maior renda e maiores oportunidades de ascensão.

Empresas com uma melhor estrutura econômica tendem a buscar no mercado de trabalho pessoas com maior e melhor escolaridade, considerando também aqueles que possuem o ensino médio completo como o mínimo esperado. Como nem todas as empresas apresentam, hoje no Brasil, este patamar de desenvolvimento, os jovens do ensino médio são considerados mão-de-obra barata, para a realização de trabalhos pesados de baixa qualificação e com baixa remuneração, como nos mostram os próprios jovens desta pesquisa:

<p>Gislene: <i>“Eu tava de segurança, trabalhando junto com meu pai. Eu trabalhei lá em Santo Amaro, foi puxado, eu fiquei praticamente o dia inteiro lá, sem almoço, sem nada, mas é uma forma de conseguir dinheiro.”</i></p>

Janaina: *“muitas vezes acontece isso também, sem contá que há também o famoso vale refeição, vale condução, que muitas vezes o estagiário tem que escolhê, ou ele ganha alimentação ou ele ganha condução... e tem empresa que não ganha nenhum dos dois...tem que tirá do próprio salário pra podê pagá a condução e a refeição...”*

É nesta situação que vive o jovem brasileiro das camadas populares: dificuldade de encontrar emprego, devido à falta de oportunidades, além das dificuldades ou da impossibilidade de completar seus estudos e prosseguir em cursos de qualificação profissional, técnicos ou superior.

Diante desse panorama e da inconstância profissional, o jovem brasileiro aprendeu, que as relações de trabalho são efêmeras e “temporárias”. Sua percepção do mundo do trabalho é de algo que possa lhe satisfazer as necessidades financeiras imediatamente e não espera nada além disso. Segundo Guimarães (2005: 159) a pesquisa “Perfil da juventude brasileira” demonstrou que, somente 6% dos jovens pesquisados citaram “dedicação ao trabalho” como um “valor importante para a sociedade ideal”, ficando bem atrás de valores como: temor a Deus (17%); respeito ao meio ambiente (12%); igualdade de oportunidades (12%), entre outros.

Porém, nessa mesma pesquisa, quando questionados sobre suas preocupações, os jovens colocam o emprego em primeiro lugar, com 17% das escolhas. O que podemos deduzir destes resultados? Guimarães (2005: 159) arrisca a hipótese de que “a centralidade do trabalho para os jovens não advém predominantemente do seu significado ético (...), mas resulta de sua urgência como problema; ou seja, o sentido do trabalho seria antes o de uma demanda a satisfazer que o de um valor a cultivar”.

Mas como o jovem das camadas populares pode desenvolver este valor como importante em sua formação identitária e como imprescindível para uma sociedade ideal, se a própria necessidade lhe ensinou de forma diferente? Ensinou que o emprego deve ser algo efêmero principalmente quando o que está em jogo são melhores oportunidades. Aqueles que permanecem num trabalho de baixa qualificação e baixa remuneração por muito tempo estão mostrando acomodação, como referem os jovens ouvidos nessa pesquisa:

Wendel: “a pessoa acha que vai ficar naquela mesmice pra sempre, tipo, ela sabe que não tá registrada, mesmo que tivesse, acha que vai se aposentá ali, acha que aquele salário vai dá pra vida toda, vai dá pra cuidá dos filhos dele...e uma hora ele acorda pra vida e vai vê que já é tarde e vai sabê que não teve nada...nenhum evolução na sua vida...”

David: “eu também tenho um colega, colega de trabalho, ele tá há 6 anos no cargo que eu tô, assim, mas ele é tipo assim, vamos dizer, manda um pouco mais, mas sei lá, eu não ficaria 6 anos ali nem a pau, nem que fosse assim, oh... sei lá... e o salário dele é pouca coisa maior que o meu.”

Muitos jovens das camadas populares pertencem a famílias, onde todos são obrigados a trabalhar e contribuir com seu salário em casa. Esses jovens são os que mais urgentemente buscam por um emprego e mais facilmente desistirão de sua formação escolar caso tenham que tomar uma decisão entre ambos: trabalho e estudo. Além disso, pudemos notar, através do discurso de nossos jovens que, alguns abandonam a formação escolar por simples acomodação ou por não acreditar na importância de se completar os estudos no segundo grau e por acreditar que o ensino médio não acrescentará nada a sua vida profissional:

David: “tem muita gente que desiste de estudar prá podê trabalhá...que às vezes a família, né? baixa renda tá precisando... e bastante gente deixa de estudar pra trabalhá... isso aí prejudica bastante...”

Alice: “se a família tem uma renda acessível, assim, pra fazê curso, é legal, mas se não tem, aí tem que trabalhá mesmo, aí acaba num sobrando tempo nenhum...”

Wendel: “mas tem gente que pára de estudá pra trabalhá por causa que... não é por causa da baixa renda, tem vizinhos que acham que vão ficar no emprego pra sempre... tem um rapaz lá na minha rua que tem 25 anos e tá no primeiro colegial... ele acha que vai ficar no emprego pra sempre...”

Essa realidade incentiva, a cada dia, o crescimento da miserabilidade brasileira, gerando assim, um círculo vicioso sem fim de pobreza e vulnerabilidade, pois aqueles que possuem a menor escolaridade são os mais vulneráveis dentro da lógica do trabalho capitalista, ocupando os cargos com menores responsabilidades e menores salários.

De qualquer forma, o trabalho, além de uma necessidade, é um direito de todos, é uma forma de inserção social e econômica e, para os jovens, é a marca de sua entrada no mundo adulto.

O jovem das camadas populares sofre no atual cenário econômico: seu sofrimento é resultado de sua intrínseca situação de jovem inexperiente; da sua falta de formação escolar adequada para atender às necessidades do mercado e, finalmente, da falta de incentivos em políticas de geração de empregos especificamente focada em seu grupo.

Além disso, como coloca Frigotto (2004) “(...) a questão central não é de caráter individual nem primeiramente de gênero, de cor ou de raça, mas de classe social. Por isso, a inserção precoce no emprego formal ou “trabalho informal”, a natureza e as condições de trabalho e a remuneração (...) estão ligados à origem social dos jovens” (p. 193).

Apesar do foco desta pesquisa serem os jovens entre 15 e 24 anos, tratamos aqui de questionar as dificuldades encontradas pelos jovens de classes populares pois, acreditamos que jovens de classes altas possuam facilitadores para sua entrada no mercado de trabalho.

Sabemos que os jovens de classes altas adiam sua inserção no mercado de trabalho, graças ao apoio financeiro de seus pais, aumentando desta forma o tempo de formação e preparo para a entrada na nova etapa, o que não ocorre com os jovens das camadas populares, que acabam sendo impelidos cada vez mais cedo para o mercado de trabalho sem, no entanto, o devido preparo, deixando-os numa situação de desigualdade com os concorrentes. Surge então uma nova questão das reais oportunidades para este ou aquele jovem (dependendo de sua origem econômica) dentro do mercado atual de trabalho:

A inserção no mercado formal ou “informal” de trabalho é precária em termos de condições e níveis de remuneração. Uma situação, portanto, muito diversa da dos jovens de “classe média” ou filhos dos donos de meios de produção, que estendem a infância e a juventude. Nesses casos, a grande maioria inicia sua inserção no mundo do trabalho após os 25 anos e em postos de trabalhos ou atividades de melhor remuneração. (FRIGOTTO, 2004: 182).

Nota-se, no entanto, que apesar das dificuldades encontradas pelos jovens das camadas populares, um grande número de pesquisas são realizadas no intuito de analisar as escolhas profissionais dos jovens a partir de uma concepção de que as oportunidades de emprego existem e partindo-se do pressuposto de que todos terão acesso a cursos superiores, resultado de uma boa escolha a partir de programas de Orientação Profissional/Vocacional (BOCK e LIEBESNY, 2003; FERREIRA, 1978; NASCIMENTO, 2002; LIEBESNY 1998; NOVAES, 2003; LISBOA, 1995).

Questiona-se aqui esta afirmação de que todo jovem na idade entre 15 e 24 anos terá chances de realizar um curso superior. Questiono essas colocações pelas dificuldades que inúmeros jovens têm e terão para custear seus estudos em universidade particular ou por serem oriundos de escolas públicas, as quais sabe-se que não possuem ensino apropriado para a inserção de um aluno em uma universidade pública:

Tadeu: “na escola Municipal muito professor falta.. lá no R., eu fiquei 3 anos sem professor de matemática, como eu vou fazer um concurso público que caia coisa de matemática, se eu fiquei 3 anos sem matemática?”

Adriano: “acho que nem, na prova do Enem que ela citou, por aí já dá pra tirar uma base: quando a diretora foi lá na sala perguntá quem gostaria de fazê o Enem, foi a minoria que levantou a mão...”

Luiz: “porque muitos acham que não tem capacidade ou muitos acham...”

Julia: “muitos tem medo da prova...”

Luiz: “muitos tem medo... tipo acha não vai conseguí, que vai chegá lá e vai sê muita gente (...)”

Além disso, os que possuem condições financeiras para cursar uma universidade particular, correm o risco de não serem totalmente preparados por elas para enfrentar o mercado de trabalho de forma competitiva, como refere Pazeto (2005):

A Universidade, na condição de uma das instituições especializadas no contexto da produção do conhecimento e da realidade social, no caso brasileiro, de há muito, não estabelece interlocução sistêmica entre formação, mundo do trabalho e desenvolvimento da sociedade.

Constata-se que o aumento geral dos níveis de formação nas últimas décadas, não impediu um aumento substancial nas taxas de desemprego (TANGUY,1999), deixando claro que a escolaridade e o diploma não são as únicas chaves para o acesso ao mundo do trabalho.

As dificuldades que os jovens enfrentam para alcançar sua colocação no mercado de trabalho são tidas como falta de empenho ou despreparo, pois sustenta-se a hipótese de que os trabalhadores devem se adaptar, deixando claro que as oportunidades são dadas, pregando a falsa idéia que todos possuem as mesmas oportunidades, porém cada um seria responsável pelo aproveitamento que faz delas. (BOCK e LIEBESNY 2003)

As filosofias apregoadas são as de que o trabalhador agora é responsável por sua “empregabilidade”, responsabilizando-se por sua própria capacitação, desenvolvimento de

redes sociais (networking) e acompanhamento das evoluções e exigências do mercado, criando assim, seu próprio emprego (dentro ou fora de uma empresa) (MALVEZZI, 1999).

Para os jovens aqui citados e ouvidos, esta situação se torna uma obrigação ainda maior, pois desde muito cedo percebem que são responsáveis por sua própria formação e por sua própria empregabilidade, muito mais do que um jovem da classe alta, que pode aguardar o fim do ensino superior para se preocupar com isso. Nosso jovem sente-se obrigado a pensar em sua empregabilidade muito antes que outros jovens de famílias com maior poder aquisitivo:

David: “(...) eu quero fazer uma faculdade de Eng. mecânica, quero trabalhar com montagem de carro, essas coisas assim que eu gosto, e com uns projetos também, que eu acho legal. Aí pra isso eu quero fazer, não o ano que vem, assim já de cara, aí eu vou juntar pra fazer um curso pra mim trabalhar numa outra área, assim, que eu ganhe um pouco mais que essa pra mim começar a fazer faculdade.(...)”

Gislene: “eu acho assim, que faculdade o ano que vem é uma coisa que eu também não tenho condições, pretendo arranjar emprego, sim... mas é que nem muitos tão dizendo...”

Entrevistadora: “Não tem condições por que?”

Gislene: “condições de custo, porque eu pretendo pagar às minhas custas, eu quero arranjar um emprego, eu me manter em faculdade.”

Sabe-se, há muito, que os jovens de classes financeiramente privilegiadas possuem em sua história de vida outras atividades que não só as esperadas em sua formação escolar, e que os beneficiam em muito na entrada no mercado de trabalho: possuem computadores em casa, o que facilita o entendimento da ferramenta; muitos possuem vivência no exterior e fluência em uma segunda língua, o que é extremamente valorizado atualmente no mercado de trabalho; possuem carro próprio, facilitando seu deslocamento pela cidade e diminuindo a dificuldade em trabalhar em locais mais distantes, como nos mostra Tanguy (1999):

Privilegiar a vinculação da formação com o emprego para dar conta das mudanças em curso, como fazem as grandes pesquisas estatísticas, equivale também a ocultar as desigualdades entre classes sociais perante essas mudanças. Considerar o diploma como a principal característica que determina o acesso ao emprego equivale a desconhecer que este atua de modo diferente segundo a pertença social, cultural (à qual está fortemente vinculado) das redes familiares ou locais etc.

Portanto não podemos considerar as mesmas oportunidades para os jovens de classes altas e para os jovens das camadas populares. Quando falamos em desemprego para a faixa etária entre 15 e 25 anos, certamente que estes dados estão se referindo àqueles jovens moradores da periferia, distante duas horas de condução dos centros urbanos, estudantes de escolas públicas sucateadas, cujos pais possuem ensino fundamental quando muito, sem conhecimento básico de informática etc.

Todas estas características fazem do jovem das camadas populares, menos favorecidos na disputa por uma vaga no mercado de trabalho, pois como coloca Pochmann (2004), existe uma clara desigualdade de oportunidades de educação e trabalho entre jovens da classe média e jovens das camadas populares. O autor refere que entre os jovens de maior renda familiar que realizam trabalhos assalariados, 49% possuem contrato formal de trabalho e entre os jovens pertencentes às famílias de baixa renda, apenas 25,7% daqueles que realizam algum tipo de trabalho assalariado, possuem contrato formal.

Obviamente que as taxas de desemprego são calculadas em cima daqueles que fazem parte da PEA e que se encontram desempregados, como coloca Abramo (2005): “A porcentagem de jovens estudantes é maior entre aqueles que ainda não estão na PEA do que entre aqueles que estão, todavia, vale notar que mais da metade dos jovens que estão trabalhando ou procurando trabalho também estuda (...)” (p. 51).

Seja por necessidade de contribuir com a renda familiar, seja por desejo de independência financeira ou por necessidade de custear alguns cursos extracurriculares como forma de melhorar sua qualificação e seu grau de empregabilidade, o jovem das camadas populares está em constante desvantagem no mundo do trabalho, pois como vemos no estudo do Ipea (2008), jovens oriundos de famílias pobres acabam por adiantar sua entrada em um mercado de trabalho bastante restrito para essa população.

O que os acaba deixando em desvantagem é a impossibilidade de retardar sua entrada no mercado, fato que poderia ser considerado como uma boa estratégia para melhorar as chances de inserção profissional, devido o aumento dos anos de estudo.

4 - TRABALHO/EMPREGO: INCLUSÃO SOCIAL E SOFRIMENTO

4.1 – Trabalho humano

O trabalho a que nos referimos nesta pesquisa é aquele gerador de renda, seja ele formal ou informal, estágio ou efetivo, temporário, terceirizado, integral ou part time, desde que se tenha um salário ou uma remuneração a partir dele.

O trabalho humano tem sua origem atrelada ao próprio aparecimento do homem, pois sua necessidade de alimentação, deslocamento e proteção fizeram com que criasse técnicas e instrumentos que o caracterizaram como *homo habilis*:

O que caracteriza o *homo habilis* é a sua capacidade de suprir suas necessidades com algo mais que o uso dos instintos naturais. Essa espécie utiliza instrumentos, ainda muito rústicos, mas instrumentos que são utilizados intencionalmente (BOCK, et alli, 2004).

O trabalho humano sofreu forte alteração na sua significação para o próprio homem, pois de atividade voltada para o suprimento das necessidades básicas de sobrevivência, passou, ele próprio, para mercadoria, passível de venda pelos trabalhadores aos industriais, donos do capital, e esta relação entre aquele que vende sua mão-de-obra como mercadoria e aquele que a compra é, segundo Marx (2005:31): “o resultado de uma evolução histórica anterior, o produto de numerosas revoluções econômicas e da desaparecimento de toda uma série de formas anteriores de produção”.

A história do capitalismo funde-se com a história do Homem, pois seu desenvolvimento se dá concomitantemente ao desenrolar do aperfeiçoamento humano no sentido tecnológico. A partir da necessidade do Homem de possuir coisas que seu trabalho não era capaz de produzir diretamente e com o advento da Primeira Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX), concretizou-se a relação entre aquele que possui o capital e aquele que possui o trabalho, formalizando a venda da mão-de-obra àquele que a compra através do salário:

A Primeira Revolução Industrial sintetiza uma primeira fase do capitalismo – a constituição da fábrica moderna, com a mecanização –, dá o tom das relações capital-trabalho e completa a subordinação real do trabalho ao capital. A industrialização é o processo que revoluciona as relações sociais de produção durante todo o século XIX (DRUCK, 1999: 30).

Para aqueles que não possuem o capital, ou seja, para aqueles que não são industriais ou empresários, a única maneira de subsistência é através da venda de sua mão-de-obra, gerando assim um pagamento por essa mercadoria. Estamos falando do trabalho “abstrato” como demonstra Codo et alli (1993), quando refere que o mesmo torna-se abstrato quando sua força se aplica ao produto, ao tempo de produção ao salário e jornada negociados, porém “desaparecendo, a este nível de análise, as funções sociais ou as necessidades humanas” (p. 101). Segundo o autor, “o trabalhador interessa ao capital pela sua capacidade de conversão de trabalho em capital, apesar da especificidade desta ou daquela mercadoria” (ibidem).

Nota-se aqui o papel do trabalho como uma relação pura e simples de troca negociada, onde o proprietário do capital paga pela mão-de-obra que o trabalhador está disposto a vender e esse negocia sua mão-de-obra em troca do salário, que lhe possibilita adquirir bens que seu trabalho não é capaz de produzir materialmente.

Porém, o trabalho não é somente essa relação de troca. Além de provedor financeiro possui, ainda, outros papéis. “O trabalho, (...) é mais que o trabalho, portanto, o não-trabalho é mais que o desemprego” (CASTEL, 1998: 496), significa, além de não ter renda, não estar inserido.

Segundo Castel (2007: 22): “A exclusão se dá efetivamente pelo estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais” e esta exclusão não é resultado de características pessoais que os colocam em desvantagem, mas estas pessoas “se tornam *inválidas pela conjuntura*²³: é a transformação recente das regras do jogo social e econômico que as marginalizou” (idem: 31).

Mas nem sempre foi assim. A sociedade industrial, no seu início, caracterizava-se pela dominação da mão-de-obra assalariada, de acordo com a ordem capitalista, sem levar em conta as necessidades básicas dos trabalhadores. No início do século XX (primeiramente na Europa e em seguida no restante do mundo) os trabalhadores

²³ Grifo do autor

conquistaram, a partir de greves e revoltas, alguns direitos trabalhistas. Estes direitos os tiraram da quase escravidão para uma situação de segurança para aqueles que permaneciam empregados: “A nova relação salarial assegura direitos e acesso a subvenções extratrabalho, inserindo em uma ordem de pertencimento não só o trabalhador, mas também sua família” (FRANZOI, 2006: 33).

Surgiu então uma nova relação de trabalho, onde o funcionário possui um contrato por tempo indeterminado, o que lhe trazia alguns outros benefícios e com eles e idéia geral de “pertencimento”, como se cada trabalhador fizesse parte daquela empresa que o protege do desemprego.

4.2 – O papel do trabalho

O Homem possui algumas necessidades básicas que devem ser supridas, como alimentação e habitação, necessidades essas que poderão não ser atendidas pela simples idéia da ausência de trabalho. Contra esta situação de vulnerabilidade a que estamos expostos, existe a necessidade intrínseca da segurança social, pois como nos mostra Castel (2005): “(...) é fácil perceber que a necessidade de ser protegido possa ser o imperativo categórico que deveríamos assumir a qualquer preço para poder viver em sociedade” (p. 15).

O trabalho assalariado passa a representar o papel social da segurança, citando novamente Castel (2005):

O trabalho deixa então de ser uma relação puramente comercial retribuída no quadro de uma relação pseudocontratual entre um empregador todo-poderoso e um assalariado desprovido. O trabalho tornou-se *emprego*, isto é, um Estado dotado de uma *estatuto* que inclui garantias comerciais, como direito a um salário mínimo, as proteções do direito do trabalho, a cobertura dos acidentes, da doença, o direito à aposentadoria etc” (p. 32).

O emprego formal, ou com “carteira assinada”, dá ao trabalhador algumas garantias como salário fixo, férias, 13º salário, além do fato de servir como referência sobre sua vida em diversos aspectos: o emprego formal faz com que o trabalhador possa dar informações

para obtenção de crédito, é onde encontra a referência de sua identidade, como trabalhador de determinada empresa, executando determinada função, sendo responsável por determinada ação:

O trabalho continua sendo uma referência não só econômica, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante como provam as reações dos que não têm (CASTEL, 1998:578).

Desta forma a empresa passa a ter também, papel importante na formação identitária do trabalhador, pois, como coloca Franzoi (2006): “a identidade não se forja na infância de uma vez por todas, mas é um processo de reconstrução ao longo da vida. (...) a identidade é um produto de sucessivas socializações” (p.40).

Estar desempregado, portanto, significa não só não ter renda, mas não fazer parte da sociedade de consumo, o que para os jovens é essencial. É não ter uma empresa à qual possa se filiar e filiar sua identidade e onde possa estabelecer relações sociais para que isto ocorra, como coloca Drucker (1999): “Considero, portanto, que é a partir *ainda*²⁴ da categoria trabalho que se trava o debate acerca das bases de convivência social que se sustentam a sociedade neste novo contexto mundial” (p. 39).

Os trabalhadores esperam que a organização lhes dê a proteção pregada pelo ideário capitalista: proteção contra o desemprego, contra não poder prover casa e família, contra não estar inserido na sociedade de consumo. Aqueles que se encontram desempregados ou em busca de uma primeira oportunidade, estão em constante desamparo por estarem na contra-mão do capitalismo.

No entanto, este modelo ao qual nos referimos acima, foi instituído num mundo em que se sobressaia o modelo fordista/taylorista ou ainda o modelo toyotista de produção, em que cada trabalhador tinha uma relação contratual com a empresa.

O modelo fordista/taylorista, caracterizado pela linha de produção, onde cada trabalhador era responsável e especializado por uma parte do processo. Já o modelo de gerenciamento industrial japonês, conhecido como toyotismo²⁵, adotado em quase todo o mundo, reflete exatamente a mentalidade capitalista em voga no mundo industrial.

²⁴ Grifo da autora

²⁵ Recebe este nome por ter sido criado pela indústria japonesa de carros Toyota.

O modelo japonês prega a produção exata, no tempo correto e com a quantidade mínima de estoque e o envolvimento de todos os trabalhadores no processo, visando a melhoria da produção e a redução de custos e, ainda:

(...) a organização do trabalho está baseada em grupos de trabalhadores polivalentes que desempenham múltiplas funções, adotando, como um dos critérios de avaliação para promoções e/ou aumentos salariais, o rendimento da equipe a que pertence o trabalhador avaliado (DRUCK, 1999: 93).

O surgimento do modelo japonês deu-se nos anos 50, logo após o final da II Guerra Mundial e, só foi possível, pois “no pós-guerra, as condições de vida no Japão são dramáticas, a sociedade encontra-se em estado de grave desemprego e miséria” (OLIVEIRA, 2006: 21), significando que, as imposições desumanas a que os trabalhadores eram (e são até hoje) submetidos, só eram possíveis diante da ameaça do desemprego.

Atualmente essa ameaça não é tão grave para os japoneses, então a Toyota incorporou em sua política de remuneração o “salário por antiguidade” e o “emprego vitalício”, como forma de contribuir para o “desenvolvimento da função de autocoesão e autodisciplina que o trabalhador se impõe, como forma de manter a sua condição de trabalhador regular” (OLIVEIRA, 2006:54), pois uma vez deixado o emprego, ao trabalhar em outro lugar, deixará para trás o valor incorporado a mais em seu salário, por tempo de empresa, e o bônus de aposentadoria.

A Toyota, ao instalar sua nova fábrica brasileira em Indaiatuba (região de Campinas, interior de São Paulo) na década de 90, notou que o nível de desemprego a que nossos trabalhadores estavam submetidos seria um bom motivo para mantê-los interessados e dedicados ao seu trabalho, por isso, ela impõe ritmos cada vez mais alucinantes aos seus trabalhadores e ameaça com demissão aqueles que não cumprem com o estabelecido ou questionam as regras (OLIVEIRA, 2006).

Diante desse modelo atual de gestão empresarial, em que as exigências sobre os trabalhadores crescem cada vez mais, e cuja ordem principal é a de redução constante de quadro de funcionários, emerge o novo modelo da informalidade ou trabalho por conta própria.

A informalidade ou o trabalho por conta própria é almejado por inúmeros trabalhadores por diferentes motivos: pela necessidade que este tem em manter-se

produtivo apesar da falta de oportunidades do mercado formal de trabalho, pela tentativa de fugir dos ambientes insalubres onde encontram trabalhos pesados e cobranças desmedidas, ou ainda, pelo desejo de realizar uma atividade que lhe traga satisfação pessoal e profissional. Portanto, pode ser uma decisão programada ou a única alternativa para a sobrevivência, mas de maneira geral, não temos como definir qual o caminho trilhado pelos milhares de brasileiros que optaram por esta condição, como demonstra Rodrigues (2008):

(...) é necessário explicar que se houvesse pleno emprego poderíamos realmente saber quem optou pelo auto-emprego como alternativa de trabalho, uma vez que ele é um misto de autonomia e necessidade. Como a franja de desempregados é enorme e o trabalho informal atinge quase a metade da força de trabalho, não há como estabelecer essa relação (p. 65).

Mas será que para os jovens o auto-emprego ou a informalidade são uma boa alternativa? Primeiramente, verificamos que eles mesmos externam em seu discurso o desejo de possuir um emprego formal (registrado), cursar uma universidade e terem uma profissão:

Luiz: *“faculdade se torna obrigatório... pra mim acho que se torna obrigatório se você quiser ter um meio de vida estável... é obrigatório cê fazê uma faculdade...”*

Daniel: *“eu trabalho com confecção e tô fazendo um curso ainda... aí tô procurando melhorá...”*

Luiz: *“foi indicação, também, né?”*

Daniel: *“foi indicação, através de uma amigo eu recebi esse serviço...só que não é registrado...”*

Weslei: *“mas você nunca procurou um registrado, um que seja melhor, porque você já tem família, né mano? Já tem uma base, né?”*

Janaina: *“é difícil...”*

Weslei: *“mas você pode tentá, vai na Internet, oferece seu curriculum pra outras empresas melhores...”*

Notamos que em seu discurso, deixam claro que o ideário sobre bons empregos passa por um registro em carteira e cursar faculdade, sendo este último quase que obrigatório para quem busca uma colocação profissional melhor, com melhores salários.

Os jovens desta pesquisa acreditam que o curso superior é a chave para ascensão social a que almejam, porém, nos parece claro que, quando relatam esta obrigatoriedade o estão fazendo porque há, por trás, um discurso social que os obriga a dizer tais coisas. Há um ideário social em que um jovem só alcançará o sucesso se realizar tais e tais cursos,

como o que é propagado atualmente pelas faculdades ou escolas de informática e inglês: só terá sucesso no mercado de trabalho quem faz estes cursos.

Além disso, os próprios pais desejam que seus filhos estudem e tenham uma profissão. Mesmo que esses pais possuam um trabalho autônomo ou informal que garanta o sustento da família, não visualizam seus filhos seguidores de seus passos e esperam que eles possam prosseguir nos estudos:

É do desejo dos pais que os filhos não vivenciem as agruras do auto-emprego no cotidiano laboral em pequenos negócios. Para eles, ter seu próprio negócio não é como ter uma profissão. E eles desejam que os filhos estudem para terem uma profissão. Nesse ponto, fica nítida a lucidez que essas pessoas têm quanto a estarem nesse tipo de ocupação muito mais por força das circunstâncias do que por vontade própria (RODRIGUES, 2008: 121).

Fica claro, então, que de modo geral, a informalidade ou o auto-emprego, têm um papel no ideário popular de que, só está nesta situação quem não têm ou teve alternativa. Então, os jovens esperam ter a possibilidade de encontrar um emprego formal, e lutam por isso, além da expectativa dos pais de que estudem para ter uma profissão.

Um dos jovens participantes dos grupos chegou a esboçar certo desejo em ter seu próprio negócio:

Tadeu: *“eu tenho vontade de fazer faculdade de turismo e marketing, porque eu quero um negócio meu próprio que eu sei que é meu, né? tipo, não vou dependê de ninguém, como patrão tal... de registrá você, tal, tal, tal...eu quero ganhá tipo, por mim mesmo...”*

Mas, apesar desse desejo, notamos em seu discurso que o plano de trabalhar por conta própria só poderá se concretizar a partir da realização de uma graduação

Apesar da escolha de milhares de trabalhadores brasileiros pelo trabalho informal como forma de subsistência, sem a dependência do registro em carteira e dos benefícios formais que esta situação poderia lhes trazer, ainda existem outros milhares que não abrem mão da segurança do emprego formal, como maneira de assegurar sua aposentadoria, férias, 13º salário e outros benefícios que os trabalhadores informais não podem ter.

Assim como demonstrado pelos jovens acima, o emprego registrado, ainda aparece para muitos, como “melhor” e possuidor de garantias que a informalidade não traz, com a possibilidade de tirar férias pelo menos uma vez ao ano, 13º salário, FGTS e até mesmo o seguro desemprego no caso da demissão.

4.3 – Trabalho e sofrimento

Diante da constante ameaça do desemprego, aqueles que se encontram empregados acabam por desenvolver um sentimento de gratidão diante da organização que os acolhe e lhe dá garantias e segurança social. Sabedoras desta condição, as organizações se utilizam desta premissa para cobrar cada vez maior produtividade e desempenho de seus empregados.

Para manter-se afastado da exclusão, o trabalhador, atualmente, passa por determinados sofrimentos que o acompanham. Fazer parte de uma empresa, seja ela de que tamanho for, tenha ela o faturamento que tiver, obriga a cada sujeito uma adaptação de normas e condutas impostas pela organização.

Poderia-se, a partir do advento da tecnologia, dizer que o trabalhador não mais sofre, pois agora ele teria as máquinas e os robôs a seu favor, mantendo-o afastado do trabalho sujo e pesado. Contudo ainda existem aqueles em que a tecnologia não foi capaz de auxiliar totalmente e que ainda atuam em situações de insalubridade e perigo iminente.

Aí está o sofrimento físico a que os trabalhadores, por necessidade de se manterem empregados, continuam sendo vítimas. Porém, há aquele sofrimento dos que, pelo risco do desemprego, pela ameaça da vulnerabilidade, acabam por exigir demais de si mesmos, preocupando-se constantemente com seu desempenho: horário, produtividade, ritmo, nível de conhecimento, formação etc.

Os trabalhadores que se encontram empregados caem na armadilha do medo e passam, dia a dia, a se dedicarem cada vez mais à empresa que lhes mantém empregados e longe da situação de exclusão que é estar desempregado.

Querer sempre se mostrar como o melhor, como o mais adaptado à filosofia da empresa são as atitudes mais comuns entre aqueles que desejam manter-se empregados, surgindo, assim, uma legião de *workaholics*, que chegam a deixar suas vidas particulares de lado para provarem à empresa como são dedicados e quanto merecem fazer parte desta, assim como nos mostra Sorj (2000):

(...) o trabalho, na pluralidade de formas que tem assumido, continua a ser um dos mais importantes determinantes das condições de vida das pessoas. Isto porque o sustento da maioria dos indivíduos continua a depender da venda do seu tempo e de suas habilidades de trabalho no mercado. Mais ainda (...) sua presença tem invadido de tal forma diferentes esferas da vida que temos, hoje, grandes dificuldades em estabelecer as fronteiras que separam o âmbito do trabalho do não-trabalho.

Este é um exemplo concreto de como empresas nacionais e multinacionais contribuem para o sofrimento dos trabalhadores, como demonstra Castelhana (2005):

(...) há algo maior nessa relação sujeito - organização, e no desenvolvimento das formas de controle e dominação que complementam essa interação: o medo. Este sempre se instala no psiquismo do sujeito como um sinal ao perigo, imposto pela lei e pela autoridade.

A que custo o emprego é conservado. Manter-se empregado gera um sofrimento resultante da cobrança física e mental que o trabalhador é submetido no intuito de atender as expectativas e assegurar seu afastamento do fantasma da demissão. Por mais paradoxal que possa parecer, é assim que a sociedade capitalista garante a dedicação e o interesse daqueles que estão empregados. É o sofrimento que se suporta para evitar o desemprego, portanto estar empregado parece gerar um sofrimento mais suportável do que estar desempregado.

Segundo Castelhana (2005):

O medo e a angústia agravam o sofrimento mental. À medida que diminui a segurança no emprego, o medo abre uma porta para o sofrimento. Quem sofre é o sujeito, e sofre dentro e fora da organização. O desempregado, excluído do mercado de trabalho, tem medo de não encontrar um novo emprego, e o empregado, que está dentro da organização, sofre com o medo e com as pressões que podem virar ameaças, e até mesmo desembocar em novas demissões.

Dejours (2007:28) caracteriza como sofrimento aquelas situações em que o trabalhador põe em risco sua saúde física e mental, seja por um ambiente insalubre, seja por cobranças descabidas sobre seu desempenho, como por exemplo, a linha de montagem da fábrica da Toyota de Indaiatuba, constatado por Oliveira (2006):

Desde que a fábrica da Toyota do Brasil se instalou em Indaiatuba, as melhorias contínuas tiveram por efeito fazer a produção aumentar de 18 para 42 carros diários, sem mudar o número de trabalhadores. Reunindo informações dispersas aqui e ali, podemos afirmar que o *takt*²⁶ se modificou: de 17 passou para 13, caiu para 12, oscilando para 10 minutos (p. 147).

²⁶ Segundo o próprio Manual de Integração da Toyota, ao qual a autora teve acesso, o *takt* é “uma figura retórica que nos diz quanto tempo é necessário para fazer o produto em cada processo” (MIT, apud Oliveira, 2006:145)

O resultado dessa cobrança, sem dúvida, é o sofrimento a que Dejours se refere acima e é o preço que o trabalhador paga por estar empregado, por fazer parte de uma corporação e receber os benefícios que essa situação, direta e indiretamente, traz: financeira, social e psicológica.

Injustiça? Talvez. Mas quem atualmente enxerga esses comportamentos, tão comuns dentro das corporações como injusto? Estar desempregado pode parecer bem pior.

A própria precarização da relação de trabalho e a iminência de demissão fazem com que o trabalhador se sujeite às mais diversas situações, como se calar diante da injustiça e aceitar situações adversas dentro das empresas como sendo normais, a fim de preservar seu emprego e sua remuneração.

Para Dejours (2007: 46), a aceitação deste sofrimento como normal, vai aos poucos, desligando o sujeito do sofrimento. A impassividade diante de seu próprio sofrimento dificulta a percepção do sofrimento alheio e “a impossibilidade de exprimir e elaborar o sofrimento no trabalho constitui importante obstáculo ao reconhecimento do sofrimento dos que estão sem emprego” (p. 46).

Surge, paulatinamente, a banalização do sofrimento de outrem, na figura dos que não possuem emprego. De certa maneira, essa invisibilidade a que os desempregados estão sujeitos corrobora para a banalização da injustiça social como um todo: a miserabilidade do povo e a falta de segurança social.

Em contrapartida, os que não têm acesso ao mundo do trabalho sofrem com a falta de perspectiva, com a constante preocupação em estar inserido e com a impossibilidade de custear estudos em instituições particulares ou sustentar sua família.

Se considerarmos os resultados da pesquisa “Perfil da juventude brasileira²⁷” (ABRAMO e BRANCO, 2003), verificaremos que os jovens pesquisados, aos serem questionados sobre “as piores coisas de ser jovem”, o desemprego aparece em 3º lugar com 20% das respostas. Quando questionados sobre suas “principais preocupações”, o emprego aparece em 2º lugar com 52% das respostas e, finalmente, quando questionados sobre seus

²⁷ Pesquisa realizada em 2003 com 3501 jovens, entre 15 e 24 anos, de 198 municípios brasileiros, como parte do “Projeto Juventude”.

“assuntos de maior interesse”, novamente o emprego aparece em 2º lugar com 37% das respostas.

Os jovens buscam por emprego, se preocupam com ele e com o desemprego, desta maneira, tornam-se presas fáceis para corporações onde o medo e o sofrimento são cada vez maiores e o questionamento pode ser o passaporte para o desemprego.

Isso só é possível porque os jovens sofrem com sua situação de desemprego e de despreparo diante do mundo do trabalho. Dessa maneira, ao buscarem uma colocação sujeitam-se a qualquer tipo de política da empresa, até mesmo as que impõem sofrimentos físicos e psicológicos por: 1) necessidade de terem algum tipo de experiência profissional, pois a maioria exige isto dos trabalhadores e os jovens se vêem forçados a começar por algum lugar, mesmo que este lugar se mostre desagradável e 2) medo de permanecerem desempregados e excluídos da sociedade de consumo, da sociedade dos que trabalham, dos que têm renda, dos que têm ofício.

O mundo do trabalho gera sofrimento, seja para quem está dentro ou fora. Sofrem os que querem entrar e sofrem os que querem se manter nele. E assim o capitalismo mantém os trabalhadores como escravos de uma lógica de sofrimento infundável e banalizado, pois para aqueles que estão desempregados, o sofrimento dos que trabalham é pequeno diante da perspectiva de se encontrar desamparado. E para aqueles que trabalham, seu sofrimento é grande o bastante para deixar que enxerguem os excluídos.

5 – DANDO VOZ E VEZ AOS JOVENS

Essa pesquisa deixou de ter o único objetivo de apenas observar e analisar produções dialógicas dos jovens, e passou a contemplar a riqueza de emoções, idéias e atitudes que os jovens das camadas populares possuem ao se deparar com o mundo do trabalho.

Esta pesquisa quis, também, dar voz aos jovens dessas camadas como um canal de expressão e pedido de ajuda, pois como teremos contato mais adiante, eles nos deixam claro suas dificuldades para conseguir adentrar ao mundo do trabalho, todos os obstáculos envolvidos nesta etapa de suas vidas e as angústias decorrentes da dúvida que têm se conseguirão ou não atingir seus objetivos.

Apesar das falas dos jovens dessa pesquisa já terem ilustrado alguns dos capítulos da dissertação, como maneira de corroborar com a teoria trazida, dedicaremos aqui um capítulo para darmos maior atenção ao seu discurso.

As falas apresentadas no decorrer dos capítulos trouxeram conteúdos de fácil identificação, isto é, conteúdos que claramente faziam referência ao que estávamos nos referindo teoricamente, ao trazer autores da área para o debate.

Nesse capítulo, conforme proposto no capítulo 2, buscaremos realizar a análise do discurso em si, como refere Iñiguez (2004): “deveríamos ver como a linguagem é usada por falantes em conversas cotidianas e também olhar mais acima do nível da palavra ou da frase” (p. 128).

5.1 – Panorama social

Antes de iniciarmos a análise mais aprofundada das informações coletadas durante a aplicação dos grupos focais, mostraremos alguns dados referentes à região em questão. Através de dados estatísticos e estudos sócio-ambientais, tentaremos montar um perfil sócio-econômico-cultural dos jovens a quem nos referimos nesta pesquisa e, mais especificamente, dos jovens com quem conversamos durante os grupos focais.

Nossa intenção é deixar claro quem são estes jovens, onde vivem e qual o ambiente sócio-cultural em que estão inseridos. Este levantamento fará parte da entrada no campo de pesquisa e será de suma importância para a análise dos dados no decorrer do trabalho pois, conforme coloca González Rey (1999: 33): “La epistemología de las ciencias sociales tiene que asumir em todas sus consecuencias el carácter histórico-cultural de su objeto y del próprio conocimiento como construcción humana”.

Optamos por usar o Mapa da Exclusão Social²⁸ como fonte das informações estatísticas que necessitamos para montarmos o perfil sócio-econômico-cultural dos jovens participantes desta pesquisa. O Mapa da Exclusão Social foi desenvolvido com base na cidade de São Paulo e revela onde estão presentes, dentro desse município, os locais de maior e menor vulnerabilidade à exclusão social.

Segundo Sposati (1996), o Mapa teve por objetivo acabar com as “médias genéricas” em uma cidade tão grande e tão repleta de diferenças sociais e:

A presença da exclusão precisa se transformar numa manifestação de indignação da sociedade, o que implica uma estratégia para além de um conceito acadêmico, a fim de que a provisão de mínimos sociais de responsabilidade da lei nacional de assistência social, se efetive com legitimidade social.

Os índices utilizados e pesquisados para a concepção do mapa nos trazem um pano de fundo para a formação do perfil da região onde nossos jovens residem e estudam e a que níveis de vulnerabilidade social estão expostos.

²⁸ Prefeitura de São Paulo. *Mapa da inclusão/exclusão social município de São Paulo*
<http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/index.php?texto=apresentacao>. Acesso em: 01 dez 2008.

Nosso objetivo nesta pesquisa não é a de classificar os jovens como pertencentes à esta ou àquela classe, mas de traçar o perfil deste jovem definido como sujeito colaborador desta pesquisa. Com o auxílio do Mapa de Exclusão Social, fica claro que os jovens dessa pesquisa são moradores de uma região com razoáveis índices de vulnerabilidade social, o que os deixa numa situação de quase exclusão e, ainda, o fato de serem estudantes de escola pública nessa região da cidade faz com que sua situação se mostre ainda mais delicada. Portanto, chamá-los de jovens de camadas populares é caracterizá-los de forma simples e abrangente.

Segundo a autora, o impacto das políticas neoliberais nos países latinoamericanos se caracteriza pelo aumento da exclusão social: “-pelo desemprego; - pela ausência de oportunidades geradas aos jovens; - pela discriminação resultante de modelos políticos elitistas e formas de governo que ainda se assemelham a ditaduras civis e não propriamente democracias; - pelo não acesso universal à educação e à linguagem digital; - pela ausência de incentivo às expressões culturais populares” (SPOSATI, 2000), portanto, “o Mapa é uma ferramenta a serviço do processo civilizatório de modo a formar opinião crítica da sociedade e fomentar a indignação com a exclusão, e ao mesmo tempo mostrar que é possível caminhar na direção da inclusão social” (idem).

O Mapa da Exclusão Social utiliza um índice chamado de Iex (Índice de Exclusão/Inclusão Social). Este índice abrange de 1 à -1, sendo que sua escala completa seria: 1 (melhor índice de inclusão); 0,75; 0,50; 0,25; 0 (padrão básico de inclusão); - 0,25; - 0,50; - 0,75; - 1 (pior índice de inclusão social)²⁹.

Seguindo este critério, verificamos que na região onde se encontram nossos jovens (Vila Jacuí – Zona Leste), o Iex medido em 2002 está dentro de uma faixa entre – 0,50 a – 0,60³⁰. Estes dados colocam esta região dentro de uma faixa preocupante de exclusão social.

Além do Iex, existem outros dados levantados sobre esta região que nos dão uma noção bastante completa da situação sócio-econômico-cultural dos jovens desta pesquisa e

²⁹ Mapa da Exclusão Social. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/oficinas/mapa2000.pdf>. Acesso em: 20 nov 08.

³⁰ Município em mapas – série temática – índices sociais. Disponível em: http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/index.php?texto=corpo&tema_cod=5. Acesso em: 20 nov 08.

nos mostra em que ambiente estão inseridos e como este ambiente pode influenciar o futuro e as escolhas destes jovens.

Verificamos então, o Mapa da Exclusão Social segundo algumas dimensões importantes para esta pesquisa como a vulnerabilidade social e a vulnerabilidade juvenil e constatamos que, segundo o mapa de 2004, a região a que nos referimos neste projeto (Vila Jacuí – Zona Leste) possui de 25% a 50% de seus chefes de família com apenas o ensino fundamental completo e, de 20% a 30% dos responsáveis da casa, pessoas do sexo feminino com, no máximo, o ensino fundamental completo.

Segundo o mapa de 2000, a região possui um índice de 57,60% a 61,90% no que diz respeito à dimensão “vulnerabilidade juvenil”. Esta dimensão engloba aspectos como: a taxa anual de crescimento demográfico; a participação de jovens de 15 a 19 anos na população do distrito; a taxa de morte por homicídio na população entre 15 e 19; participação das mães entre 14 e 17 anos no total de nascimentos e rendimento mensal médio do chefe do domicílio.

Além dos aspectos acima citados, a dimensão “vulnerabilidade juvenil” também engloba mais dois aspectos que merecem maior atenção, pois são de suma importância nesta pesquisa: o percentual de jovens entre 15 e 17 anos que não freqüentam a escola, que no caso deste distrito fica em torno de 27,78% a 29,47% e o percentual de jovens entre 18 e 19 anos que não concluíram o ensino fundamental que, no caso do distrito em questão, permanece entre 48,85% e 53,84%.

Portanto, trata-se de uma região com índices bastante negativos com relação à população jovem, o que coloca os garotos e garotas que participaram dessa pesquisa numa situação bastante desvantajosa com relação à seus vizinhos de outros bairros com índices de exclusão não tão altos. Porém, devemos parabenizá-los por, mesmo nestas condições adversas, ainda estarem cursando ensino médio e manterem viva a esperança e a busca por melhores condições de vida.

Porém, antes de iniciarmos a análise mais aprofundada dos discursos dos jovens, é mister deixar claro que a época refletida pelos dados apresentados acima está concentrada num período onde o país buscava sair de uma situação de crise gerada por políticas neoliberais. A partir de 2005, surge no país políticas voltadas para a diminuição da pobreza

e dispostas a enfrentar a crise em que nos encontrávamos, mas a concentração de dados estatísticos e material de discussão sobre esse período ainda é escassa. De qualquer forma, apesar de nos encontrarmos atualmente num momento de crescimento do país, o IDH de 2008³¹ mostra o Brasil no mesmo septuagésimo lugar do IDH de 2006, o que atesta que qualquer reflexo desse crescimento aparecerá somente em alguns anos.

5.2 – Grupos temáticos

Houve grande disponibilidade dos participantes para integrar os grupos e seu conhecimento sobre a atual situação do mercado de trabalho e como se preocupam com sua preparação para a entrada neste é bastante perceptível, como veremos mais adiante.

Abaixo, trazemos trechos das transcrições feitas a partir dos diálogos de dois grupos focais (segundo e terceiro anos do ensino médio). Como colocado anteriormente, o grupo focal teve o objetivo da discussão, de colocá-los frente a frente e suscitar concordâncias, discordâncias e reflexões.

Os grupos foram formados por jovens voluntários que, ao saberem do objetivo dos encontros foram convidados a tomar parte nas discussões. Deve-se ressaltar o grande número de voluntários, o que nos fez sorteá-los a fim de não extrapolar o número máximo de 12 participantes em cada um dos dois grupos, o qual foi proposto, para não comprometer a qualidade das participações.

Atuei diretamente como moderadora do grupo, tomando assim também o papel de estimular as falas, as participações e inserir temas conforme as informações eram trazidas.

Ambos os encontros tiveram um tempo aproximado de 1h e 10min., pois tínhamos a limitação do horário das aulas e do equipamento de gravação. Os encontros foram filmados para facilitar a transcrição das discussões. Como dito anteriormente o material gravado foi de uso exclusivo do pesquisador.

³¹ Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh/>

Nos trechos transcritos nessa dissertação, eu, como pesquisadora e participante do grupo como moderadora, apareço identificada como “entrevistadora” e os jovens aparecem identificados por nomes fictícios a fim de preservarmos suas identidades.

Como dito no início do capítulo, as discussões trouxeram diversos temas interessantes, como a exigência de experiência pelas empresas para a contratação dos jovens, a necessidade em realizar cursos extracurriculares, principalmente os de informática e inglês, as formas como buscam trabalho, a importância da formação superior e as crenças na melhoria das condições de trabalho para aqueles que a possui. No entanto, para darmos conta da análise e contemplarmos todos os temas propostos, os mesmos foram agregados em grupos temáticos.

Apesar dos temas suscitados terem sido extremamente semelhantes nos dois grupos, houve algumas pequenas diferenças de atenção a cada um deles, como por exemplo: para o grupo do terceiro ano, foi discutido o tema da aparência e do preconceito, o que não ocorreu no grupo do segundo ano e, inversamente, o tema da idade (menores e maiores de 18 anos) foi discutido pelo grupo do segundo ano, obviamente pela vivência atual dos próprios participantes deste grupo, por encontrarem-se na faixa dos 16 aos 17 anos na maioria.

Para a análise, o primeiro passo foi realizar a transcrição do que foi gravado e proceder uma leitura que chamamos de seqüencial. Trata-se de ler a transcrição levando-se em conta cada tema discutido. Destacamos cada tema com uma cor diferente (trabalho feito já no processador de texto Word) e, ao final da leitura, verificou-se quais temas foram mais discutidos pelo grupo. Alguns temas apareceram com menor frequência, por isso foram englobados pelos temas de maior frequência. Dessa maneira pudemos criar o que chamamos de grupos temáticos e a partir de seu conhecimento, montamos os Mapas de Associação de Idéias (Anexo).

Passamos a descrever abaixo cada grupo temático criado pelo pesquisador para englobar os temas discutidos pelos jovens. Cada grupo temático tem sob sua abrangência variados temas e abaixo faremos um breve relato de cada um deles, a influência de cada um nas decisões dos jovens, a representatividade dessa temática no modelo atual de trabalho e de que forma apareceram no discurso.

O mapa servirá de base para nossa análise, pois nos auxiliou a ter mais concreta e isoladamente cada tema levantado pelos jovens e como cada uma dessas temáticas foi discutida pelos grupos e quais se mostram com maior ou menor destaque nas falas.

EXPERIÊNCIA: engloba temas como a experiência solicitada pelas empresas para a contratação de seus funcionários, o estágio como forma de adquirir experiência, os cursos como pontes para a experiência, experiência profissional etc.

O jovem estudante de ensino médio em busca de seu primeiro emprego, se comparado aos trabalhadores de longa data, acabam por ficar numa situação desvantajosa, como coloca Branco (2005):

(...) os trabalhadores adultos desempregados com frequência acabam preenchendo as vagas disponíveis antes mesmo de elas serem acessadas pelos jovens (...). Com isso, uma parcela importante das ocupações existentes, mesmo quando caracterizadas por atributos que melhor se coadunariam com a oferta de mão-de-obra em busca do primeiro emprego, termina sendo deslocada durante o processo de preenchimento em direção a trabalhadores adultos já testados e portando experiência anterior (p. 133).

Nossos jovens discutiram as dificuldades que enfrentam ao buscar uma colocação pelo fato de não possuírem a experiência desejada, deixando claro que a concorrência acirrada no mercado de trabalho atual, devido às altas taxas de desemprego, leva pessoas com maior experiência a ocuparem funções que certamente poderiam ser ocupadas por jovens inexperientes.

Esta situação é típica de momentos com altas taxas de desemprego. Quando há um aumento nas taxas de ocupação, as empresas buscam os trabalhadores com maior qualificação para trabalhos de maior especialização, deixando para os menos especializados as tarefas de baixa qualificação e de menor remuneração, que serão ocupadas pelos jovens.

Por isso, acreditamos que há necessidade de políticas públicas que assegurem a esses jovens a entrada no mercado de trabalho, ocupando cargos e funções que lhes dêem perspectiva de crescimento pessoal e profissional.

CURSOS EXTRACURRICULARES: engloba a importância que os cursos, principalmente os de informática e línguas, têm para que os jovens se sintam e sejam considerados como capacitados para trabalhar nas empresas.

FORÇA DE VONTADE: engloba temas que giraram em torno da busca pelos objetivos, garra, “correr atrás” e determinação; responsabilidades exigidas pelos trabalhos que ocupam; desejo de buscar uma colocação; sacrifícios feitos em nome do preparo para o mercado de trabalho etc.

Notamos que nossos jovens possuem essa força de vontade quando se referem à busca pelo emprego, terminar os estudos, cursar uma universidade. Existem, certamente, alguns determinantes para essa força de vontade e nosso desejo foi tentar identificá-los nos diálogos produzidos para esta pesquisa.

Identificamos nessa pesquisa o termo “força de vontade” como o sentido produzido pelos jovens em seu discurso, pautados em sua experiência na busca por uma colocação profissional, pelo momento de vida pelo qual estão passando e o ambiente sócio-econômico em que estão inseridos, conforme coloca Spink, MJ (2000).

EDUCAÇÃO FORMAL: temática de muita relevância em nosso estudo, pois, engloba discussões a respeito da formação escolar e graduação; necessidade e desejo em cursar universidade; possibilidades financeiras para cursar o nível superior; maneiras e possibilidades de custear a universidade; escolha do curso etc.

A pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, realizada pelo Instituto Cidadania no período de novembro a dezembro de 2003, mostra que, ao serem perguntados sobre os assuntos que mais interessam aos jovens, 38% escolheram educação e 37% escolheram emprego/atividades profissionais, ficando claro que:

(...) seria possível somar a relevância dada à educação com aquela referida ao emprego/ atividades profissionais, uma vez que uma das motivações ou razões mais importantes para se estudar está relacionada à obtenção futura de uma boa inserção ocupacional (...) (BRANCO, 2005: p. 140).

Portanto, para os jovens da pesquisa acima, o interesse na formação escolar ou educação está estreitamente ligada ao interesse em colocar-se bem no mercado de trabalho. Veremos adiante que os jovens da nossa pesquisa pensam da mesma forma, pois em seus discursos vemos a importância que a formação tem em seu projeto de vida como forma de ascensão social, incluindo aí: melhores salários, menos tempo de trabalho semanal e maior estabilidade financeira.

PROJETO: chamei de projeto todos os temas abordados que disseram respeito ao planejamento futuro, como quais cursos fazer para alcançar quais objetivos; planejamento atual (disponibilidade de tempo e dinheiro) para trabalhar, cursar ensino médio e cursos extracurriculares; escolha da melhor maneira para atingir seus objetivos.

Notamos, através do discurso dos jovens que, apesar da preocupação em conseguir um trabalho, um emprego bem remunerado, eles são capazes de planejar a longo prazo como isso poderá e deverá ser alcançado, como nos mostra Branco (2005):

A visão de um futuro que traz consigo sinais de graves dificuldades não pode ser traduzida para o presente simplesmente como se fosse uma antecipação a ser vivida, ou seja, o jovem que vê, entre os principais problemas a preocupá-lo, a necessidade de, em futuro breve, ter de encontrar emprego/atividade profissional não está declarando, com isso, que a forma de melhor eliminar essa preocupação residiria na imediata obtenção de um emprego ou no pronto desempenho de alguma atividade econômica (p. 139).

Como veremos mais adiante nas falas dos jovens, há uma grande preocupação no seu preparo para a entrada nesse mercado de trabalho e este, muitas vezes, servirá de trampolim para se alcançar objetivos maiores, como adquirir condições financeiras para custear seu próprio estudo e, quiçá uma universidade. Infelizmente nossos jovens se vêem obrigados a planejar desde a combinação entre horário de trabalho e escola, até quais cursos devem fazer para conseguir um emprego melhor, que lhe pague um salário que possibilite cursar universidade.

MAIORIDADE (temática presente no grupo do segundo ano): gira em torno dos temas relacionados à maioridade; exigência das empresas em contratar jovens com mais de 18 anos, principalmente os rapazes, por conta da possibilidade do serviço militar.

APARÊNCIA (temática presente no grupo do terceiro ano): esta temática também poderia ser denominada de PRECONCEITO, pois está relacionada ao preconceito racial e às exigências que o mercado de trabalho faz com relação à aparência dos jovens como a discriminação pelo uso de piercing, tatuagem e cabelo comprido para os meninos ou colorido para as meninas.

MEIOS: esta última temática e não menos importante está relacionada às formas que os jovens utilizam para buscar uma colocação no mercado: indicações de amigos e parentes, Internet etc.

5.3 – Realização dos grupos

5.3.1 – Descrição:

Fizeram parte dos grupos:

Um grupo do segundo ano do ensino médio: 12 participantes, sendo que deste total: 8 trabalham e estudam, 4 apenas estudam e, destes, apenas 2 informaram estar buscando colocação ou recolocação profissional.

Um grupo do terceiro ano do ensino médio: 12 participantes, sendo que deste total: 6 trabalham e estudam, 6 apenas estudam e, destes, somente 2 informaram estar buscando colocação ou recolocação profissional.

Os dois grupos iniciaram da mesma maneira, com o mesmo questionamento: como é para o jovem a busca pelo emprego no Brasil atualmente?

5.3.2 – Material coletado nos grupos

Por termos realizado dois grupos nossa análise levará em consideração todo o material coletado com os jovens.

Houve algumas pequenas diferenças de conteúdo entre os grupos, diferenças essas que relato logo a seguir.

O grupo 1 (alunos do terceiro ano do ensino médio) manteve uma discussão bastante interessante sobre a questão das escolhas que o jovem faz com relação a sua aparência, como ter ou não piercing e tatuagem e como essa escolha influencia na decisão de quem faz a contratação nas empresas. Para alguns, o jovem deve se adaptar às imposições do mercado e deixar para usar piercing ou tatuagem quando for mais velho, para outros, trata-se de preconceito.

Acreditamos que a maioria dos jovens na idade aqui contemplada como início da vida adulta, está em busca da determinação de sua personalidade, busca afirmar-se como indivíduo, pois, assim como coloca Benevides (2004):

O direito à diferença é um corolário da igualdade na dignidade. O direito à diferença deve ser invocado para nos proteger quando as características de nossa identidade são ignoradas, subestimadas ou contestadas; o direito à igualdade deve ser invocado para nos proteger quando essas características são motivo para exclusão, discriminação e perseguição. (p. 47)

Pode-se considerar, então, que esses jovens mostraram a escolha em buscar sua individualidade por meio das diferenças (cabelo, piercing e tatuagens) mas lutando pelo direito de serem considerados como iguais:

Janaina*: “A questão também de aparência, eu tava discutindo isso com o M., ce não pode tê um piercing, ce não pode tê nada, se não ce é tratado como marginal, como não sei que...eu acho isso preconceito demais, com, tipo, adolescentes da nossa idade. Não pode usar isso, aquilo, fala que usa droga... eu acho isso completamente errado.(...) eu falei que eu não vou pintar meu cabelo, tanto é que minha vó queria que eu pintasse, não vou pintar, vai ficar assim descolorido mesmo, não tô nem aí...vão me aceitar do jeito que eu sou, não vou mudar por causa de ninguém.(...) eu não vou mudar meu pensamento por causa de ninguém... eu vou procurar uma coisa que me aceite do jeito que eu sou...”

Paula: “Não adianta tê em mente assim: “eu vou fazer tatuagem, eu vou colocar piercing”... tanto que eu já coloquei trocentos piercings, toda furada, já inventei de fazer tatuagem, graças a Deus não fiz...porque eu pensei no meu futuro. Eu sei que um dia eu vou chegar na loja e eles vão bater a porta na minha cara, porque eles vão falar assim: “eu não quero você por causa disso”, entendeu? “eu não quero você porque você tem um furo no meio do seu nariz igual de um boi, não quero”.

Sabrina: “É complicado, como ela tava falando assim, de colocar piercing... não é só isso não, é questão de.... bem eu nunca sofri nenhum preconceito por ser negra, mas o meu namorado trabalhava na C. e é assim, eles não aceitam negros, se você... e não é nem negro assim (passa a mão no próprio rosto), se você é assim branco com o cabelo um pouco cacheado eles não aceitam... eles falam que é “setentinha”, um código que tem na loja. você vai, por exemplo homem, porque eles só aceitam homem lá, tem que ser homem branco, do cabelo liso (...).”

Carlos: “tem um monte de negro que trabalha na C...”

Sabrina: “claro que não... na loja que ele trabalhava ele falava que negro, você deixa seu cv lá... ele falava que na loja que ele trabalhava o gerente descartava, descartava, descartava... o dono da C. não gosta...”.

Gislene: “agora uma coisa, eu acho que o jovem, merece sofrer tal discriminação por cor, por cabelo? Não merece gente! A gente tá querendo emprego, só isso...não pra ser julgado...”

Como dito anteriormente, houve muita semelhança nos discursos dos grupos, porém o grupo 2 (alunos do segundo ano do ensino médio) deu um enfoque maior à questão da

* Os nomes foram alterados para preservar a identidade dos participantes.

idade e da dificuldade que os menores de 18 anos têm em conseguir um emprego, dado o fato de ser um grupo do segundo ano do ensino médio e ter em sua maioria jovens menores de 18 anos. Contudo, essa discussão foi conduzida pelos garotos, pois carregam o agravante da possibilidade de serviço militar:

Daniel: “(...) e eles (empresas) pegam de maior, dificilmente pega gente de menor (...)”
Evandro: “quantas vezes eu fui dispensado do emprego pq eu tenho 17 e já tô quase passando pela fase do Exército?... preciso esperá pegá a reservista pra depois começá a trabalhar...”
Entrevistadora: “Ser dispensado que você fala, é não te chamarem pra trabalhar?”
Evandro: “sê qualificado e não sê chamado por causa da idade...”
Weslei: “eu já passei por essa fase de chegá num lugar, eles falarem que eu tenho 17, tê experiência, mas não podê entrar... eles acharam que eu podia ser chamado pelo Exército... sendo que hoje em dia só dá por excesso de contingente...”

Um outro fator bastante interessante levantado pelo grupo 2 foi sua percepção da falta de interesse que muitos jovens demonstram em progredir, tanto no que diz respeito à sua formação, quanto na vida profissional:

Silvana: “Não são todos que têm interesse (...), não são todos que são interessados, que querem trabalhar... são poucos...”
Entrevistadora: “Por quê?”
Silvana: “Acho que sim... nem estudar eles querem mais, imagina trabalhar...”
Weslei: “(...) mas tem gente que pára de estudá pra trabalhá por causa que... não é por causa da baixa renda, tem vizinhos que acham que vão ficá no emprego pra sempre... tem rapaz lá na minha rua que tem 25 anos e tá no primeiro colegial... ele acha que vai ficar no emprego pra sempre...”
Alice: “Eles só qué sabê de pipa...o pessoal só qué sabê de pipa em vez de ir procurá um curso, um serviço, não (...)”
Alberto: “também não qué tê uma evolução no serviço dele (...)”

Dadas as particularidades dos grupos, ambos tiveram um discurso bastante parecido no que diz respeito a temas como a exigência de experiência por parte das empresas para a contratação dos jovens, a importância da formação em nível médio e superior e o planejamento de tempo e dinheiro que são obrigados a fazer para conciliar trabalho e estudo para tentar o ingresso em um curso superior.

A semelhança nos discursos dos dois grupos se dá por 2 motivos: pela proximidade de idade (em ambos os grupos encontramos jovens da mesma faixa etária) e pela experiência na busca pelo emprego que boa parte do grupo já possui.

Verificamos que ambos os grupos iniciaram a discussão pelo mesmo tema: sua indignação por não serem contratados pela falta de experiência. Mas se não possuem experiência, quem lhes dará a chance de iniciar?

Segundo pesquisa do Ipea³², uma das hipóteses que justificam a maior dificuldade dos jovens para ingressar no mercado de trabalho é uma teoria um pouco complexa, que seria exaustivo explicá-la aqui, mas que, resumidamente, aponta a estabilização da inflação como facilitador de uma rigidez salarial maior dentro das empresas e menores períodos de permanência dos funcionários, aumentando a rotatividade e, fazendo com que as empresas tenham menor disponibilidade para a contratação de pessoas sem experiência e que necessitem de período de treinamento.

A pesquisa revela que, quando uma empresa não possui informações completas sobre as características dos trabalhadores deve existir grande incerteza por parte dos empregadores quanto à produtividade desse grupo. Com a experiência no mercado de trabalho, porém, essas informações são gradualmente reveladas, diminuindo a incerteza.

Os resultados (da pesquisa) mostram que reduções na taxa de inflação tendem a gerar aumentos da taxa de desemprego agregada. Entretanto, o efeito é bem mais acentuado sobre a taxa de desemprego dos jovens com idade entre 18 e 20 anos do que sobre a dos trabalhadores mais velhos. Também são encontradas evidências de que menores taxas de inflação estão associadas a uma baixa duração média do emprego (IPEA, 2005).

Os jovens que buscam entrar no mercado de trabalho, obviamente não possuem a experiência que as empresas gostariam que tivessem e necessitam adquiri-la de alguma forma. Se as empresas recusam-se a empregá-los, restam lançarmos mão de políticas públicas que atendam essa faixa etária, garantindo sua entrada no mercado de trabalho e a aquisição de experiência profissional.

Para driblar a falta de experiência, muitos jovens se dedicam a cursos extracurriculares, principalmente na área de informática, inglês e administração, julgando serem indispensáveis para a entrada no mercado de trabalho.

Entrevistadora: *“você acha que é importante ter esses cursos?”*

Janaina: *“com certeza, principalmente de línguas e o de computação, porque a tecnologia tá se avançando hoje em dia cada vez mais... então são duas coisas que o Brasil pede e muito.”*

³² Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1116.pdf. Acesso em: 01 nov 08.

O que chama bastante a atenção é a dedicação de alguns em manter os cursos como forma de “melhorar a capacitação”, porém esses cursos são, como dissemos anteriormente, somente uma forma de driblar a falta de experiência profissional. Devemos nos perguntar: que tipo de formação estes cursos extracurriculares realmente oferecem aos jovens? Eles aprendem que tais cursos são importantes. Por que? Da forma como é discutido por eles, as empresas exigem que se tenha qualquer tipo de curso, mas nem sempre são aproveitados para a função que exercerão e, como eles mesmos demonstram, na maioria das vezes não trazem o resultado esperado, isto é, não contemplam a real necessidade que o jovem tem em se capacitar:

Paula: *“Eles (empresas) procuram aquelas pessoas que são mais maduras, que têm uma formação, porque o jovem de hoje, eles falam: “ah, tenho curso de inglês, curso de informática, curso de espanhol” mas ninguém fala inglês fluentemente, não fala espanhol fluentemente, se vai mexer no computador só sabe fechar no zizinho e pronto, acabou, não têm base nenhuma pra poder trabalhar.”*

Janaina: *“nessa área eles (empresas) procuram mais pessoas maiores... formadas em mais áreas da computação... não somente no curso básico, que é o que a gente aprende, pagando caríssimo... eles enchem você de esperança, achando que é o pacote completo e quando você vai ver é o pacote básico do que você vai aprendê...”*

Luiz: *“(...) eu fiz dois cursos já, né? de especialização tecnológica administrativa de empresas...mas aí também não serviu de nada nesse emprego(...)”*

Além disso, para que tipo de trabalho esses cursos habilitam os jovens? Percebemos que há uma ilusão em torno dos cursos, pois apesar de realizá-los e da dedicação que têm para pagá-los, eles não possibilitam que os jovens consigam trabalhos melhores:

Entrevistadora: *“Que curso você faz?”*
Suelen: *“de línguas... eu tinha de administração, comércio eletrônico, marketing, comecei o de contabilidade, parei porque aconteceu um problema (...)”*

A jovem acima trabalha de atendente numa revistaria de shopping, sem registro.

David: *“eu fiz um curso o ano passado de administração na S., eu fiz 6 meses... dava até pra eu fazer esse ano mais aí eu optei por procurar emprego... mas tinha que pagar condução, claro... o curso é de graça, vc que se vire... mas eu ainda não consegui nada com esse curso pq não tem nada a ver minha área que eu trabalho com esse curso...”*

O jovem acima trabalha como atendente numa loja de artigos para confeitaria e festas. Foi contratado como estagiário e atualmente é registrado.

Percebemos, então, que os jovens que realizam tantos cursos extracurriculares não conseguem enxergar a limitação destes cursos diante das reais exigências do mercado de trabalho e assim passam a fazer qualquer curso, sobre qualquer assunto, mesmo que isso nunca seja útil para sua atividade profissional. Acreditam que ter um curriculum recheado de cursos os torna mais atrativos para o mercado, não importando se realmente aproveitarão o conteúdo estudado. O mercado pede qualificação, mas será que os jovens têm consciência de qual é essa qualificação? Estão se qualificando da maneira que o mercado gostaria, ou estão simplesmente buscando um complemento para um ensino médio pouco ou nada preparatório?

David: “além de que, você vai numa empresa, eles não querem saber se você sabe ou não, eles querem saber do seu diploma. Acontece isso.”

Porém, em última instância, são esses cursos que, de forma limitada, lhes traz algum tipo de preparo para o trabalho, além do ensino médio. Estão tentando garantir alguma formação para o caso de não conseguirem atingir o nível superior e justificar, em seu discurso, este posicionamento. Acreditamos que há neste ponto uma justificativa para a possível derrota em não cursar graduação.

Alguns dados nos ajudam a entender o porquê deste posicionamento por parte dos jovens: o último censo escolar do MEC³³ realizado em 2008 apontou um total de 8.366.100 milhões de alunos matriculados no ensino médio em todo país. Em contrapartida, o censo da educação superior realizado em 2009 (que coletou informações sobre o ano de 2007) do INEP³⁴, revelou apenas 5.250.147 milhões de matrículas nos cursos de nível superior em todo país, incluindo cursos presenciais e à distância em instituições públicas e privadas.

2008	—————▶	8.366.100 (matrículas no ensino médio em todo país)
2007	—————▶	5.250.147 (matrículas no ensino superior em todo país)

Quadro 3: matrículas no ensino médio e superior e todo país. Fonte: Inep

Segundo o mesmo estudo do INEP, apesar do baixo número de matriculados no ensino superior de todo o Brasil, houve um aumento da oferta de vagas nas universidades e um aumento também no número de vagas ociosas, isto é, vagas não preenchidas nas

³³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>.

³⁴ Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/arquivo09.htm>.

universidades públicas e privadas. Isto pode significar que, de modo geral, não é a falta de vagas que impossibilita aos jovens o ingresso na graduação, mas, sim, a falta de preparo para o ingresso nas universidades públicas e a dificuldade financeira para custear o curso superior em instituições particulares. As vagas existem, mas nossos jovens sabem que não é fácil alcançá-las.

Notamos que a esperança é a de que os cursos extracurriculares lhes dêem ferramentas para conseguir um emprego com melhores condições que o atual e, aí sim, este novo emprego lhes daria condições de pagar a universidade. Mas por que esses jovens são obrigados a realizar um planejamento de vida tão complexo muito antes dos 18 anos?

A dificuldade em custear os estudos na universidade particular e a já sabida dificuldade que terão para adentrar em uma universidade pública faz com que tenham que desenvolver um pensamento estratégico com relação ao seu futuro:

Suelen: “Porque eu não pretendo ficá onde eu tô pra sempre...logicamente que eu quero tê meu diploma porque sim, logicamente que eu envio curriculum também pra outras empresas (...)assim, se eu tô fazendo meus cursos, que nem, se eu tô fazendo meus cursos, faço mesmo, porque eu preciso dependê dos meus cursos pra mim podê entrá em outra empresa, entendeu? eu preciso deles, por isso mesmo que eu faço..”

Daniel: “(...) eu trabalhando nisso pra juntar dinheiro pra eu conseguir fazer mais alguma coisa mais pra frente tipo, vai, o ano que vem eu quero fazer curso tipo assim, de informática (...)”

Luiz: “é um investimento, você tem que planejá seu futuro...depois que você saí do ensino médio, (...) aí você vai procurá uma faculdade, mas se não tiver condições igual, num emprego de você pagá uma faculdade, aí vai ter que ser através desses investimentos que você faz, igual, com cursos, ensino médio, aí você procura um emprego que tem tipo, um salário bom, que dê pra você pagá a faculdade ou terminar os cursos que cê faz..”

E muito além do planejamento estratégico há, muitas vezes, o sacrifício a que se sujeitam para atender seu planejamento:

Paula: “(...) porque é difícil conciliar tudo, tipo, trabalho de segunda a sexta ou às vezes segunda a sábado ou a semana inteira, porque tem gente que trabalha no shopping e aí tem a escola e depois tem que arrumar um curso, fica meio complicado. Aí é meio difícil você falá assim: “ah, eu vou correr atrás”, tem que primeiro terminar a escola pra depois fazer os cursos, né?”

Suelen: “(...) só que tipo assim, é muito corrido porque eu acabo ficando sem vida porque, tipo assim, final de semana eu tenho que trabalhá, é... tenho que vim pra escola, do curso pra escola tipo, chega em casa, tomá banho, comê e durmí...aí no outro dia acordá de manhãzinha cedo pra abrí a loja pro meu patrão...tipo vai assim, entendeu?”

O interesse em cursar o nível superior fica claro quando a grande maioria dos participantes de ambos os grupos externou esse desejo. O que fica claro também quando referem sua participação no Enem:

Daniel: “eu quero fazê de administração... e eu já tô correndo atrás, tô correndo atrás agora de emprego, porque eu quero fazê faculdade quando eu terminá, (...) e se eu não tivé trabalhando, eu to pensando em fazê a prova pro Enem, porque eu posso ganhá bolsa... então eu vou fazê de tudo pra conseguí...”

Segundo o MEC³⁵, os dados do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) realizado em agosto do 2008 demonstram recorde no número de inscrições: 4.004.715. Do total de inscritos, 2.255.372 já concluíram o ensino médio e 1.523.324 irão concluí-lo em 2008.

Há ainda 144.627 participantes que irão concluir o ensino médio após 2009. Isto acontece porque os candidatos podem realizar a prova do Enem quantas vezes quiser, mesmo ainda não tendo concluído o ensino médio, pois a maior nota que alcançar poderá ser utilizada como complemento na nota do vestibular em algumas instituições de ensino superior listadas no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP)³⁶.

Durante a realização dos grupos, perguntei quem iria realizar o Enem e a grande maioria levantou a mão, o que mostra que nossos jovens refletem a realidade aparente nos dados do Enem 2008: o aumento do número de candidatos e a busca por melhorar suas chances de entrar em uma universidade pública (pois USP, UNICAMP e Unesp aproveitam a nota do Enem como parte da nota do vestibular) ou conseguir bolsas de estudo nas universidades particulares através do ProUni³⁷.

Apesar desse desejo incontestado que os jovens demonstram em cursar o ensino superior, o medo de não alcançar esse patamar é grande e, ainda, há o medo de optar por

³⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>.

³⁶ Disponível em: <http://www.enem.inep.gov.br/universidades/Site/>.

³⁷ Programa Universidade Para Todos. Disponível em: http://www.enem.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=32.

um curso que não atenda suas expectativas, dadas as falas em ambos os grupos na tentativa de racionalizar seus medos e frustrações:

Carlos: *“na maioria das vezes a pessoa faz... tipo assim...quero aquela faculdade... “puts mano! Vai lá e faz aquela faculdade”, fica lá um ano fazendo a faculdade, só que de repente vê que aquilo lá não é pra ela, tipo assim, às vezes ela tentou partir por esse lado: “eu vou fazer isso aqui porque eu acho que é pra mim”, entendeu? Só que chega lá na frente ela vê que não é pra ela...”*

David: *“eu também tava pensando... tem muitos que tem faculdade e vende hot dog na pracinha...”*

Weslei: *“tem muita gente que tem curso completo de direito e vende... barraquinha de hot dog...”.*

Janaina: *“a minha tia tem curso completo de Direito e é doceira...”*

De certa forma, o curso superior, seria o próximo passo de um jovem a partir do término do ensino médio. Mas estes rapazes e moças não têm a certeza de que irão alcançar esse patamar, então deixam claro em seu discurso uma posição de desmerecimento à universidade, de forma a torná-la menos importante para o alcance de suas aspirações. Estão dizendo claramente que, apesar de ser o esperado pelos pais, pela sociedade e por eles mesmos, se não forem capazes de conseguir, não foi por incapacidade, mas porque não foi possível pagar ou o ensino médio não lhes deu embasamento suficiente, e passam a externar um discurso onde a universidade não é tão imprescindível assim. Mostram que serão capazes de alcançar o que querem a partir de outros meios que não a graduação.

Além disso, para a realização de um curso superior, na maioria das vezes, faz-se necessário um investimento financeiro talvez, bem maior, do que esses jovens tenham disponibilidade de fazer, e aqueles cursos, cuja oferta caiba em seu bolso, podem não caber em seus sonhos, trazendo frustração e insucesso por conta da baixa qualidade de ensino.

Os grupos também discutiram as diferenças que acreditam existir entre cursos de graduação: há os que dão dinheiro e que promovem certa “estabilidade” e há os cursos que são realizados por gosto ou por hobby, mas estes são frequentados somente após se alcançar a “estabilidade” que os primeiros promovem:

Entrevistadora: “vocês falaram da faculdade, o que é importante e o que vocês gostam. Queria que vocês explicassem melhor isso. O que é mais importante?”

Paula: “primeiro estabilidade... que nem, meu namorado, ele trabalhava fazendo sandália, não era registrado, nem nada... ganhava super pouco, né? aí ele tem a bandinha dele, tal, gosta de tocar...o hobbie dele é tocar, ele ama tocar...e ele queria fazer faculdade de música, só que aí tipo, ele batia nessa mesma tecla...tipo eu e minha família e a família dele conversando com ele: “você tem que pensar primeiro na sua estabilidade, não adianta nada você fazer música, pegar um violãozinho e ficar tocando na esquina da Sé pra ganhar umas moedinhas”, não é assim que funciona. Tipo de tanto a gente falar com ele... ele entrou numa empresa agora que monta veículos, uma empresa ótima, aí ele chegou lá e tá só na área de montador, não faz mais nada e aí o que ele foi vendo? Ele foi olhando os outros que faziam cursos e agora ele vai começar, depois da escola ele vai fazer, eu não entendi direito mas é pra segurança pra esse tipo de serviço (...) É, ele queria fazer isso e um outro serviço que ele inventou de querer fazer também, e é assim, a nossa família e a família dele falou assim pra ele: “ah, cê gosta de música?”... ele fala que quando ele terminar os cursos dele e tiver ganhando bem, aí sim ele entra numa faculdade de música que é o que ele gosta, vai ser o hobbie dele, não um trabalho, entendeu? Por que primeiro, sempre, lógico; estabilidade(...)”

Gislene: “que nem, eu gosto de desenho, então é uma coisa que é ruim, pelo menos aqui no Brasil, do estilo que eu gosto.”

Entrevistadora: “Mas você fez curso nessa área?”

Gislene: “Não, não, desde pequena mesmo... então eu to procurando uma coisa que dê dinheiro, porque isso é uma coisa que aqui, não vai me levar a lugar nenhum... pra mim conseguir me manter, pra conseguir estudar.”

Entrevistadora: “Que faculdade você quer fazer?”

Gislene: “eu quero fazer direito”

Entrevistadora: “Por que direito?”

Gislene: “porque, não... desenho é uma coisa que eu gosto, direito é uma coisa mais por dinheiro. Pretendo fazer direito, quero entrar na polícia, pra me manter mesmo, aí sim, mais pra frente fazer uma coisa relacionada a desenho”

Notamos então, que para esses jovens não pode haver erro na escolha da profissão, pois, como eles mesmos referem, necessitam cursar algo que dê um retorno financeiro rápido, uma vez que não dispõem de muito tempo na busca através da tentativa e erro. Eles devem, conforme sua situação econômica e familiar o exigem, acertar sua escolha logo na primeira tentativa.

Diferentemente de outros jovens de poder aquisitivo mais privilegiado, que podem prolongar sua busca pela profissão adequada ao seu perfil, que mais lhe agrada, independente se esta dará um retorno financeiro rápido ou não, uma vez que possuem respaldo familiar até que sua carreira esteja consolidada.

Uma outra questão bastante importante é a gama restrita de possibilidades de cursos e profissões a que estes jovens estão condenados. Imaginem um jovem pobre com sonho de

cursar uma graduação cuja mensalidade é, por tradição, bastante cara e com material didático também caro. Esses jovens, infelizmente, precisam focar seus desejos e aspirações em cursos baratos, com material barato e que dêem retorno rápido quanto aos ganhos financeiros.

Esses jovens também não podem optar por cursos onde o estágio extracurricular seja uma exigência do curso ou do mercado, pois, a grande maioria pretende trabalhar para custear sua faculdade e bem sabemos que a bolsa-auxílio que se paga para um estagiário, muitas vezes, não chega a cobrir os custos que este jovem terá. Por isso não pode se dar ao luxo de deixar um emprego fixo (que custeava seu curso de graduação) para realizar um estágio com baixa remuneração.

Não estamos discutindo aqui o papel do estágio, mas a questão de que até nesse momento os nossos jovens apresentam certas desvantagens competitivas no mercado, pois diante de um jovem pertencente à uma família com poder aquisitivo privilegiado, que poderá cursar diversos estágios - até mesmo não remunerados se assim o quiser - e adquirir vasta experiência profissional, não há como um jovem das camadas populares obter êxito profissional.

Além disso, os jovens dessa pesquisa não encontram espaço para a discussão do tema em casa ou na própria escola, conversando ou conhecendo profissionais de diversas áreas, o que ajudaria na escolha.

Notamos que a maioria demonstra grande interesse em continuar seus estudos e realizar um curso superior, mesmo que pra isso tenha que conseguir empregos melhores que os atuais para que tenham condições financeiras de custear os cursos, e destacam o que é preciso para alcançar estes objetivos: dedicação e força de vontade:

<p>Julia: <i>“tem que ter força de vontade e estudar porque sem estudo também, não vai a lugar nenhum...”</i></p> <p>Aline: <i>“também acho que força de vontade é o principal e estudo...”</i></p> <p>Entrevistadora: <i>“Quando vocês falam de força de vontade, como é isso?”</i></p> <p>Aline: <i>“correr atrás dos objetivos...”</i></p> <p>Entrevistadora: <i>“E como vocês fazem pra correr atrás dos objetivos?”</i></p> <p>Aline: <i>“estudando muito, procurando, sabe? Emprego (...)”</i></p> <p>Sabrina: <i>“acho que você tem que se empenhar bastante, ter força de vontade, correr atrás (...)”</i></p>

O que verificamos, então, é um discurso que não é capaz de se desfazer, pautado em um projeto de futuro incerto, mas pela pressão social, não demonstram coragem de mudar esse discurso para algo que prove sua capacidade em conseguir sucesso mesmo sem o curso superior.

Estes jovens estão, aqui, somente refletindo um discurso muito mais elaborado e abrangente, presente em nossa sociedade moderna, resultado de uma ideologia criada pelas classes dominantes, afirmando que só terão sucesso profissional aqueles que cursarem determinados cursos superiores e possuírem determinados cursos profissionalizantes. Um discurso montado e disseminado pelas classes dominantes, no sentido de manter o controle sobre os menos favorecidos e sobre a ordem da hierarquia social. Bourdieu (2003) chama este fenômeno de “poder simbólico”.

Segundo o autor, o poder simbólico “(...) é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada de outras formas de poder (...)” (p. 15). O poder simbólico só acontece, pois, sua produção se dá dentro de esferas de poder de uma sociedade (classe dominante) e é aceito como verdadeiro pelas camadas dominadas. Estes sistemas simbólicos servem como instrumentos de dominação e como forma de legitimar as distinções entre classes (hierarquia) (BOURDIEU, 2003).

Portanto, os jovens das camadas populares, representados pelos jovens desta pesquisa, absorvem certos discursos como verdadeiros e como adequados à sua realidade. Apesar de não declararem abertamente, percebemos que acreditam poder ter sucesso sem o curso superior, mas não podem dizer isso claramente ou ainda não possuem maturidade para encarar a realidade de que não há espaço para todos e eles serão os que deverão permanecer com os empregos de menor qualificação e com os menores salários.

Auxiliados pela teoria de Bourdieu (idem), podemos dizer que existe uma ideologia difundida pelas classes dominantes e pelos poderes econômicos de nossa sociedade, de que os jovens devem cursar ensino superior e realizar inúmeros cursos profissionalizantes para serem aceitos no mercado de trabalho. Devemos ter presente que essas ideologias, como coloca o autor:

(...) são sempre *duplamente determinadas*³⁸ - que elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classe que elas exprimem, mas também aos interesses específicos daquelas que as produzem e à lógica específica do campo de produção (...) (p. 13).

Esse discurso social encontra eco nas estatísticas: segundo pesquisa realizada pela FGV³⁹, o salário aumenta 15% a cada ano a mais de estudo (ensino formal, iniciando-se no fundamental, passando pelo ensino médio e culminando na graduação e pós-graduação), significando que esses jovens com apenas o ensino médio terão ao seu alcance somente as vagas de menor remuneração.

Portanto, nossos jovens encontram-se entregues à própria sorte e sabem, desde de muito cedo, que serão eles mesmos os responsáveis por seu sucesso ou fracasso. A sociedade em que se encontram lhes diz que precisam fazer muitos cursos e ensino superior para obter sucesso, mas eles mesmos, apesar de refletir em seu discurso essa idéia, sabem que sem isso terão que lutar muito para alcançar seus objetivos.

Apesar dos esforços que esses jovens fazem em se manter atualizados com essas exigências do mercado, fazendo cursos, trabalhando durante o dia e estudando a noite, realizando a prova do Enem etc, fica claro como precisam de muita determinação para atingir suas metas, segundo eles, de nada adiantaria formação e experiência, se não houver, o que eles mesmos denominam de força de vontade:

David: “*Eu acho que é só ter força de vontade que consegue, porque eu... eu falo... eu me esforcei um pouco... no momento que eu tava procurando, tinha muito assim...cada 3 pessoas era pra cada uma vaga, né? E nessa vaga que eu fui buscar só tinha eu lá, não teve mais interessados. Então eu acho assim, não é sempre que precisa de curso, essas coisas...(.)*”

Carlos: “*Eu acho também que é por causa de força de vontade que alguns jovens não conseguem arrumar emprego. Eu fui ao contrário, eu tive bastante força de vontade (...)*”

Ana: “*Acho que força de vontade muito jovem tem, acorda cedo, vai lá procurar (...)*”

Daniel: “*(...)Por isso que eu falo: “é força de vontade”. Não adianta só ter curso, essas coisas...(.)*”

³⁸ Grifo do autor

³⁹ Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/cbn/capital_101008.shtml.

Concordamos aqui que, ter força de vontade e planejamento (que é o que estes jovens dizem ser necessário e acreditam ter) é o caminho para conseguir o desejado pois, analisemos: se não fosse sua força de vontade, o que os faria trabalhar de dia e estudar a noite? O que os faria continuar buscando oportunidades de trabalho mesmo diante de repetidos “nãos” por conta da falta de experiência, pouca idade, sexo, raça ou cor etc?

Se olharmos os dados apresentados no capítulo 3 sobre o número de jovens que alcançam o ensino médio na cidade de São Paulo, verificaremos que nossos jovens estão demonstrando sua força de vontade quando, ao alcançarem o ensino médio, passaram a fazer parte de uma proporção muito pequena da juventude brasileira que atingiu este patamar por conta própria, independente de ações sociais ou políticas públicas que lhe facilitassem o acesso.

Quando referem força de vontade, estes jovens levantam uma questão bastante importante que poderemos discutir aqui brevemente, que é o fato de, conscientemente, chamarem para si a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso. A força de vontade traz para o próprio sujeito a culpa de sua derrota ou o sucesso da vitória, deixando claro que não há nenhum outro responsável por tal destino. Não podem confiar seu futuro a ninguém além de si próprios: não há governo, políticas públicas ou ações sociais que sejam capazes de os auxiliar neste momento de desafios.

Para esses jovens é preciso “força de vontade” para procurar emprego, para fazer um curso superior. A força de vontade é o que os impulsiona a continuar fazendo o que fazem, a acreditar em seus sonhos, a se sacrificar para atingir seus objetivos:

Paula: “(...) você tem que tê força de vontade mesmo, porque quem consegue é quem corre atrás (...)”.

Paula: “(...) mas também é difícil pra quem estuda e trabalha, né? porque é difícil conciliar tudo, tipo, trabalho de segunda à sexta ou às vezes segunda à sábado ou a semana inteira, porque tem gente que trabalha no shopping e aí tem a escola e depois tem que arrumar um curso, fica meio complicado(...)”.

David: “(...) mas ela (referindo-se à irmã) se esforçou, primeiro ela começou a trabalhar lá em São Bernardo, numa cooperativa assim, ela que tinha que pagar a condução dela, praticamente não ficava nada pra ela...ela foi mais por experiência mesmo (...) ela praticamente recebia pra manter o trabalho dela, mas agora ela tá melhor, né? além de ter sorte ela teve força de vontade...”

Daniel: *“Tem muita gente que desiste de estudar prá podê trabalhá...que às vezes a família, né? baixa renda tá precisando... e bastante gente deixa de estudar pra trabalhá... isso aí prejudica bastante...”*

Alice: *“Se a família tem uma renda acessível, assim, pra fazê curso, é legal, mas se não tem, aí tem que trabalhá mesmo, aí acaba num sobrando tempo nenhum...”*

Podemos dizer que nossos jovens estão trazendo à luz um conceito ou uma expressão que lhes é bastante particular para definir como devem agir diante do mercado de trabalho e tendo como pano de fundo sua situação econômica-social.

Através da visão construcionista, podemos dizer que se há algum sentido criado pelo discurso desses meninos e meninas, seria a própria concepção de “força de vontade”:

A produção de sentidos é tomada como fenômeno lingüístico (na medida em que a linguagem é uma prática social geradora de sentido) que se expressa nas práticas discursivas que atravessam o cotidiano colocando em movimento os repertórios interpretativos culturalmente disponíveis (SPINK, MJ; MEDRADO e MELLO, 2002).

Estes jovens, a partir de suas próprias vivências na busca de uma oportunidade de trabalho, ou do que testemunham com seus amigos e parentes, adquiriram a noção de que somente com muita força de vontade seriam capazes de conseguir algo. Dessa forma, trazem em seu discurso o sentido que foi produzido por eles, neste exato momento de suas vidas, sobre o que é necessário fazer para atingir seus objetivos.

Portanto, como coloca Spink, MJ (2000) o sentido produzido a partir do discurso é construído socialmente e coletivamente através das relações sociais, durante um dado momento histórico e dentro de determinada cultura.

Nossos jovens construíram um termo ou uma expressão que os ajuda a compreender e, principalmente, lidar com as situações de sua vida cotidiana no que diz respeito a concluir os estudos e adentrar ao mercado de trabalho.

Notamos, então, que a partir de sua experiência de vida e do ambiente sócio-econômico-cultural em que estão inseridos, produziram um discurso totalmente pautado na força de vontade. No entanto, diversas coisas estão sendo trazidas ao mesmo tempo em seu discurso, como o desejo de alcançar um bom trabalho, dentro da área de interesse, o desejo de alcançar a universidade, mas, o que está mais claramente externado é o sentido que

deram à força de vontade como atitude pessoal e individual e que cada um deve estar disposto a desenvolver se quiserem atingir seus objetivos.

A força de vontade, neste caso, está sendo colocada como um modelo de comportamento, adaptado à falta de apoio social e familiar para seu desenvolvimento pessoal e profissional. Esses jovens sabem que não possuem embasamento educacional para cursar universidade pública; sabem que não poderão contar com apoio dos pais para custear uma graduação em faculdade particular e sabem que não conseguirão bons empregos se não houver um desenvolvimento pessoal.

Portanto, força de vontade é tudo que lhes resta como esperança de construir um futuro melhor que o presente.

Existe, por trás de seu discurso, uma realidade social que os impele a, cada vez mais cedo, planejar sua vida econômica, pois sabem que talvez não tenham condições de alcançar a universidade e tenham, então, que buscar seus objetivos a partir do ensino médio e do que mais forem capazes ou se esforçarem para realizar no que diz respeito a cursos profissionalizantes. Para isso, o nosso jovem se vê obrigado a atuar em empregos de baixa qualificação, na maioria das vezes, sem registro, que exijam esforço físico ou sacrifício de tempo e dinheiro:

Evandro: “e o estágio hoje em dia não tá sendo bem remunerado... não tá dando valor o estágio...é como se você tivesse me dando uma ajuda, mas você tá pagando...como se você tivesse pagando pra você me ensiná... hoje em dia o estágio não é bem remunerado...”

Janaina: “muitas vezes acontece isso também, sem contá que há também o famoso vale refeição, vale condução, que muitas vezes o estagiário tem que escolhê, ou ele ganha alimentação ou ele ganha condução... e tem empresa que não ganha nenhum dos dois...tem que tirá do próprio salário pra podê pagá a condução e a refeição...”

Sabe-se que os jovens de classes altas, cursam o ensino médio sem ter que se preocupar em trabalhar para pagar seus estudos, pois o custo da universidade está assegurado pelos familiares, então, passam todo o período do ensino médio preocupando-se com qual será a carreira a seguir e, às vésperas do vestibular, já sabem qual curso escolher.

Já os nossos jovens passam todo o período do ensino médio preocupados em conseguir um emprego (nesse primeiro momento, uma ocupação qualquer, mesmo que não seja na sua área de interesse, mas algo que lhes permita custear alguns cursos básicos que

acreditam auxiliar na busca por outras atividades melhor remuneradas), que lhes dê a possibilidade de ter condições financeiras de custear o ensino superior, assim como demonstrou o estudo do IPEA de 2008:

(...) os jovens inicialmente encontram disponíveis ocupações precárias, em geral de curta duração. Isto não seria um problema em si, caso as famílias destes jovens pudessem custear a busca por empregos melhores ou a extensão dos seus estudos, ou então se os jovens pudessem acumular experiência – em empregos de curta duração – possibilitando sua ascensão profissional. No entanto, o que acontece para a maioria dos jovens oriundos de famílias trabalhadoras e de baixa renda é que eles ficam circulando entre ocupações de curta duração e baixa remuneração, muitas vezes no mercado informal. Além de não favorecer a conclusão da educação básica, esta experiência é, na maior parte das vezes, avaliada negativamente pelos empregadores. Segue que este processo tende a reproduzir, na trajetória destes jovens no mundo do trabalho, as desigualdades sociais herdadas da geração anterior.

Portanto, nossos jovens desenvolveram desapego pelo trabalho como possibilidade de carreira, criaram uma teoria de que o que vale é sempre buscar melhorar, nem que para isso tenham que mudar de emprego de tempos em tempos. A troca de emprego se tornou um movimento natural para quem quer crescer profissionalmente:

Paula: “*tem muitos jovens hoje que procuram por procurar... procuram, procuram e acham assim tipo, vai, uma lojinha de roupa... tipo acha que é ótimo, tudo bem, aí começa trabalhar lá... aí vai ganhando seu dinheirinho, vai ganhando seu dinheirinho, compra suas coisinhas, né? mas muitos não pensam em sair dali, maior parte pensa, só que ficá lá, ficá lá, ficá lá, aumentar o salário, não corre atrás de um curso, de algo assim, né?*”

David: “*eu também tenho um colega, colega de trabalho, ele tá há 6 anos no cargo que eu to, assim, mas ele é tipo assim, vamos dizer, manda um pouco mais, mas sei lá, eu não ficaria 6 anos ali nem a pau, nem que fosse assim, oh... sei lá... e o salário dele é pouca coisa maior que o meu.*”

Suelen: “*Porque eu não pretendo ficá onde eu tô pra sempre...logicamente que eu quero tê meu diploma porque sim, logicamente que eu envio curriculum também pra outras empresas porque ali... ali eu falo pra todo mundo, ali não é vida... ali é um começo... aquele cv que tem tudo que eu fiz, eu posso mandá pra outras empresas que vai vê ali tudo que eu sô capaz de fazê... eu uso tudo aquilo como experiência pra mim, entendeu?*”

Nota-se que a busca pelo emprego é quase uma obrigação e, diferente do que imaginávamos, não se dá unicamente pela necessidade de auxiliar a família, mas de ter condições de sustentar a si próprios sem ajuda dos pais, realizar os cursos que desejar e garantir o pagamento da universidade. Existe então, o desejo de autonomia:

Entrevistadora: “E no caso dos estágios, que não paga bem, ou não paga condução, por que tem gente que se submete à isso?”

Luiz: “ porque é a necessidade, né? não tem opção e você tá necessitando de tipo, da sua, igual ela falô, de tê a própria liberdade de pagá o curso que deseja...aí fica mais difícil, você tem que optar por aquilo..”.

Luiz: “é um investimento, você tem que planejá seu futuro...depois que você saí do ensino médio, aí você vai procurá uma faculdade, mas se não tiver condições igual, num emprego de você pagá uma faculdade, aí vai ter que ser através desses investimentos que você faz, igual, com cursos, ensino médio, aí você procura um emprego que tem tipo, um salário bom, que dê pra você pagá a faculdade ou terminar os cursos que cê faz...”

Evandro: “mesmo ganhando pouco, eu continuo investindo em mim mesmo: eu guardo meu dinheiro...eu tô ganhando muito pouco, sério...mas eu tiro uma certa parte pra guardá, eu penso no futuro: uma hora eu tô num emprego que eu pago dentista, eu pago compra, pago essas coisas... aí uma hora eu posso saí, eu posso sê mandado embora, aí eu tenho esse dinheiro guardado pra mim conseguí pagá essas contas e í atrás de outras coisas”

Poderíamos dizer que essa antecipação de responsabilidades e preocupações se mostra bastante prejudicial a estes jovens, pois deveriam ter o direito de cursar o ensino médio com total dedicação, sem se preocupar se terão ou não condições de pagar pela faculdade. Dessa maneira, estariam aumentando suas chances de empregabilidade, como adverte Branco:

(...) todos os indicadores disponíveis têm mostrado uma forte “pressão” dos jovens na procura por ocupação, denotando que, se eles estivessem apenas se dedicando às atividades de escolarização e aprendizagem profissional, as taxas de desemprego cairiam (...). E, além disso estariam adquirindo melhor preparo educacional e profissional, requisitos indispensáveis para que pudessem enfrentar com maiores chances de êxito os desafios e obstáculos colocados por um mercado de trabalho cada vez mais excludente e competitivo (p. 131).

Mas, apesar de tudo, estes jovens mantêm o sonho vívido de cursar faculdade e melhorar de vida (pois o ensino superior lhes aparece como forma de ascender socialmente) e encontrar empregos que paguem melhor do que os atuais e, quem sabe, até mesmo, trabalhar menos:

Sabrina: “dependendo desse emprego, você vai sofrer, vai ralar... dependendo desse emprego você vai trabalhar de segunda a sábado, dependendo do horário, bem puxado... e num emprego com uma faculdade você pode trabalhar, num sei, de segunda a sexta, num período legal, final de semana você tem seu lazer...”

Esta fala reflete a ideologia pregada pela sociedade capitalista e absorvida pelos jovens como verdadeira, de que o curso superior lhe trará empregos maravilhosos, em condições que nunca antes puderam imaginar, como horários mais flexíveis, salários mais altos.

Como já vimos acima, esses jovens sabem que o curso superior é algo difícil de se atingir, por isso, sua escolha deve ser acertada no sentido de evitar arrependimentos. O curso escolhido deve ser voltado para o crescimento pessoal, profissional e, principalmente, para o sucesso financeiro. Curso superior para satisfação pessoal é um luxo ao qual eles não estão dispostos:

Gislene: “*mas é o hobbie, que nem eu falei, eu gosto de desenho, se eu tiver dinheiro pra pagar, eu vou fazer mesmo...*”
Sabrina: “*mas depois que...*”
Gislene: “*depois que eu tiver uma coisa estável...*”
Paula: “*pra chegar nessa estabilidade precisa do curso pra arranjar coisas melhores...*”

O que está por trás desse discurso é a tentativa de provar para si mesmos que são capazes de alcançar algo mesmo sem o ensino superior e mais, dão a idéia de que a entrada na universidade não depende somente deles, o que os tira da responsabilidade da aprovação. Encontramos em seu discurso uma outra atitude que demonstra o que realmente pensam sobre sua capacidade pessoal:

Tadeu: “*por causa que, tem muita escola que não oferece o estudo que a pessoa quê... tipo uma pessoa com escola particular e uma pessoa com escola sem sê particular, o particular tem mais ensino (...)*”
Alberto: “*acho que depende do aluno porque eu fiquei 9 anos na escola particular, esse ano que eu vim pra cá, pra escola estadual, e a mesma coisa que eu aprendia lá tá quase no mesmo nível daqui, depende do interesse da pessoa (...)*”
Evandro: “*o interesse é do aluno, se eu quero aprendê, aqui eu tô aprendendo... a mesma coisa que eu to aprendendo aqui, eu tô aprendendo lá, só que é o seguinte: lá eu tenho mais interesse porque eu pago, tô gastando pra estudá (...)*”
Janaina: “*o interesse vai do aluno...no particular, não importa se o dinheiro é do pai, se o dinheiro é da mãe, se o pai tá roubando aquele dinheiro, se o pai tá pegando do banco, pra eles não importa, importa andar de narizinho empinado dizendo que eles podem (...)*”

Deixam claro que se sentem tão capazes de alcançar o ensino superior quanto um aluno do ensino médio de escola particular, pois o que está em jogo aqui é, novamente, a força de vontade, o esforço individual. Porém, não conseguem enxergar a precariedade do

sistema educacional em que estão inseridos. Conforme estudo do BID⁴⁰, o índice de jovens brasileiros na idade entre 15 e 19 anos que não possuem nível adequado de educação para conseguir um trabalho bem remunerado é maior que 70%. O mais interessante é que esses resultados foram obtidos através de estudo que mostra que, quanto menor o nível de educação de uma população, maior são os índices de satisfação com os serviços educacionais oferecidos.

Apesar do reconhecido problema que a educação brasileira enfrenta, o Plano Nacional de Educação⁴¹ (lei de diretrizes do Ensino Médio do MEC) prevê uma tentativa de preparar os jovens para o sucesso, tanto no mercado de trabalho, como na continuidade de seus estudos, a saber:

Preparando jovens e adultos para os desafios da modernidade, o ensino médio deverá permitir aquisição de competências relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva: auto-aprendizagem; percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir; compreensão dos processos produtivos; capacidade de observar, interpretar e tomar decisões; domínio de aptidões básicas de linguagens, comunicação, abstração; habilidades para incorporar valores éticos de solidariedade, cooperação e respeito às individualidades.

Sendo assim, ao realizarmos um paralelo entre o que vimos no discurso de nossos jovens e o que se espera do ensino médio, podemos verificar que alguns itens podem ser considerados como atingidos, como a “percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir”, mas talvez não seja mérito do ensino médio o que estes jovens têm aprendido e sim sua vivência pessoal no que diz respeito à busca pelo mercado de trabalho.

A escola não lhes dá espaço de discussão e debate sobre o assunto, tão pouco apresenta disciplinas e aulas que visem o preparo destes jovens para o mercado de trabalho. São, porém, os momentos de angústia e incerteza que passam ao buscar uma colocação profissional, o que ouvem ou o que testemunham durante um processo seletivo que os faz redefinir suas estratégias de atuação, isto é, buscar um preparo fora do ensino médio, pois, está claro que esse não dará o que o mercado espera.

Um outro item previsto na Lei Nacional de Educação é a “compreensão dos processos produtivos”, sendo que, em nenhum momento o ensino médio prepara os jovens

⁴⁰ Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/cbn/capital_281008.shtml.

⁴¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm.

nesse sentido. Nenhuma das disciplinas apresentadas no currículo escolar é capaz de passar tal conhecimento. É necessário, no entanto, que os jovens ouvidos busquem cursos extracurriculares para se sentirem aptos e para que o próprio mercado os aceite.

Mas será que isso é justo para com nossos jovens? Por que os jovens das camadas populares necessitam realizar um preparo técnico para sua entrada no mercado de trabalho? O certo seria termos ensino médio profissionalizante? Mas os jovens das classes altas não precisariam frequentá-los. Então qual a saída para melhor prepará-los para a inserção no mundo do trabalho?

Políticas públicas voltadas especificamente para essa população são necessárias e indispensáveis para não correremos o risco de deixá-los cada vez mais excluídos e em situação cada vez mais desvantajosa na concorrência pelas melhores colocações profissionais, pelos melhores trabalhos e melhores salários.

Apesar dos jovens não terem essa percepção, seu próprio discurso traz a contradição: não são suficientemente preparados para o mercado, portanto necessitam lançar mão de cursos extracurriculares e, mesmo assim, não há garantias de que esses cursos os preparem para o mercado. Não possuem plena certeza de que alcançarão o nível superior, por isso acreditam ser necessário possuir tais cursos extracurriculares para conseguir uma colocação bem remunerada.

Como tratado no capítulo 4 desta dissertação, há escondido nesse discurso o sofrimento daqueles que não fazem parte do mercado de trabalho, ou fazem, mas de maneira bastante precária e lutam, com as armas que lhe são possíveis, para fazer parte do sistema capitalista de consumo.

Algum leitor desatento pode sugerir que estes meninos e meninas não estão realmente passando por algum tipo de sofrimento, afinal de contas, ainda não são responsáveis por uma família, nem há pessoas dependendo de seu salário. Não há, em nossa sociedade a identificação de que estes jovens estejam passando por uma situação de injustiça social, ao serem privados da sua entrada no mercado de trabalho e permaneçam neste, desenvolvendo atividades qualificadas.

Esta situação vem ao encontro do que Dejours (2006) refere, quando ressalta que o sofrimento só gera sentimentos de solidariedade e de indignação quando se estabelece uma relação entre o sofrimento alheio e a injustiça (p. 19).

O sofrimento desses jovens passa pela falta de perspectiva, pela falta de crença em si mesmos e na capacidade que possuem em alcançar seus objetivos e pela falta de suporte social e governamental para que tenham assegurado seu direito de inserção no mercado de trabalho.

Esses meninos e meninas sofrem por serem obrigados a crer em um discurso que lhes é imputado sem direito de questionamento, e que é aceito como verdade absoluta. Este discurso é resultado de classes dominantes (formada por grandes empresas, faculdades e outros cursos) que pregam ser necessária esta formação para se obter sucesso profissional, pois, segundo esse mesmo discurso, o ensino médio não é capaz de ajudá-los nisso.

Bourdieu (2006) deixa claro que o que está por trás disso, é a necessidade de dominação e manutenção da hierarquia, pois é dessa forma que as empresas mantêm seu exército de reserva para a ocupação das vagas que exijam menor qualificação e é assim, também, que milhares de universidade e cursos ditos profissionalizantes de baixa qualidade proliferam pelo país.

Esses meninos e meninas sofrem também pelo esforço que devem fazer para tentar alcançar algo que lhes parece distante demais. Buscam atingir seus objetivos através do que chamam “força de vontade” que nos parece ser a maneira que encontraram para não se deixar abater pelas dificuldades.

Sofrem por não poder passar pela juventude sem ter que se preocupar em como será seu futuro. Sofrem por terem que programar suas vidas com uma antecedência maior que outros jovens.

Ao iniciarmos esta dissertação, nossos principais questionamentos giravam em torno de saber se os jovens das camadas populares percebem a atual configuração do cenário econômico do país e o reflexo disso no mercado de trabalho e saber como se preparam para enfrentar essas mudanças.

Percebemos, então, em seu discurso um desejo manifesto em se preparar para alcançar o ensino superior, patamar que, para esses jovens, é sinal de ascensão social e aumento nas chances de melhores empregos. Porém, percebemos que está implícita a frustração de quem tem a percepção de talvez não conseguir atingir esse objetivo, então, por isso, devem se qualificar para conseguir o melhor emprego que puderem, para o caso de não alcançar a faculdade.

Dessa forma, notamos que, apesar dos jovens terem a percepção do que ocorre no mercado de trabalho e apesar de desejarem cursar faculdade como forma de melhorar suas chances de entrada neste, seu discurso nos informa verdadeiramente que não crêem plenamente nessa conquista. Mostram que estão se preparando e se capacitando para conseguirem empregos melhores sem a dependência do ensino superior.

Apesar da percepção que possuem, ainda não identificaram o porquê dessa situação. Não enxergam o frágil sistema educacional no qual estão inseridos, um dos motivos que os deixarão longe das boas oportunidades de trabalho, com melhores remunerações. Em seu discurso, mostram como será difícil chegar ao ensino superior, mas não por conta de um ensino médio ruim, pois crêem que isso depende somente de seu esforço.

Para se protegerem de uma possível decepção por não conseguirem ingressar na faculdade, trazem um discurso de desprezo e desqualificação do ensino superior, como se os cursos extracurriculares que fazem fossem suficientes para capacitá-los a entrar no mercado de trabalho e mantê-los lá, em boas colocações.

Por fim, podemos dizer que esses meninos e meninas refletem um discurso injusto, elaborado por uma elite dominante de uma sociedade capitalista, em que os jovens das camadas populares não serão capazes de adentrar no mercado de trabalho somente com o ensino médio, então alguns cursos extracurriculares se fazem necessários, pois, certamente que a universidade é um passo muito além de suas possibilidades.

Seu discurso mostra, também, que a forma que adotaram para enfrentar essa situação é o planejamento: são capazes de desenvolver projetos a curto e médio prazo que os possibilita construir o caminho que terão que trilhar para alcançar seus objetivos.

Esse planejamento os leva a buscar oportunidades no mercado de trabalho bem antes do que seria necessário, isto é, antes de precisarem ajudar em casa ou sustentar sua própria família. O fazem com certa antecedência para poderem ter condições financeiras de custear os tais cursos extracurriculares que os habilitam ingressar em melhores oportunidades de trabalho (com melhores salários e melhores condições de trabalho) e estes, por sua vez, lhes trarão as condições financeiras necessárias para cursarem o ensino superior.

Seu discurso reflete a injustiça social a que estão expostos, sem auxílio de programas que os ajudem a ingressar no mundo do trabalho e sem um ensino médio de qualidade que os capacite a isso ou a ingressar em um ensino superior também de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idéia inicial proposta para esta dissertação era a de investigar como os jovens de camadas populares se vêem diante das exigências de mercado para iniciar suas experiências profissionais e o que têm feito a respeito disso.

O grupo de jovens estudados pode ou não representar a juventude brasileira, pertencente às camadas populares, mas certamente nos deu subsídios e elementos para acreditarmos que esta parcela da população necessita de maiores cuidados e mais atenção.

Segundo Abad (apud SPOSITO, 2003) existe uma evolução histórica das políticas públicas voltadas à essa população na América Latina que reflete os problemas relacionados a juventude em cada época: (1950 a 1980) – educação e uso do tempo livre; (1970 a 1985) – controle social de setores juvenis mobilizados; (1985 a 2000) – pobreza e prevenção do delito e (1990 a 2000) – inserção laboral de jovens excluídos.

Notamos, então, um aumento na preocupação com o tema, mas somente na última década, o que certamente leva a uma relativa demora para que os efeitos esperados sejam alcançados, para que as políticas se tornem adequadas à realidade de cada setor em cada país e mais, que haja mudança na maneira de enxergar as necessidades dos jovens como ressalta Sposito (2003):

(...) não se considera que, além dos segmentos em processo de exclusão, há uma inequívoca faixa de jovens pobres, filhos de trabalhadores rurais e urbanos (os denominados setores populares e segmentos oriundos de classes médias urbanas empobrecidas), que fazem parte da ampla maioria juvenil da sociedade brasileira e que podem estar, ou não, no horizonte das ações públicas, em decorrência de um modo peculiar de concebê-los como sujeitos de direitos.

Os jovens ouvidos nesta pesquisa deixaram claro como é angustiante para os meninos e meninas das camadas populares deixarem a dependência dos pais para tornarem-se provedores de sua própria subsistência e independentes financeiramente a partir do trabalho remunerado, por uma clara falta de apoio social.

Eles gostariam de cursar ensino superior e serem iguais a milhares de outros jovens, porém para alcançar esse sonho, dependem de empregos mal remunerados, de baixa

qualificação e do sacrifício de, durante alguns anos do ensino médio, trabalhar durante o dia e freqüentar a escola no período noturno.

Portanto, estes jovens aqui ouvidos sofrem duplamente, conforme refere Dejours (2007): “o grande palco do sofrimento é certamente o do trabalho, tanto para os que dele se acham excluídos quanto para os que nele permanecem” (p. 37), pois, eles se encontram excluídos dos empregos de qualidade e com remuneração justa, mas permanecem no mundo do trabalho através de relações de trabalho exploratórias e sacrificantes.

Seu discurso traz o desejo de poder trabalhar, sem se sacrificar e recebendo um pagamento justo pelo seu trabalho. Porém sabem que isso não será tão simples assim e por isso seu discurso acaba por refletir a frustração dos que não têm oportunidade e talvez não cheguem a concretizar seus sonhos, continuando a desempenhar funções menos importantes que, mesmo para conseguí-las foram necessárias horas desperdiçadas em cursos extracurriculares de baixa qualidade, pois se encontram numa sociedade que crê e prega que o ensino médio não é suficiente para introduzir alguém no mercado de trabalho.

Mas como vimos durante toda essa pesquisa, além de políticas públicas voltadas para a introdução desses jovens no mercado de trabalho, se faz necessária educação básica de qualidade a criação de cursos técnicos e profissionalizantes que auxiliem essa população a encontrar colocação profissional.

A chamada classe média⁴² (classe C), segundo estudo da FGV⁴³, está aumentando no Brasil, em decorrência, principalmente, da estabilidade econômica que permite a obtenção de créditos para a aquisição de casa, carro, computador etc. O estudo revela ainda, que o principal fator gerador desse fenômeno é, sem dúvidas, o aumento no número de empregos com carteira assinada nos últimos meses.

Estamos vivendo um momento de crescimento econômico nacional, o que permitiu, num primeiro momento a retirada de milhares de famílias da chamada pobreza absoluta através de programas como o Bolsa-família e demais transferências previdenciárias⁴⁴.

⁴² O estudo chama a classe C de classe média por estar localizada entre as classes A/B e as classes D/E.

⁴³ A nova classe média. (FGV, 2008).

⁴⁴ idem

Muito além do que encontramos no discurso desses meninos e meninas das camadas populares, temos que considerar o atual panorama econômico mundial, que, a partir do segundo semestre de 2008 tornou-se uma incógnita.

Como dissemos anteriormente, o Brasil encontra-se atualmente em uma posição bastante melhorada com relação ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) no qual alcançou o septuagésimo lugar, adentrando no rol dos países com índice alto e desenvolvimento moderado, segundo o relatório⁴⁵, porém, as coisas no mundo financeiro e na economia mundial deram uma reviravolta no último ano, levando à quebra de centenas de instituições financeiras em todo o planeta, ocasionando milhares de demissões em países como EUA, Inglaterra, França e Alemanha, além de iniciar um complicado comprometimento econômico para os países em desenvolvimento (como Brasil, China e Índia) por conta das ameaças de demissão dos funcionários de empresas multinacionais que mantêm suas fábricas nesses países⁴⁶.

Diante desse panorama, as taxas de desemprego no país, que vinham diminuindo nos últimos anos, poderão voltar a crescer e certamente os jovens serão novamente afetados. Ou ainda, poderemos nos deparar com uma nova visão de futuro, onde o Brasil sairá isento de possíveis conseqüências negativas e a partir do ano de 2010, retomar o crescimento e oferecer empregos de melhor qualidade, e absorver nossos jovens como mão de obra qualificada.

Nossos jovens enxergam através de uma realidade que demorou a revelar os reflexos dessa melhora social no país. Ainda vêm as dificuldades impostas pela falta de oportunidades de emprego, mas o horizonte se mostra outro, mais favorável.

A melhora econômica da classe C está acontecendo, como colocamos, em decorrência principalmente do aumento nas taxas de emprego e, conseqüentemente, levando essa população a melhorar seu poder aquisitivo. Portanto, diante do panorama apresentado pela pesquisa da FGV (A nova classe média), podemos levantar a esperançosa hipótese que nossos jovens terão, num futuro próximo, a possibilidade de cursar a tão

⁴⁵ PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://www.undp.org.br/HDR/Left.htm>.

⁴⁶ Acompanhe os principais fatos da crise financeira mundial. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/10/10/ult4294u1723.jhtm>

desejada graduação sem precisar se preocupar em trabalhar para pagá-la, pois, quem sabe, seus pais terão possibilidade de fazê-lo.

Independente do futuro que se anuncia, não poderemos deixar de lado a preocupação em desenvolver mais e mais políticas públicas que auxiliem esses jovens na sua entrada no mercado de trabalho, bem como buscar sempre, uma melhora significativa no ensino médio público.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2001a.

_____. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo, 2001b.

_____. *A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula*. Campinas, Autores Associados, 2004.

_____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas, Cortez, 2005a.

_____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2005b.

ABRUCIO, Fernando Luiz. *A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do Governo Lula*. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 24, 2005. disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 ago 2007.

ABRAMO, Helena Wendel. *Condição juvenil no Brasil contemporâneo*. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira – Análise de uma pesquisa nacional*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

AGUIAR, Neuma (Org.). *Hierarquias em classes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sérgio. *O sentido subjetivo atribuído à escolha profissional: um estudo com jovens de camadas populares*. In: OZELLA, Sérgio (Org.). *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. Campinas, Cortez, 2003.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da "década neoliberal" (1990-2000)*. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 19, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782002000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 Abr 2008.

_____. *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo, Boitempo, 2005.

BASTOS, Raul Luis Assunção. *Crescimento populacional, ocupação e desemprego dos jovens: a experiência recente da Região Metropolitana de Porto Alegre*. Rev. bras. estud. popul., São Paulo, v. 23, n. 2, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200007&lng=&nrm=iso. Acesso em: 09 Abr 2008.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Conversando com os jovens sobre direitos humanos*. In: NOVAES, Regina & VANUNUCHI, Paulo (Orgs.), *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

BOCK, Ana Maria Mercês; LIEBESNY, Brônia. *O que eu quero ser quando crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens em São Paulo*. In: OZELLA, Sérgio (Org.). *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica*. Campinas, Cortez, 2003.

_____. FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo, Saraiva, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

_____. *A distinção crítica social do julgamento*. Porto Alegre, Edusp, 2007.

BRASIL. Prefeitura de São Paulo, Subprefeitura de São Miguel Paulista. Disponível em: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/subprefeituras/spmp/dados/habitacao/0001>. Acesso em: 09 jul 2007.

_____. Prefeitura de São Paulo. *Mapa da inclusão/exclusão social município de São Paulo* <http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/index.php?texto=apresentacao>. Acesso em: 01 dez 2008.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 16 set 2008.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Plano Nacional de Educação*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm. Acesso em: 16 set 2008.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Índice de Desenvolvimento Juvenil*. Disponível em: <http://www.uff.br/objjovem/mambo/index.php?option=comcontet&task=view&id=400&temid=8>. Acesso em: 28 Abr 2008.

_____. INEP. Disponível em: <http://www.enem.inep.gov.br/universidades/Site/>. Acesso em: 15 set 2008.

_____. INEP. *ProUni – Programa Universidade Para Todos*. Disponível em: http://www.enem.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=32. Acesso em: 15 set 2008.

_____. INEP. *Censo da Educação Superior*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/arquivo09.htm>. Acesso em: 15 set 2008.

_____. IPEA. *Texto para discussão nº 1335: Juventude e políticas sociais no Brasil*. Jorge Abrahão de Castro e Luseni Aquino (Orgs.). Brasília, abr./2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf. Acesso em: 15 set 2008.

_____. IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>. Acesso em: 10 mar 2008.

_____. IBGE. *Mapa do mercado de trabalho no Brasil: 1992 – 1997*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/mapa_mercado_trabalho.pdf. Acesso em: 12 out 06.

_____. IBGE. *Censos Demográficos*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/defaultcenso_2000.shtm COHN, Amélia. *O modelo de proteção social no Brasil*. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e sociedade – Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. IBGE. *Estatística do Cadastro central de empresas*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastronomia/2005/coment2005.pdf>. Acesso em: 27 out 08.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

_____. *As armadilhas da exclusão*. In: BÓGUS, Lucia; YAZBEK, M^a Carmelita; WANDERLEY-BELFIORE, Mariângela (orgs.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo, Educ, 2007.

_____. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis, Vozes, 2005.

CASTELHANO, Laura Marques. *O medo do desemprego e a(s) nova(s) organizações de trabalho*. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 Maio 2008.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho; HITOMI, Alberto Haruyoshi. *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis, Vozes, 1993.

DIEESE. *A ocupação dos jovens nos mercados de trabalhos metropolitanos*. Estudos e Pesquisas. Ano 3, nº 24, setembro de 2006. Disponível em: http://www.dieese.org.br/esp/estpesq24_jovensOcupados.pdf. Acesso em: 09 jul 2007.

_____. *PED - Principais conceitos da pesquisa de emprego e desemprego*. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/pedmet.xml>. Acesso em: 12/10/06.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro, FGV, 2007.

DE MASI, Domênico. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Brasília, UNB, 2000.

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (des) fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo, Boitempo, 1999.

EDER, Klaus. *A nova política de classes*. Bauru, EDUSC, 2002.

FERREIRA, Maria Solenilde. *Escolha profissional: opção ou imposição?* Dissertação de Mestrado em Educação, UFSCar, 1978.

FRANZOI, Naira Lisboa. *Entre a formação e o trabalho: trajetórias e identidades profissionais*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

FREIRE, Vinícius Torres. *Falta de classe*. Jornal Folha de São Paulo. 10 ago 08.

FREITAS, Rosana de C. Martinelli. *O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas*. Rev. Katálisis, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 ago 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Juventude, trabalho e educação no Brasil*. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e sociedade – Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Fundação Perseu Bramo, 2004.

GATTI, Bernardete. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília, Líber Livro, 2005.

GOMES, Fábio Guedes. *Conflito social e Welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil*. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 Ago 2007.

GONZALEZ REY, Fernando. *La Investigación Cualitativa em Psicología: rumbos e desafios*. São Paulo, Educ, 1999.

GUIMARÃES, Nadya. *Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?* In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira – análises de uma pesquisa nacional*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

IBAÑEZ, Tomás. *Municiones para disidentes*. Barcelona, Gedisa, 2001.

_____. *O giro linguístico*. In: IÑIGUEZ, Lupicínio. *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vozes, 2004.

IÑIGUEZ, Lupicínio. *Manual de análise do discurso em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vozes, 2004.

KINZO, Maria D'Alva G. *A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo Perspec., São Paulo, V. 15, n. 4, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 ago 2007.

LEITE, Alexandre. *O mercado de trabalho brasileiro frente a abertura comercial dos anos 90: um debate com as correntes interpretativas*. Dissertação de mestrado em economia política, PUCSP, 2002.

LIEBESNY, Brônia. *Trabalhar...Para que serve?: O lugar do trabalho no projeto de vida de adolescentes de 8ª série do 1º grau*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PUCSP, 1998.

LISBOA, Marilu Diez. *Orientação vocacional/ocupacional: projeto profissional e compromisso com o eixo social*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PUCSP, 1995.

MACARINI, José Pedro. *A política econômica do Governo Costa e Silva 1967 – 1969*. Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, V. 10, n. 3, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=51415-98482006000300001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 ago 2007.

MAGALHÃES, Célia. *Reflexões sobre análise crítica do discurso*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

MARANHÃO, Ricardo. *O Estado e a política “populista” no Brasil (1954-1964)*. In: GOMES, Ângela Maria... [et. al.] *O Brasil republicano, V.3: Sociedade e política (1930-1964)*. Coleção História Geral da Civilização Brasileira; T.3, V. 3). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

MARSDEN, David. *Sistemas de emprego, estratégias de gestão e instituições do trabalho*. Tempo Soc. , São Paulo, v. 16, n. 2, 2004 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 Abr 2008.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo, Centauro, 2005.

MENEGON, Vera. *Menopausa: imaginário social e conversas do cotidiano*. Dissertação de Mestrado. PUCSP, 1998.

MEUSEL, Alfred. *O Proletariado*. In: IANNI, Octavio. *Teorias de estratificação social. Leituras de sociologia*. São Paulo, Ed. Nacional, 1972.

NASCIMENTO, Ivany Pinto. *As representações sociais do projeto de vida dos adolescentes: um estudo psicossocial*. Tese de Doutorado em Psicologia da Educação, PUCSP, 2002.

NERI, Marcelo Cortes (coord.). *A nova classe média*. Rio de Janeiro, FGV/IBRE, 2008.

NOVAES, Célia Ferreira. *As determinações sociais no problema da escolha profissional: contradições e angústias nas opções dos jovens das classes sociais de alta renda*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, PUCSP, 2003.

OLIVEIRA, Eurenice. *O Toyotismo no Brasil*, São Paulo, Expressão Popular, 2004.

OSÓRIO, L. C. *Adolescente hoje*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

PNUD. (Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Disponível em: <http://www.undp.org.br/HDR/HDR2002/Left.htm>. Acesso em: 13 abr 2008.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização : a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo, 2001.

_____. *Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?* Educ. Soc. , Campinas, v. 25, n. 87, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-733020040002000005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 Abr 2008.

_____. *Qualidade das ocupações no Brasil*. CESIT Carta Social e do Trabalho, n. 3 (Tendências recentes do emprego), jan./abr. 2006. Pg. 18 – 21. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/CESIT/boletim_visualizar.html. Acesso em: 02 jul 07.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo, Pearson Education, 2001.

ROCHA, Décio; DEUSDARA, Bruno. *Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória*. Alea , Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2005 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 out 2007.

RODRIGUES, Adriana Agnes Magalhães. *O sentido do auto-emprego nos pequenos negócios familiares geradores de renda*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PUCSP, 2008.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicalismo e classe operária (1930-1964)*. In: GOMES, Ângela Maria... [et. al.] *O Brasil republicano, V.3: Sociedade e política (1930-1964)*. Coleção História Geral da Civilização Brasileira; T.3, V. (3). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

SADER, Emir. *A carta internacional de Lula*. Disponível em: <http://diplo.uol.com.br/2006-12,a1449>. Acesso em 02/09/07.

SCHILLING, Voltaire. *A retomada do (neo)liberalismo*. Disponível em: http://educaterra.com.br/voltaire/500br/estatista_privatistas6.htm. Acesso em: 01 set 2006.

SILVA, Alexandre Rezende da. *Neoliberalismo e a Constituição Federal*. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 58, ago 2002. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3190>. Acesso em: 01 set 2006.

SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento*. In: PIERUCCI, Antonio Flávio... [et. al.]. *O Brasil republicano, V.4: Economia e cultura (1930-1964)*. Coleção História Geral da Civilização Brasileira; T.3, V. (4). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. LIMA, Helena. *Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação*. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. FREZZA, Rose Mary. *Práticas discursivas e produção de sentido: a perspectiva da Psicologia Social*. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. MEDRADO, Benedito; MELLO, Ricardo Pimentel. *Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia*. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000100017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 fev. 2008.

_____. SPINK, Peter. (orgs). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais*. São Paulo : Cortez, 2006.

SORJ, Bila. *Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros*. *Rev. bras. Ci. Soc.* São Paulo, v. 15, n. 43, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 Abr 2008.

SPOSATI, Aldaíza. *Exclusão social abaixo da linha do Equador*. Seminário de exclusão social, PUCSP, 1998.

_____. *Mapa da exclusão/inclusão social*. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/oficinas/mapa2000.pdf>. Acesso em: 20 nov 2008.

SPOSITO, Maria Pontes. *Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil*. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira – Análise de uma pesquisa nacional*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 24, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 Maio 2008.

TANGUY, Lucie. *Do sistema educativo ao emprego. Formação: um bem universal?* Educ. Soc. , Campinas, v. 20, n. 67, 1999. Disponível em: [http:// www.scielo.br/scielo.php?script= sci_arttext&pid=S0101-733019990002000003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-733019990002000003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 09 Abr 2008.

WEFFORT, Francisco. *Populismo na política brasileira*. Paz e Terra, Rio de janeiro, 1986.

ANEXO

O material a seguir é um modelo dos mapas de associação de idéias desenvolvidos a partir do discurso dos jovens dessa pesquisa, para auxiliar nossa análise do mesmo.

GRUPO 1

EXPERIÊNCIA	C. EXTRACURRIC	FORÇA DE VONTADE	ED. FORMAL	PROJETO	APARÊNCIA	MEIOS
ENTR. A primeira coisa que eu queria saber de vocês, como é para os jovens hoje no Brasil procurar emprego e trabalhar?						
P. É bem difícil pro jovem porque todo lugar pede experiência. É muito difícil vc ver um lugar que dá oportunidade pros jovens. Principalmente quando vc tem 16, 17, um momento onde vc não é maior de idade ainda. Tem aqueles programas primeiro emprego... que dá oportunidade mas não são todos que conseguem. Muitos ficam procurando até os 19 anos, aí consegue um bico e fica trabalhando nisso pro resto da vida. É bem difícil mesmo. Eles procuram aquelas pessoas que são mais maduras,						
	que tem uma formação, porque o jovem de hoje, eles falam: “ah, tenho curso de inglês, curso de informática, curso de espanhol” mas ninguém fala inglês fluentemente, não fala espanhol fluentemente, se vai mexer no computador só sabe fechar no xizinho e pronto acabou, não tem base nenhuma pra poder trabalhar.					
		Entr. O que vcs acham? Concordam?				
		D. Eu concordo meio				

		<p>termo. Eu acho que é só ter força de vontade que consegue, porque eu... eu falo... eu me esforcei um pouco... no momento que eu tava procurando, tinha muito assim...cada 3 pessoas era pra cada uma vaga, né? E nessa vaga que eu fui buscar só tinha eu lá, não teve mais interessados.</p>				
			<p>Então eu acho assim, não é sempre que precisa de curso, essas coisas...</p>			
<p>mas mesmo que vc não tenha, eles pegam agora mais novo, pra te dá experiência, eu acho que não é tão difícil de achar...</p>						
<p>Entr. Vc procurou por muito tempo?</p>						
<p>D. não</p>						
<p>Entr. Vc está há quanto tempo lá?</p>						
<p>D. 5 meses. Eu entrei como estagiário, aí era pra eu terminar o estágio no mês dez, aí passou 3 meses eles me efetivaram, aí cancelou o estágio.</p>						
		<p>C. Eu acho também que é por causa de força de vontade que alguns jovens não conseguem arrumar emprego. Eu fui ao contrário, eu tive bastante força de vontade. Eu trabalhei com meu tio 1 ano e 4 meses, de office boy. De repente assim, eu quis parar, fiquei 4 meses parado, só que nisso eu tava procurando. Me inscrevi numa agência de emprego que é o CIEE, aí eu consegui uma</p>				

		entrevista pra fazê numa empresa de contabilidade. E nessa empresa eram 5 candidatos e entre os 5 eu consegui passá, mas aconteceu uns problemas aqui na escola, sobre o contrato, a diretora não assinou o contrato, aí beleza, não deu, só que eu pensei: - “não vou desistir” se eu não conseguir em um vou conseguir em outro. Aí na semana que passou, na outra, me ligaram falando que ia tê uma entrevista no banco X, aí beleza, fui lá e aí a mesma coisa que eu fiz na redação na empresa de contabilidade eu fiz no Banco X e minha chefe falou que foi excelente. E eu falei: “sério mesmo?” e ela falou: “sério”. Então é só ter força de vontade que consegue. Minha mãe falou: “não desanima que vc vai conseguir”.				
Entr. E há quanto tempo vc está lá?						
C. oito meses.						
		A2. Acho que força de vontade muito jovem tem, acorda cedo, vai lá procurar,				
mas muita empresa tem emprego sim, mas o que eles querem é experiência, só que eu pergunto: como que eles querem que a gente tenha experiência se ninguém dá oportunidade? Então aí fica difícil.						
Entr. O que vc faz mesmo?						

A2. Arquivo processo no Fórum X						
Entr. É estágio?						
A2. É estágio						
Entr. Como vc conseguiu?						
A2. Pelo Ciec. Eles me ligaram, fui lá fazê uma provinha.						
Entr. Há quanto tempo vc ta lá?						
A2. 7 meses.						
	Entr. A P. falou que tem uma percepção do que está acontecendo com o jovem, vc não tá trabalhando nem procurando, mas vc falou do curso que vc vai fazer o ano que vem...					
	P. É assim, eu ia trabalhar, pq meu pai me arrumou um emprego, ele é técnico eletrônico, mas não deu certo pq eu não ia ficar lá 1 ano e aí ia sujar minha carteira e tudo mais... mas ano que vem eu vou tentar entrar numa escola... esse ano eu já to fazendo as provas, fui lá com meus pais conhecer e tal... aí ano que vem eu vou entrar numa escola, pra lá de Cotia, longe pra caramba, que a gente vai cursar hotelaria, aí tem tudo: administração, parte assim, até copeira, vou ter que aprender até a limpar o banheiro. Assim como vou tê que aprendê a mexer com contabilidade de um hotel. Aí esse curso é de 3 anos, aí vou tê que ficá lá a semana inteira praticamente, sábado é pra ficá na escola de inglês e					

	de informática.					
			Entr. Pq vc optou por esse curso?			
			<p>P. Eu acho que é assim, hotelaria, turismo, e tudo que tem a ver com petróleo, é uma área... são áreas boas... ta fazendo o Brasil progredir, pq o Brasil é um país lindo e tudo mais, tipo, direto vem turista pra cá, sem falar no petróleo que a gente achou várias áreas aqui no Brasil que tem petróleo, vai ser uma exploração muito boa aqui pro Brasil, e aí eu gostaria de trabalhar mesmo na área de hotelaria, pq eu sempre gostei de inglês, desde que eu era pequenininha meus pais me colocaram na aula de inglês, não deu pra terminar, né? E assim, agora esse ano que vem eu vou fazer particular, né? 6 horas de inglês sábado, todo sábado, ou seja, nem vou poder ficar muito com a minha família, mas eu sei que vai ser bom pra mim depois porque um emprego tendo hotelaria... curso de hotelaria técnico, mais inglês fluente é R\$ 1500,00 no mínimo o salário, então é uma coisa muito boa pra mim e pra minha família também.</p>			

GRUPO 2

EXPERIÊNCIA	C. EXTRACURRIC	FORÇA DE VONTADE	ED. FORMAL	PROJETO	MAIORIDADE	MEIOS
	Entr. A primeira pergunta que eu tenho pra vcs discutirem é: como é a questão da busca pelo emprego pro jovem no Brasil hoje?					
	D. É bastante difícil, tá bastante difícil pros jovens... sempre tem que tê um curso, né?					
		S. Não são todos que tem interesse...				
				J. Não são todos que tem condições...		
		S. Não são todos que são interessados, que querem trabalhar... são poucos...				
		Entr. Por que?				
		S. Acho que sim...nem estudar eles querem mais, imagina trabalhar...				
	J. também as condições financeiras não permite ao aluno ter acesso a todos os cursos profissionalizantes que é necessário no trabalho no Brasil hoje em dia...					
	Entr. Vc acha que é importante ter esses cursos?					
	J. com certeza, principalmente de línguas e o de computação, porque a tecnologia tá se avançando hoje em dia cada vez mais... então são duas coisas que o Brasil pede e muito...					
	Entr. Todo mundo concorda?					
	Todos. Sim...					
						Entr. Então eu quero que vcs coloquem como foi a experiência de vcs de

						procurar emprego, as dificuldades...
						D. quando eu comecei a trabalhar de recepcionista foi fácil, minha irmã já tava trabalhando e ela me colocou,
, mas quando eu saí... eu trabalhei registrado, bastante tempo... mas quando foi pra procura de outros, assim, foi difícil, bastante difícil... até hoje não consegui e olha que eu já tenho carteira registrada...						
Entr. Por que vc acha que não consegue?						
D. ah... eles pede 2 anos de experiência...						
	L. capacitação...					
	Entr. O que vc chama de capacitação?					
	L. tê cursado algum tipo de curso de língua, e... igual tipo gestão, essas coisas...					
	J. ah... mas hoje em dia o Estado tá oferecendo, né?...					
		agora basta partir do aluno se interessá pelo curso...				
	Entr. Que tipo de curso?					
	J. ó, o Estado tá oferecendo agora o Teletec, né?...que é um curso de Gestão Empresarial, ele tem 3 módulos, eu tava lendo o livro, e pra mim me interessou muito... porque vai do aluno... se vc tem pelo menos esse diploma na mão, vc já consegue um emprego no banco, por exemplo, como balconista, porque... vale a pena, entendeu?					
Porque ali vc já tem uma experiência de como vc						

vai mexer com dinheiro, entendeu? E trabalhar com o público...						
	Entr. E vc se interessou, vai fazer o curso?					
	J. (faz que sim com a cabeça)					
	Entr. Quando começa?					
	J. começou sábado passado e eu não pude vir porque eu fui no médico...					
	L. daqui são 3 que fazem esse curso: eu, o colega do D e ela.					
	Entr. É aqui na escola mesmo? E o que vc estão achando do curso? Vc foi no primeiro dia?					
	L. eu já faço, já... completei o primeiro módulo e tá sendo bastante interessante pra mim...					
	Entr. Por que?					
	L. por causa... do conteúdo apresentado...					
	Entr. Em que vai te ajudar isso?					
L. acho que... igual...como tratá o público, experiência sobre questões sobre empresa, essas coisas...						
						A. arrumá serviço mesmo, na maioria das vezes é indicado por parente... meu primo que me indicou...
						Entr. E como foi o processo? Ele te indicou, só tinha vc?
						A. tinha eu e mais 3...
						Entr. E por que vc acha que vc foi o escolhido?
						A. todos foram escolhidos...
						Entr. E se vc não tivesse sido indicado pelo seu primo, como seria?

						A. tipo, não conseguiria, não...tava desempregado...
	D. tem que ter um curso... de computação...					
W. até pra estágio tão pedindo experiência... qualquer cargo que vc for trabalhar pede experiência...						
					D. e eles pegam de maior, dificilmente pega gente de menor...	
	W. principalmente um curso de computação básico, o mínimo...					
					E. quantas vezes eu fui dispensado do emprego pq eu tenho 17 e já tô quase passando pela fase do Exército?... preciso esperá pegá a reservista pra depois começá a trabalhar...	
					Entr. Ser dispensado que vc fala, é não te chamarem pra trabalhar?	
					E. sê qualificado e não sê chamado por causa da idade...	
					Entr. Vc já trabalhou?	
					E. trabalhei no A., fiquei 3 meses lá e fui dispensado por causa da idade.	
					W. eu já passei por essa fase de chegá num lugar, eles falarem que eu tenho 17, tê experiência, mas não podê entrar... eles acharam que eu podia ser chamado pelo Exército... sendo que hoje em dia só dá por excesso de contingente...	
	A. Vcs falaram do curso de informática básico					

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)